



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

LEI Nº 7.264, DE 22 DE JULHO DE 2011.

ANEXO I

METAS FISCAIS

(Art. 4º, §§ 1º e 2º, da [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.](#))

Introdução

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece, em seu artigo 4º, que integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais. Em cumprimento a essa determinação legal, o referido Anexo inclui os seguintes demonstrativos:

- a) Avaliação do cumprimento das metas relativas a 2010;
- b) Metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas aos resultados nominal e primário e montante da dívida consolidada e líquida, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, evidenciando a consistência das metas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
- c) Evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- d) Avaliação da situação financeira e atuarial metas anuais;
- e) Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita; e
- f) Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

ANEXO DE METAS FISCAIS ANUAIS

(Art. 4º, § 1º, e inciso II do § 2º da [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.](#))

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF, o Anexo de Metas Anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, LDO-2012, estabelece a meta de resultado primário do Estado, como percentual do Produto Interno Bruto – PIB, para o exercício de 2012 e indica as metas de 2013 e 2014. A cada exercício, havendo mudanças no cenário macroeconômico interno e externo, as metas são revistas no sentido de manter a sustentabilidade da política fiscal.

O objetivo primordial da política fiscal do governo é promover a gestão equilibrada dos recursos públicos de forma a assegurar as condições para promover o desenvolvimento sócio econômico e a redução gradual do endividamento público líquido em relação ao PIB.



ESTADO DE ALAGOAS

GABINETE DO GOVERNADOR

As metas fiscais do Estado de Alagoas para o exercício de 2010 foram originalmente estabelecidas por intermédio da Lei nº 7.087, de 31 de julho de 2009 (LDO), que dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para este exercício. Entretanto, a necessidade de implementar um ajuste fiscal mais sólido aumentou o superávit primário inicial em valores nominais de R\$ 269,4 milhões (1,85% do PIB) para R\$ 303,2 milhões (1,31% do PIB). No ano de 2010, o Estado obteve superávit primário de R\$ 375 milhões (1,55% do PIB) evidenciando um crescimento real de 279,91% em relação a 2009. O aumento do resultado primário em 2010 foi reflexo do impacto do crescimento econômico de 7,6%, da expansão do crédito¹ e da geração de 17.795 empregos em Alagoas. Salienta-se, ainda, que foram gerados 93.194 empregos no período de 2000 a 2010 contribuindo para o incremento da massa salarial, ou seja, emprego e salário continuam sustentando o consumo e refletindo no crescimento da arrecadação do ICMS.

No tocante à sustentabilidade da dívida pública, o cumprimento desse objetivo passa pela criação das condições necessárias para a redução gradual do endividamento público líquido em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Nesse sentido, anualmente, são estabelecidas as metas de resultado primário no intento de garantir a solvência intertemporal da dívida pública. Nesse contexto, o resultado nominal e o estoque da dívida do setor público são meramente indicativos, uma vez que sofrem influência de uma série de fatores fora do controle direto do governo.

Em 2006, a Dívida Consolidada (DC) era de R\$ 5,927 bilhões, sendo que a Dívida Mobiliária, Rolagem e Produbam totalizavam R\$ 4,559 bilhões (76,92% do total da dívida consolidada) e a relação DC / Receita Consolidada Líquida (RCL) era de 221,59%. Em 2010, a DC foi de R\$ 7,525 bilhões, sendo que o total das alusivas dívidas foi de R\$ 5,902 bilhões (78,43% do total da dívida consolidada), implicando que a relação DC/RCL foi de 178,94%².

A Resolução nº 40/01 do Senado Federal determina que o limite do endividamento seja, no máximo, duas vezes a Receita Corrente Líquida (RCL), porém para efeito de apuração desse limite, utiliza-se o conceito de Dívida Consolidada Líquida, deduzindo da dívida consolidada o superávit financeiro existente. Assim sendo, a relação entre DCL e RCL foi de 180,92% em 2009 e reduziu para 161,66%.

Também é compromisso da política fiscal do governo aumentar os investimentos em infraestrutura, sendo que é de vital importância os investimentos previstos pelo Governo Federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento para a conclusão do Canal do Sertão, assim como para duplicação da AL 101 Sul. Do ponto de vista sistêmico, os investimentos em infraestrutura têm uma importância significativa na medida em que

¹ Segundo o Banco Central (BC), o estoque total de crédito aumentou 1,3% no mês e 21% em 12 meses. Em fevereiro de 2010, o crédito correspondia a 44,1% do PIB. Um ano depois, essa relação chegou a 46,5%.

² Cerca de 78% da dívida consolidada do Estado tem seu custo atrelado ao índice IGP-DI (FGV) mais juros de 6,0% ou 7,5%, e tem seu pagamento limitado a 15% da Receita Líquida Real (RLR). Portanto, o comportamento do incremento da RLR e do IGP-DI influencia diretamente no aumento da dívida consolidada.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

promoverá reduções generalizadas de custos para toda a estrutura produtiva aumentando a eficiência da economia como um todo.

A consistência da trajetória de crescimento econômico depende do comportamento do investimento razão pela qual a necessidade de aumentar a taxa de investimento da economia, pois há uma correlação direta entre crescimento econômico e investimento em infraestrutura. Portanto, é essencial para a agenda do desenvolvimento do estado de Alagoas a manutenção da política de investimento e nesse contexto foi de vital importância o financiamento junto ao Banco Mundial no montante de US\$ 195,5 milhões e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) de R\$ 124,8 milhões. A obtenção desses empréstimos foi fundamental para que o governo investisse R\$ 594 milhões em 2009 (preço constante IPC-A dez/10), e de R\$ 847 milhões em 2010 criando um ambiente favorável para a política de atração de novas empresas e, consequentemente, para a geração de emprego e renda, o que vem contribuindo para o aumento da arrecadação em face da injeção de recursos na economia local na forma de salários e aliada a política de expansão de renda e a obtenção dos recursos da Bolsa Família e Previdência Social, resultando em uma arrecadação do ICMS, excluído Fecoop, no montante de R\$ 2,0 bilhões em 2010, contrastando com R\$ 1,772 bilhão em 2009 (preço constante IPC-A dez/10), refletindo em um incremento de 12,88% enquanto a Receita Consolidada cresceu 11,03%. Assim sendo, o ICMS, deduzido do Fundeb, teve uma participação de 30,23% em relação à Receita Consolidada enquanto a participação do FPE deduzido do Fundeb foi de 28,17% em 2010.

O cenário de crise financeira internacional, originada nos países desenvolvidos, a qual teve efeitos econômicos disseminados a partir de setembro de 2008 (após a falência do banco de investimentos *Lehman-Brothers*), quando houve forte deterioração dos indicadores de confiança, elevando a aversão ao risco e maior procura por ativos considerados mais seguros (como títulos do tesouro americano), em detrimento do investimento em carteira nos mercados emergentes, o que resultou na restrição do crédito externo, atingindo, dessa forma, a atividade econômica dos países emergentes e, principalmente, na destruição de riqueza de US\$ 30 trilhões de dólares no mundo. De fato, a crise financeira nos países desenvolvidos foi reflexo da financeirização da moradia e que resultou na crise hipotecária, ou seja, a transformação da política social de moradia em política mercantil e hipotecária.

Nesse contexto, a redução da atividade econômica implicou num reflexo significativo nas contas públicas do Estado de Alagoas, no que se refere ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), que em 2008 em valores nominais foi de R\$ 1,953 bilhão (9,76% do PIB) e passou para R\$ 2,029 bilhões (9,65% do PIB) em 2010. Salienta-se, ainda, que reduzido aumento nominal de 3,89% do FPE, no período de 2010 em relação a 2009, foi resultado da alusiva crise econômica de 2008, vez que, para não comprometer o fluxo de caixa do governo Central em 2009, foi postergada as restituições do Imposto de Renda para 2010, impactando significativamente na receita do FPE em 2010.



ESTADO DE ALAGOAS

GABINETE DO GOVERNADOR

Assim, o superávit primário obtido pelo Estado de Alagoas em 2010 de 1,58% do PIB foi menor do que o estabelecido na LDO de 2010, uma vez que a meta inicial era de 1,85% do PIB. Tal fato, entretanto, não comprometeu a sustentabilidade da dívida pública como proporção do PIB, pois, em 2009, representava R\$ 6,845 bilhões (32,58% do PIB) e em 2010 foi de R\$ 7,525 bilhões (31,72% do PIB). E no tocante à dívida consolidada líquida em 2009 era de R\$ 6,510 bilhões (30,98% do PIB) e em 2010 R\$ 6,799 bilhões (28,65% do PIB). Vale ressaltar que o governo priorizou a política de investimento em infraestrutura no montante de R\$ 847,1 milhões, sendo que R\$ 302,1 milhões inscritos em Restos a Pagar não Processados em 2010.

As perspectivas para 2011 indicam crescimento real do PIB do Brasil de 4,5% segundo a LDO 2012 da União, assim como para o Estado de Alagoas, visto que existe uma correlação entre ambos. E, além disso, a participação do Estado se mantém constante em 0,6686% do PIB do Brasil desde 1998. A estimativa de crescimento neste patamar caracteriza-se pela convergência da expansão para taxas mais próximas do PIB potencial, ou seja, do crescimento sustentável. Do lado da demanda, o investimento continua se destacando como principal indutor do crescimento da economia. Entretanto, na oferta, projeta-se diminuição da atividade industrial em 2011 em função da valorização do real, resultando no aumento dos produtos importados e, portanto, no risco da desindustrialização.

No que se refere à atuação da política monetária, tornou-se ela mais restritiva desde abril de 2010, com aumento da taxa de juro básica da economia, elevação das exigências de depósito compulsório, ampliação do requerimento de capital dos bancos para realização de empréstimos e redução do volume de depósitos que as instituições financeiras podem captar com garantia do FGC (Fundo Garantidor de Crédito). Logo, o Banco Central almeja: (i) arrefecer possíveis descompassos entre as taxas de crescimento da demanda e da oferta, permitindo que a maturação de investimentos, hora em curso, amplie a capacidade instalada; e (ii) evitar a propagação do aumento do preço das *commodities* no mercado internacional nos demais preços internos.

No que se referem às contas externas, as transações correntes apresentaram déficit de US\$ 47,5 bilhões em 2010, aumento de 95,5%. O saldo negativo em transações correntes, contudo, foi financiado pelo recorde no ingresso líquido de investimentos estrangeiros diretos (IED) no País, US\$ 48,5 bilhões, o que elevou a participação do Brasil no fluxo global de investimentos de 2,3% em 2009 para 4,2% em 2010. A maior expansão econômica brasileira vis-à-vis o crescimento mundial explica, em parte, tanto o crescimento do déficit em conta corrente quando o aumento do IED. O crescimento econômico gerou maior demanda por bens e serviços, nacionais e importados, elevando as importações de bens e os gastos com viagens internacionais em face da valorização do real e salienta-se, ainda, a importância desta para diminuir as pressões inflacionárias. Adicionalmente, evidenciou-se maior remessa de lucros e dividendos em decorrência da maior rentabilidade das empresas multinacionais instaladas no País. Por outro lado, esta maior rentabilidade e o crescimento sustentado tornam a economia



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

brasileira mais atrativa para o investidor estrangeiro e para novos projetos. Ademais, o elevado estoque de reservas internacionais (US\$ 288,6 bilhões) permitiu que o Brasil mantivesse a posição de credor externo líquido em 2010, com o montante de ativos externos superando em US\$ 50,6 bilhões os passivos, refletindo que o risco-país se mantivesse abaixo da média das demais economias emergentes.

Todavia, deve-se ressaltar o alto custo da manutenção das reservas internacionais, com prejuízo de R\$ 47 bilhões, o qual foi coberto pelo Tesouro Nacional, o que resultou na elevação da dívida interna, vez que a redução da dívida externa se traduz em aumento da dívida interna, cujo custo é maior. De fato, no ano passado o BC comprou US\$ 50 bilhões, o que representou uma injeção de R\$ 85 bilhões na economia. Portanto, obrigou o BC a vender títulos da dívida interna para evitar que o aumento da base monetária favorecesse uma grande inflação. Paralelamente, o BC aplica as reservas em títulos da dívida norte-americana que, com a crise das hipotecas, rendem cada vez menos. A diferença entre a taxa de aplicação e o custo da dívida interna é hoje da ordem de 8%, devendo acrescentar-se, à diferença de taxas, os efeitos da valorização cambial.

No entanto, a questão é mais complexa visto que as reservas permitem enfrentar a possibilidade de uma interrupção súbita dos fluxos de capitais e de um déficit em conta corrente no balanço de pagamentos. Elas permitem, além disso, reduzir o custo de captação de empréstimos externos e a percepção do "risco país". Finalmente, oferecem ao BC um meio de controlar a taxa cambial na hipótese de uma eventual desvalorização cambial anormal e principalmente, ainda, uma maior valorização do real. A título de comparação, os investimentos federais representaram 1,28% do PIB de R\$ 3,675 trilhões, anunciado pelo IBGE semana passada com crescimento recorde de 7,5%.

As perspectivas para 2011 são baseadas em uma estimativa de arrefecimento do crescimento de 7,5% evidenciado em 2010 para 4,5% em face do cenário de moderada recuperação da economia mundial decorrente do alto crescimento observado em 2010 e principalmente das medidas macro prudenciais do Banco Central desde dezembro de 2010.

O governo Central e as unidades subnacionais (Estados e Municípios) realizaram uma política fiscal expansionista consubstanciada no incremento dos gastos, principalmente o aumento real da despesa de pessoal e dos gastos de custeio em face da política fiscal anticíclica implementada para arrefecer os efeitos da crise econômica mundial em 2009 e 2010. Salienta-se, ainda, que o governo Central elevou a dívida pública para alimentar o consumo e forneceu empréstimos subsidiados a empresas estatais e privadas por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES). Assim sendo, impulsionou a demanda além da capacidade da oferta do mercado, o que gerou pressão inflacionária, forçando o Banco Central a aumentar a taxa SELIC, pressionando não só o financiamento da dívida como também resultou na apreciação do real, a perda da



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

competitividade das exportações brasileiras, o risco da desindustrialização, o incremento do déficit conta corrente e o arrefecimento do crescimento econômico para o exercício de 2011.

Para cobrir o déficit, o governo precisa de financiamento externo. Ademais, para não permitir ainda maior apreciação do real, o Banco Central vem aumentando consideravelmente as reservas internacionais, atingindo em 20 de abril de 2011 o montante de US\$ 325,8 bilhões e inter-relacionando as taxas de juros internas com as externas, as quais remuneram as alusivas reservas e incrementa ainda mais o custo fiscal em R\$ 50 bilhões ao ano. Logo, esses mecanismos correlacionados são considerados como um obstáculo a sustentabilidade do crescimento econômico. E, além disso, os desequilíbrios da conta corrente estão sendo financiados com entrada de capitais na forma de investimento externo e capitais para aproveitar o diferencial da taxa real de juros brasileira, resultando em pagamentos crescentes de lucros e dividendos.

Ressalta-se que a previsão do ICMS excluindo FECOEP foi feita em 01 de abril antes do Comitê de Política Monetária iniciar mais um ciclo de política monetária restritiva, isto é, aumentar a taxa de juros, uma vez que a esta data a taxa Selic é de 11,75% a.a. A decisão de aperto monetário iniciada de dezembro de 2010 (taxa Selic 10,75%) a abril de 2010 foi baseada em função do aumento da inflação do primeiro trimestre que é a maior dos últimos sete anos, tendo acumulado até março a taxa anual de 5,9% - 1,4 pontos percentuais acima da meta de 4,5% definida pelo Banco Central. E, principalmente, pela tendência de continuidade de alta da taxa de inflação em função do significativo aumento da atividade econômica e dos gastos públicos, o que gerará um descompasso da oferta e da demanda no curto prazo, refletindo no descontrole dos preços. É de salientar que, mesmo com um aumento expressivo da Selic de 10,75% para 12,25% ao final do ano expectativa do Boletim Focus não resultará na expectativa que as projeções de inflação para 2011 atinjam a meta de 4,5%, sendo esta consubstanciada na política de metas de inflação do Banco Central. As causas desse crescimento inflacionário são resultantes da injeção de liquidez feita pelo governo federal, em 2009, no que concerne ao montante de R\$ 180 bilhões, sendo que R\$ 127 bilhões como aportes do Tesouro no BNDES, R\$ 25 bilhões como cortes de impostos de produtos, R\$ 5 bilhões como aportes do Tesouro na Caixa Econômica Federal e aos aumentos salariais do funcionalismo previstos até 2012.

Segundo o relatório de inflação do Banco Central, comandado por Alexandre Trombini, ficou claro que não se pretende sacrificar, além do necessário, o crescimento do Brasil para tentar trazer a inflação para o centro da meta de 4,5% em 2011, ou seja, a instituição se baseou das próprias regras do sistema de metas, a qual estabeleceu um teto de tolerância, no caso brasileiro de 2 (dois) pontos percentuais acima da meta, justamente para acomodar choques. Ressalta-se ainda, que o alusivo documento reduziu a previsão de crescimento do PIB de 4,5% para 4% este ano.



ESTADO DE ALAGOAS

GABINETE DO GOVERNADOR

A nova expectativa oficial da inflação é de uma queda dos atuais 5,9% para 5,6% em 2011, até chegar a 4,6% no fim de 2012. Assim sendo, na composição do novo cenário, o Banco Central aposta no arrefecimento da atividade econômica, iniciando no segundo semestre de 2011, e ampliando em fase do aperto da política monetária e das medidas macroprudenciais que tem como objetivo reduzir o volume de oferta de crédito disponível. Ressalta-se, ainda, que a utilização das medidas macroprudenciais³ visam prevenir bolhas de crédito e outras situações que criem o risco sistêmico no setor bancário.

A alíquota de IOF sobre os empréstimos tomados do exterior, com prazo inferior a 720 dias, foi elevada a 6% para diminuir o custo de oportunidade das instituições financeiras e empresas de obter dinheiro a taxas mais baixas para ganhar com o diferencial dos altos juros domésticos. No que se referem aos bancos, essa operação dava fôlego a novos empréstimos e diminuía a eficácia de aperto monetário, e, além disso, tem como objetivo reduzir monetariamente as pressões por uma valorização ainda maior do real sobre o dólar. Logo, o Banco Central depositou total confiança que o uso das medidas macroprudenciais como principal estratégia para conter a liquidez no mercado cambial para não agravar ainda mais o custo fiscal do Tesouro Nacional.

O saldo dos empréstimos acumula alta de 21% nos últimos 12 meses. Enquanto em janeiro o crescimento do crédito foi de 0,5% sobre dezembro, em fevereiro a alta foi de 1,4%, entretanto o ritmo das liberações de novos empréstimos tem uma queda significativa nas concessões de crédito no primeiro trimestre deste ano. Salienta-se que o Banco Central estabeleceu estratégias para manter o ritmo do crescimento, entretanto a entrada de moeda estrangeira superou a saída em 24,4 bilhões no ano passado. Em 2011, nos três primeiros meses o ingresso foi de US\$ 35,6 bilhões, resultando na consequência imediata desse fluxo é a depreciação do dólar. Ao mesmo tempo cresceu a quantidade de dinheiro em circulação, o que contribuiu para expandir o crédito e o consumo aumentando ainda mais a inflação e criando bolhas especulativas no segmento principalmente imobiliário. Segundo dados divulgados pelo BC, o estoque de crédito direcionado totalizou R\$ 606,865 bilhões, o que equivale a um aumento de 0,9% em relação a fevereiro. Somente o crédito direcionado para a habitação totalizou R\$ 142,251 bilhões em março, teve uma expansão de 3% de fevereiro para março e de 8,2% no trimestre. No acumulado em 12 meses, esse aumento foi de 48,3%.

Entretanto, a previsão que o projeto para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012, que foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo Ministério do Planejamento, prevê uma correção de 13,08% para o salário mínimo⁴ no ano que vem. Com isso, o valor subiria dos atuais R\$ 545 para R\$ 616,34 a partir de janeiro de 2012 e ainda de acordo com o projeto, o valor do piso para 2013 seria de R\$ 676,35 e em 2014 o mínimo chegaria a R\$ 745,66. A proposta adotou a fórmula, aprovada em fevereiro, que prevê que o reajuste do piso seja

³ Evolução dos depósitos compulsórios (percentual dos depósitos à vista que os bancos são proibidos de emprestar em dezembro de 2010).

⁴ A proposta adotou a fórmula, aprovada em fevereiro, que prevê que o reajuste do piso seja calculado com base na inflação do período mais o PIB de dois anos anteriores.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

calculado com base na inflação do período mais o PIB de dois anos anteriores. Assim sendo, o incremento do salário mínimo continuará pressionando a inflação com a armadilha da indexação em face que o salário mínimo é um custo importante para vários serviços e na medida em que ele cresce acima da inflação, aumentam os custos desse segmento, com repasse para o preço final, realimentando o processo inflacionário.

Ressalta-se, ainda, que pressionará ainda mais a posição fiscal do Governo Central em função de que cada real de aumento no salário mínimo significa um custo adicional de R\$ 286 milhões nas contas da Previdência Social. Em um contexto que a elevação da dívida pública que alcançou em dezembro de 2010 R\$ 1,694 trilhão e que o Tesouro Nacional projeta que ao final do ano de 2011 alcance R\$ 1,8 trilhão. Assim sendo, implicará em maior pagamento de juros sobre juros aliada a necessidade crescente de volume de recursos para financiar o déficit da previdência e em um cenário que se evidencia o modelo de esgotamento de aumento da receita do setor público consolidado, resultando assim em um maior risco sobre a sustentabilidade fiscal no que se refere à capacidade de geração de superávit primário do setor público consolidado.

Tabela I – Modelo de esgotamento de aumento de receita e geração de superávit primário do setor público consolidado – 1998-2008

	1998				2008			
	Setor Público Consolidado	Federal	Estadual	Municipal	Setor Público Consolidado	Federal	Estadual	Municipal
RECEITA TOTAL	31,39%	18,84%	11,39%	6,13%	38,56%	23,78%	13,42%	7,99%
RECEITA TRIB.TOTAL	19,88%	11,54%	6,97%	1,37%	18,53%	8,47%	8,49%	1,57%
DESPESA TOTAL	31,12%	18,07%	11,95%	6,08%	35,15%	21,39%	12,54%	7,86%
RESULT. PRIMÁRIO	0,27%	0,77%	-0,56%	0,06%	3,41%	2,39%	0,88%	0,13%

Fonte: Secretaria de Tesouro Nacional

O câmbio valorizado foi utilizado eficazmente no combate aos surtos inflacionários, mas vem desarticulando as cadeias produtivas mais integradas, especialmente na indústria, e produz tensões crescentes e, afinal, incontroláveis, no setor externo. Assim sendo, as medidas tomadas pelo Banco Central no que se refere a diminuir a expansão do crescimento do crédito colaborará na redução da demanda e, em linha direta, na contenção de pressões inflacionárias, mas refletirá na evolução do nível de atividades e, conseqüentemente, na geração de empregos.

Ao lado da política macroeconômica, a implementação da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) implicará no aumento do investimento público em infraestrutura, especialmente em moradia, saneamento, transporte e energia. E como já salientado que à política do salário mínimo para o exercício de 2012 a 2014 aumenta ainda mais o risco de gerar pressões inflacionárias.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Diante deste cenário, a projeção segundo a LDO 2012 da União no que se refere à taxa de crescimento real anual do PIB é de 5,0% para 2012 (Tabela 1), sendo mais elevada nos anos de 2013 e 2014 em virtude da Copa do Mundo de Futebol a ser realizada no Brasil. A taxa de inflação em 2012 deverá se manter consistente com a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. As estimativas de taxa de câmbio levam em consideração expectativas de mercado. Esse ambiente macroeconômico considera ainda uma progressiva queda das taxas de juros reais, incorporada nas projeções de mercado.

Tabela II – Parâmetros Macroeconômicos Projetados

	2012	2013	2014
PIB (crescimento real % a. a.)	5	5,5	5,5
Taxa Selic Efetiva (média % a.a.)	10,76	10,08	8,75
Câmbio (R\$/US\$ - final de	1,79	1,83	1,89

Fonte: Governo Central (LDO-2012)

A atuação do Banco Central, no que tange ao aumento da taxa de juros, terá impacto significativo na atividade econômica, principalmente no segmento automotivo, o que poderá ter reflexo nas previsões da arrecadação do ICMS excluindo FECOEP e do FPE para os exercícios de 2011 e 2012.

A importância da instalação do estaleiro Eisa em Coruripe em face da previsão de investimento de R\$ 1,5 bilhão, na medida em que contribuirá para o desenvolvimento econômico e social do Estado de Alagoas no que se refere à geração de empregos (4,5 mil), de renda e receita de impostos.

Ressalta-se que a real limitação do crescimento econômico do Estado de Alagoas não se baseia em apenas uma limitada base econômica produtiva e uma significativa participação do setor público de 24,77%⁵ do PIB em 2008, mas principalmente na capacidade para produzir conhecimento e tecnologia em face da baixa qualificação do capital humano e qualidade das instituições.

- Empregos gerados em Alagoas por segmento de 2000 a 2010

O Estado de Alagoas gerou 93.194 empregos, sendo que a Indústria de Transformação, apesar de ter gerado 44.137 empregos, no período de 2000 a 2010, evidencia o baixo dinamismo na geração de empregos de 2008 a 2010. A expansão do crédito e o alto dinamismo no setor imobiliário resultaram em 12.377 empregos no segmento da construção civil, sendo 11.264 empregos em 2009 e 2010.

⁵ O montante da Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social foi de R\$ 4,743 bilhões (24,77% do PIB) em 2008.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela III – Empregos gerados por segmentos em Alagoas – 2000 a 2010

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
IND. TRANSFORMAÇÃO	6.493	9.894	5.584	9.153	9.007	-1.663	6.912	-3.974	788	1.032	714
COMÉRCIO	1.381	1.507	1.366	1.467	1.797	2.286	3.507	1.729	1.083	1.163	4.435
CONSTRUÇÃO CIVIL	961	-1.223	592	-1.204	1.139	1.347	-842	-137	480	3.674	7.590
AGROPECUÁRIA	2.693	-3.635	-642	210	-4.542	734	128	-432	-881	-473	-96
SERVIÇOS	397	963	536	1.322	2.058	3.057	2.171	1.832	1.781	2.678	4.931
OUTROS	-21	-775	376	-76	223	-56	179	477	71	910	221
TOTAL	11.904	6.731	7.812	10.872	9.682	5.705	12.055	-505	3.322	7.821	17.795

Fonte : Ministério do Trabalho - Caged (Lei 4.923/65)

Em face da importância do setor de Indústria de Transformação na geração de emprego, em Alagoas foi realizada uma análise desagregada entre os segmentos e foi observado o baixo dinamismo neste segmento no que se refere à geração de empregos em 2010, apesar do alto crescimento econômico do país. Salienta-se, ainda, o alto índice de rotatividade no mercado de trabalho na indústria de transformação e, principalmente, no segmento de alimentação e bebidas.

Tabela IV – Análise desagregada da Indústria de Transformação na geração de empregos em 2010 no Estado de Alagoas

	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO
2.INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	60.632	59.721	911
Ind. Prod. Min. Não Metálicos	666	619	47
Ind. Metalúrgica	1.101	983	118
Ind. Mecânica	646	549	97
Ind. Materiais Elétricos e Comunicações	18	14	4
Ind. Materiais de Transporte	85	59	26
Ind. Madeira e Mobiliários	344	259	85
Ind. Papel, Papelão, Editor.	328	286	42
Ind. Borracha, Fumo, Couros	88	94	(6)
Ind. Quím., Prod. Farm. Veter.	1.136	907	229
Ind. Têxtil, Vestuário	386	452	(66)
Ind. Calçados	86	43	43
Ind. Prod. Aliment. Bebidas	55.748	55.456	292

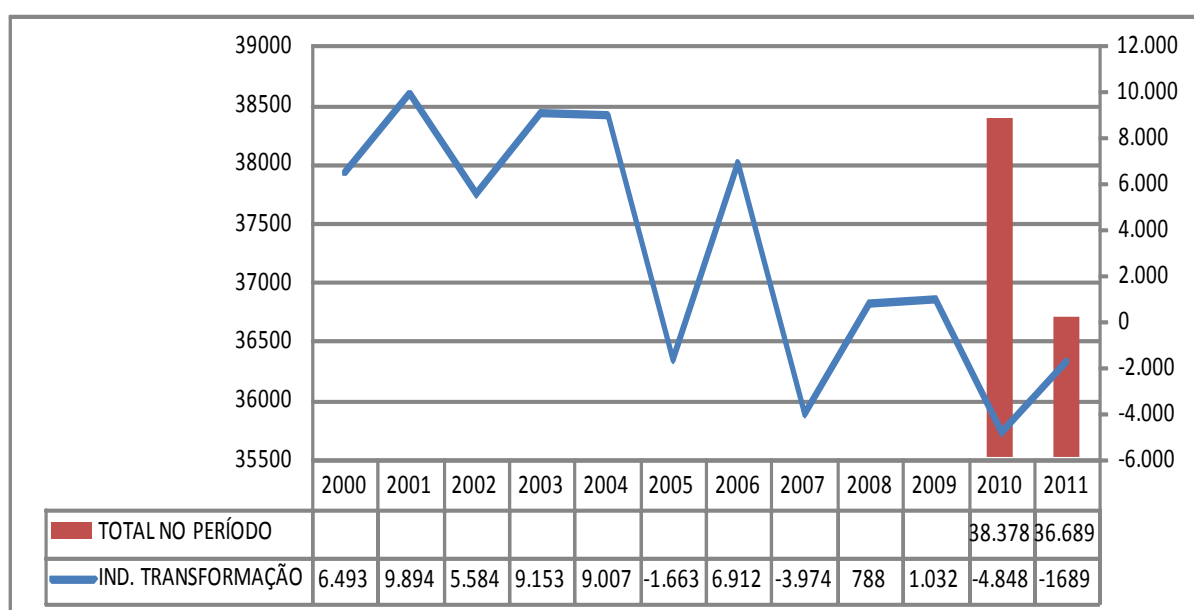
Fonte : Ministério do Trabalho - Caged (Lei 4.923/65)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Em 2011, o Estado de Alagoas gerou 907 empregos, considerando o 1º bimestre, sendo que o segmento construção civil contribuiu com 1.854 e serviços 1.145. No que se refere à indústria de transformação, houve perda de empregos de 1.689.

Gráfico I – Evolução do emprego no segmento da Indústria de Transformação no Estado de Alagoas - 2000 a 2011



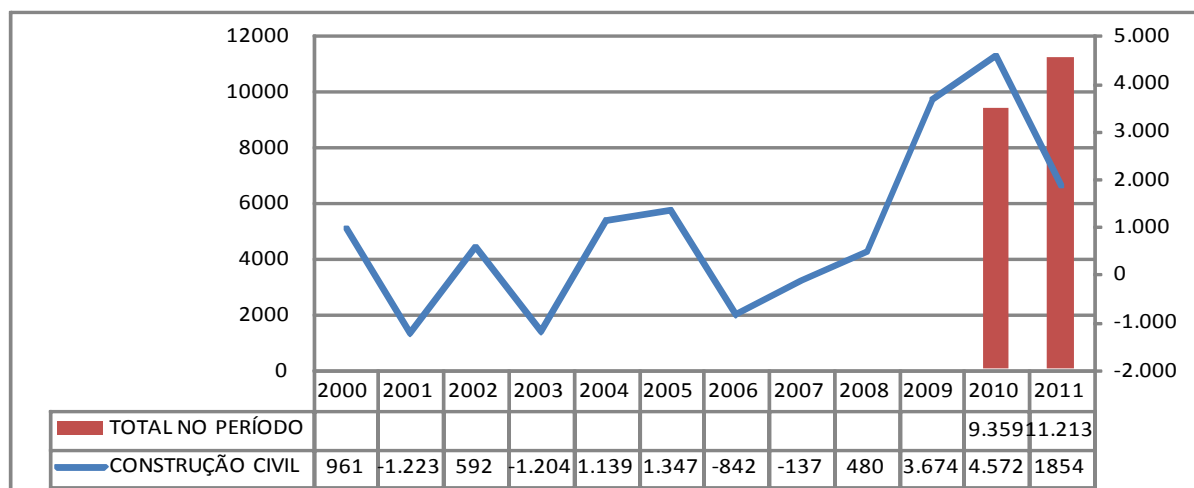
Fonte: Ministério do Trabalho – Caged (Lei 4.923/65)

A dinâmica da evolução do emprego no segmento da Construção Civil apresenta um incremento em face da política de expansão do crédito imobiliário e do programa Minha Casa Minha Vida e do Programa de Aceleração do Crescimento. No 1º bimestre de 2011 foram gerados 1.854 empregos contrastando com 1.109 empregos no mesmo período de 2010.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

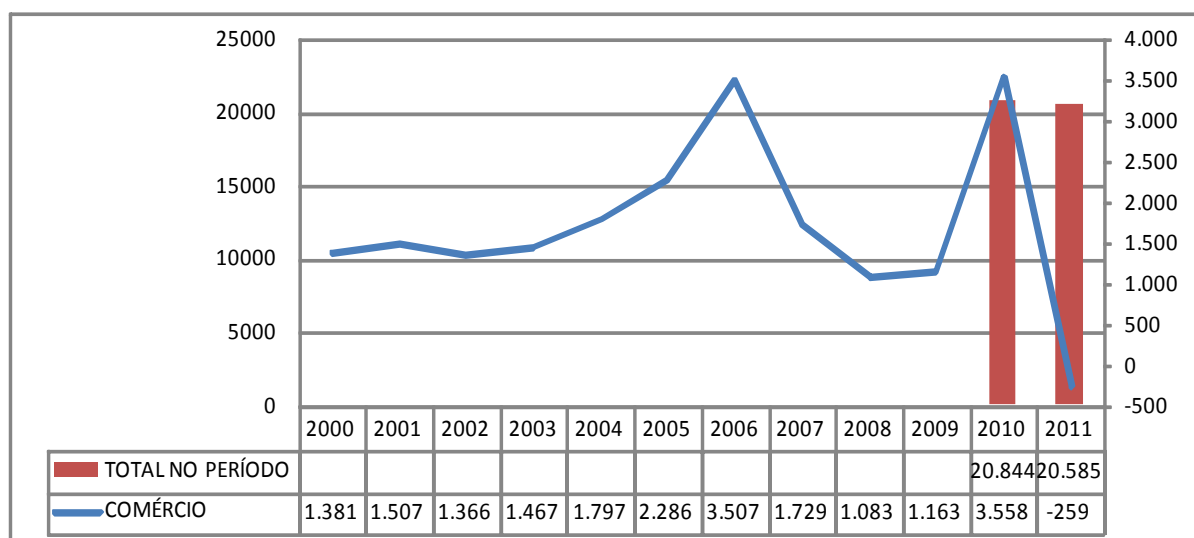
Gráfico II – Evolução do emprego no segmento da Construção Civil no Estado de Alagoas 2000 a 2011



Fonte: Ministério do Trabalho - Caged (Lei 4.923/65)

O segmento Comércio apresentou uma tendência crescente na geração de empregos em face da política de renúncia fiscal no segmento atacadista. De 2000 a 2010 foram gerados 20.440 empregos, sendo que em 2011 foram perdidos 259 empregos. Salienta-se, ainda, que no 1º bimestre de 2010 o ganho foi de 36 empregos.

Gráfico III – Evolução do emprego no segmento Comércio no Estado de Alagoas 2000 a 2011



Fonte: Ministério do Trabalho (Lei 4.923/65)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

A sustentação do crescimento econômico do Estado de Alagoas nos próximos anos dependerá da continuidade do fortalecimento da capacidade produtiva interna, por meio de maiores investimentos públicos e privados, assim como da elevação da poupança interna, sendo esta necessária para diminuir a dependência de financiamento para os investimentos.

Mesmo com a possibilidade que o cenário previsto no que se refere ao aumento da arrecadação do ICMS sem o FECOEP não se confirme, após o ciclo de aumento da taxa de juros, o Governo de Alagoas, em compromisso com uma política fiscal austera, decidiu elevar a meta de superávit primário para R\$ 302,2 milhões correspondendo a 1,31% do PIB em 2010 contrastando com a meta realizada de R\$ 92,9 milhões em 2009, o que representou 0,46% do PIB no sentido de manter a sustentabilidade da dívida pública.

Tabela V – Anexo Resumido das Metas Fiscais do Estado de Alagoas dos três anos anteriores (% do PIB de Alagoas) – Preços correntes

DISCRIMINAÇÃO	2009	%	2010	PIB	2011	PIB
I) Resultado Primário Indicado na LDO	394.208	1,88%	303.223	1,28%	317.435	1,17%
II) Resultado Primário Obtido	92.874	0,44%	375.066	1,58%	317.435	1,17%
Resultado Obtido – Indicado (II – I)	-301.334	-1,43%	71.843	0,30%	0	0,00%
Resultado Nominal	-109.899	-0,52%	679.970	2,87%	308.560	1,14%
Dívida Pública Bruta	6.845.522	32,58%	7.525.492	31,72%	7.834.052	28,82%
Dívida Pública Líquida	6.509.556	30,98%	6.798.649	28,65%	7.100.000	26,12%
PIB Alagoas		21.014.182		23.726.344		27.182.048
Pib Brasil		3.143.012.542		3.548.660.465		4.065.517.154

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)
Valores em R\$ 1.000,00



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela VI – Anexo Resumido das Metas Fiscais do Estado de Alagoas dos três anos anteriores (% do PIB de Alagoas) – (Preços médios de 2011 IGP-DI)

DISCRIMINAÇÃO	2009	%	2010	PIB	2011	PIB
I) Resultado Primário Indicado na LDO	454.001	1,88%	330.755	1,28%	317.435	1,17%
II) Resultado Primário Obtido	106.961	0,44%	409.122	1,58%	317.435	1,17%
Resultado Obtido – Indicado (II – I)	-347.040	-1,43%	78.367	0,30%	0	0,00%
Resultado Nominal	-126.569	-0,52%	741.710	2,87%	308.560	1,14%
Dívida Pública Bruta	7.883.849	32,58%	8.208.797	31,72%	7.834.052	28,82%
Dívida Pública Líquida	7.496.924	30,98%	7.415.958	28,65%	7.100.000	26,12%
PIB Alagoas		24.201.607		25.880.666		27.182.048
Pib Brasil		3.619.743.752		3.870.874.420		4.065.517.154

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)
Valores em R\$ 1.000,00

Tabela VII – Trajetória Estimada para o Resultado Primário, a Dívida Bruta e Líquida e para o Resultado Nominal 2011-2014 (Variáveis em % do PIB de Alagoas) – Preços correntes

DISCRIMINAÇÃO	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
RESULTADO PRIMÁRIO	319.311	1,17%	368.430	1,22%	418.792	1,25%	447.261	1,21%
RESULTADO NOMINAL	308.560	1,14%	110.476	0,37%	(9.061)	-0,03%	40.303	0,11%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	7.834.052	28,82%	7.944.528	26,34%	7.935.467	23,64%	7.975.770	21,63%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	7.100.000	26,12%	7.300.000	24,21%	7.480.000	22,29%	7.580.000	20,56%
PIB ALAGOAS		27.182.048		30.158.691		33.564.362		36.874.136
PB BRASIL		4.065.517.154		4.510.722.504		5.020.096.024		5.586.990.271

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)
Valores em R\$ 1.000,00



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela VIII – Trajetória Estimada para o Resultado Primário, a Dívida Bruta e Líquida e para o Resultado Nominal 2011-2014 (Variáveis em % do PIB de Alagoas) – (Preços médios de 2011 IGP-DI)

DISCRIMINAÇÃO	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
RESULTADO PRIMÁRIO	317.435	1,17%	349.575	1,22%	380.249	1,25%	388.610	1,21%
RESULTADO NOMINAL	308.560	1,14%	(296.085)	-1,03%	(332.828)	-1,09%	(275.251)	-0,86%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	7.834.052	28,82%	7.537.967	26,34%	7.205.139	23,64%	6.929.888	21,63%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	7.100.000	26,12%	6.926.423	24,21%	6.791.590	22,29%	6.586.016	20,56%
PIB ALAGOAS		27.182.048		28.615.322		30.475.320		32.038.740
PB BRASIL		4.065.517.154		4.279.886.633		4.558.079.526		4.854.354.484

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)
Valores em R\$ 1.000,00

Dessa forma, por meio dessas metas, o governo reitera o compromisso com a manutenção do equilíbrio das finanças públicas no sentido de manter a sustentabilidade da dívida pública, assim como a ampliação dos investimentos em infraestrutura, gerando condições para um crescimento sustentado com inclusão social.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

LEI Nº 7.264, DE 22 DE JULHO DE 2011.

ANEXO I – A1

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

**AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO
ANTERIOR**

METAS ANUAIS

2010

(Art. 4º, § 2º, inciso I da LC nº 101/2000)

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais de 2010

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabeleceu, em seu Artigo 4º, § 2º, Inciso I, que o Anexo de Metas Fiscais conterá, além do demonstrativo de metas anuais, a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

As metas fiscais do Estado de Alagoas, para o exercício de 2010, foram originalmente estabelecidas por intermédio da Lei nº 7.087 de 31 de julho de 2009 (LDO), que dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para aquele exercício, o qual constituiu a necessidade da obtenção de um superávit primário de R\$ 269,4 milhões e que foi reprogramada por meio da Lei nº 7.198 de 28 de julho de 2010 para R\$ 303,2 milhões.

Os parâmetros fixados na Lei Orçamentária serão objeto dos comentários a seguir:

- Resultado Fiscal

Por ocasião das elaborações das programações financeiras e dos cronogramas trimestrais de desembolsos de que tratam o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, foram reavaliadas as receitas primárias e as despesas obrigatórias e verificada a necessidade de limitação de empenho, a movimentação financeira e os pagamentos das despesas discricionárias (custeio, investimentos e inversões financeiras) em R\$ 1,006 bilhão, o que foi feito por meio dos Decretos de Programação Trimestral Financeira. É de ressaltar que no alusivo período a economia orçamentária, a qual é a diferença entre a despesa executada e a despesa fixada, foi de R\$ 1,201 bilhão e a insuficiência de arrecadação de R\$ 880,3 milhões.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

No exercício financeiro de 2010, o total das receitas primárias alcançou R\$ 5,478 bilhões (23,09% do PIB), ou seja, as receitas totais excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, tiveram um acréscimo nominal de 21,88% correspondendo a R\$ 983,6 milhões ou de 1,21% do PIB em relação a 2009 em face que neste exercício o total das receitas primárias foi de R\$ 4,495 bilhões (21,39% do PIB).

O total das receitas de transferências em 2009 foi de R\$ 2,459 bilhões (11,70% do PIB) e em 2010 R\$ 3,260 bilhões (13,74% do PIB), resultando em um acréscimo nominal de 32,61% ou de R\$ 801,8 milhões, o que correspondeu a 1,75% do PIB em relação a 2009. Ressalta-se que o FPE líquido do Fundeb⁶ em 2009 foi de R\$ 1,506 bilhão (7,17% do PIB) e em 2010 de R\$ 1,623 bilhão (6,84% do PIB), resultando em um aumento nominal de R\$ 117,2 milhões ou de 7,78%, entretanto evidenciou-se uma redução de 0,47% do PIB em relação a 2009. Ressalta-se, ainda, que o incremento alusivo ao total das receitas das transferências em 2010 foi reflexo do incremento das transferências de convênio no que concernem as transferências correntes⁷ bem como das transferências de capital.

O total das receitas da arrecadação própria em 2009 foi de R\$ 2,036 bilhões (9,69% do PIB) e em 2010 de R\$ 2,218 bilhões (9,35% do PIB), refletindo em um acréscimo nominal de 8,93% ou de R\$ 181,8 milhões, entretanto houve uma redução de 0,54% do PIB em relação a 2009. O ICMS líquido do Fundeb⁸ em 2009 correspondeu a R\$ 1,412 bilhão (6,72% do PIB) e em 2010 foi de R\$ 1,689 bilhão (7,12% do PIB), resultando em um incremento nominal de 19,60% ou de R\$ 276,8 milhões (0,25% do PIB).

Ressalta-se, ainda, que a redução de outras receitas de arrecadação própria foi reflexo da criação do AL Previdência em face que as Receitas de Contribuição Previdenciária que foi de R\$ 152,6 milhões (0,73% do PIB) e reduziu em 2010 para R\$ 56,1 milhões (0,24% do PIB), evidenciando uma redução nominal de 63,2% ou R\$ 96,4 milhões (-0,46% do PIB).

O total das despesas não financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, totalizou em 2009 R\$ 3,913 bilhões (18,62% do PIB) e em 2010 de R\$ 4,510 bilhões (19,01% do PIB), implicando em um incremento nominal de 15,27% ou R\$ 597,6 milhões (0,39% do PIB). As despesas não financeiras, portanto, tiveram uma redução de R\$ 19 milhões em relação à reprogramação da LDO 2010 que projetou em R\$ 3,932 bilhões.

⁶ Salienta-se, ainda, o reduzido aumento real de 1,39% do FPE no período de 2010 em relação a 2009 resultado da crise econômica de 2008 com reflexo em 2009 em face de que para não comprometer o fluxo de caixa do governo Central em 2009 foi postergada as restituições do Imposto de Renda para 2010, o que impactou significativamente na receita do FPE em 2010.

⁷ As receitas de Transferências de Convênios tiveram um aumento expressivo, fruto do esforço do governo na captação de recursos junto ao governo federal e que portanto resultaram no incremento das Outras Despesas Correntes.

⁸ No que concerne ao exercício de 2010 em relação a 2009 observou-se que o aumento nominal do ICMS s/ Fecoop de resultado da expansão do crédito, da geração de empregos. Ressalta-se, ainda, que a geração de empregos em Alagoas, no período de 2000 a 2010, foi de 93.194, sendo que foi gerado 17.795 empregos em 2010 e em 2010 estavam empregados 302.832 contribuindo para o incremento da massa salarial e do consumo, como também o programa de Bolsa Família.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

A despesa de pessoal em 2009 foi de R\$ 2,572 bilhões (12,24% do PIB) e em 2010 de R\$ 2,482 bilhões (10,46% do PIB), implicando em uma redução nominal de R\$ 89,8 milhões (-3,49%). Salienta-se para o fato de que a redução nominal da alusiva despesa foi decorrente da utilização dos recursos do AL Previdência no montante de R\$ 140 milhões bem como a criação do Fundo Previdenciário. Assim sendo, o valor real da referida despesa no exercício de 2010 seria de R\$ 2,621 bilhões (11,05% do PIB), entretanto a Secretaria de Gestão Pública⁹ ajustou a referida despesa para R\$ 2,658 bilhões.

No que se referem às outras despesas correntes e de capital evidenciou-se que em 2009 era de R\$ 1,341 bilhão (6,38% do PIB) e em 2010 foi de R\$ 2,029 bilhões (8,55% do PIB), resultando em um acréscimo nominal de R\$ 687,5 milhões ou 51,27%, correspondendo a (2,17% do PIB). As outras despesas correntes que em 2009 era de R\$ 770,6 milhões (3,67% do PIB) passaram para R\$ 1,160 bilhão (4,89% do PIB) em 2010, implicando em um acréscimo nominal de R\$ 389,8 milhões ou de 50,59% em face de que houve incremento das transferências de convênios¹⁰ bem como do crescimento da receita em face da vinculação com as despesas de educação e saúde.

No que concernem às despesas de capital os 11 investimentos eram de R\$ 558,8 milhões (2,66% do PIB) em 2009 e passaram para R\$ 847,1 milhões (3,57% do PIB) em 2010, implicando em um acréscimo nominal de R\$ 288,4 milhões ou de 51,61%, correspondendo a 0,91% do PIB.

O equilíbrio das contas públicas fica evidenciado no que tange a obtenção do superávit primário em face que em 2009 foi de R\$ 92,8 milhões (0,44% do PIB) reflexo da grave crise mundial e em 2010 passou para R\$ 375,1 milhões (1,58% do PIB). Salienta-se, ainda, que a meta do superávit primário fixado pela LDO para o exercício de 2010 era de R\$ 303,2 milhões (1,31% do PIB). É de salientar que o superávit primário foi aumentado e, além disso, o governo privilegiou a realização de investimentos estruturantes.

O compromisso do esforço fiscal feito pelo Estado é evidenciado na medida em que a dívida pública consolidada em 2009 era de R\$ 6,845 bilhões (32,58% do PIB) e em 2010 foi de R\$ 7,525 bilhões (31,72% do PIB) e no que concerne a dívida líquida consolidada em 2009 era de R\$ 6,510 bilhões (30,98% do PIB) e em 2010 foi de R\$ 6,799 bilhões (28,65% do PIB).

⁹ A SEGESP enviou o Ofício nº 192/2011 ajustando a base de dados e projetando a despesa de pessoal de 2011 a 2014.

¹⁰ As receitas de Transferências de Convênios no que se referem às transferências correntes tiveram um aumento expressivo em 2009 foi de R\$ 48,9 milhões e em 2010 de R\$ 110,7 milhões, fruto do esforço do governo na captação de recursos junto ao governo federal e que, portanto resultaram no incremento das Outras Despesas Correntes.

¹¹ As transferências de capital em 2009 foram de R\$ 159,9 milhões e em 2010 alcançaram R\$ 577,1 milhões.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela IX – Análise Analítica do Resultado Fiscal 2009 – 2010 – (% do PIB de Alagoas)

	2009		2010	
DISCRIMINAÇÃO	2009	%	2010	%
I - RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL	4.494.610	21,39%	5.478.241	23,09%
Receitas de Transferências	2.458.667	11,70%	3.260.447	13,74%
FPE líquido do Fundeb	1.506.223	7,17%	1.623.441	6,84%
Outras	952.444	4,53%	1.637.006	6,90%
Receitas de Arrecadação Própria	2.035.943	9,69%	2.217.793	9,35%
ICMS líquido do Fundeb	1.412.391	6,72%	1.689.165	7,12%
IPVA líquido do Fundeb	93.570	0,45%	100.495	0,42%
Outras	529.982	2,52%	428.133	1,80%
II- DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS	488.980	2,33%	592.766	2,50%
III- RECEITA LÍQUIDA (I - II)	4.005.630	19,06%	4.885.475	20,59%
IV- DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	3.912.756	18,62%	4.510.408	19,01%
Pessoal	2.571.700	12,24%	2.481.860	10,46%
OCC	1.341.056	6,38%	2.028.549	8,55%
Investimentos	558.774	2,66%	847.140	3,57%
Inversões	11.712	0,06%	21.020	0,09%
Outras Despesas Correntes	770.570	3,67%	1.160.389	4,89%
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	92.874	0,44%	375.066	1,58%
RESULTADO NOMINAL	-109.899	-0,52%	679.970	2,87%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	6.845.522	32,58%	7.525.492	31,72%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	6.509.556	30,98%	6.798.649	28,65%
PIB ALAGOAS		21.014.182		23.726.344
PB BRASIL		3.143.012.542		3.548.660.465

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)
Valores em R\$ 1.000,00

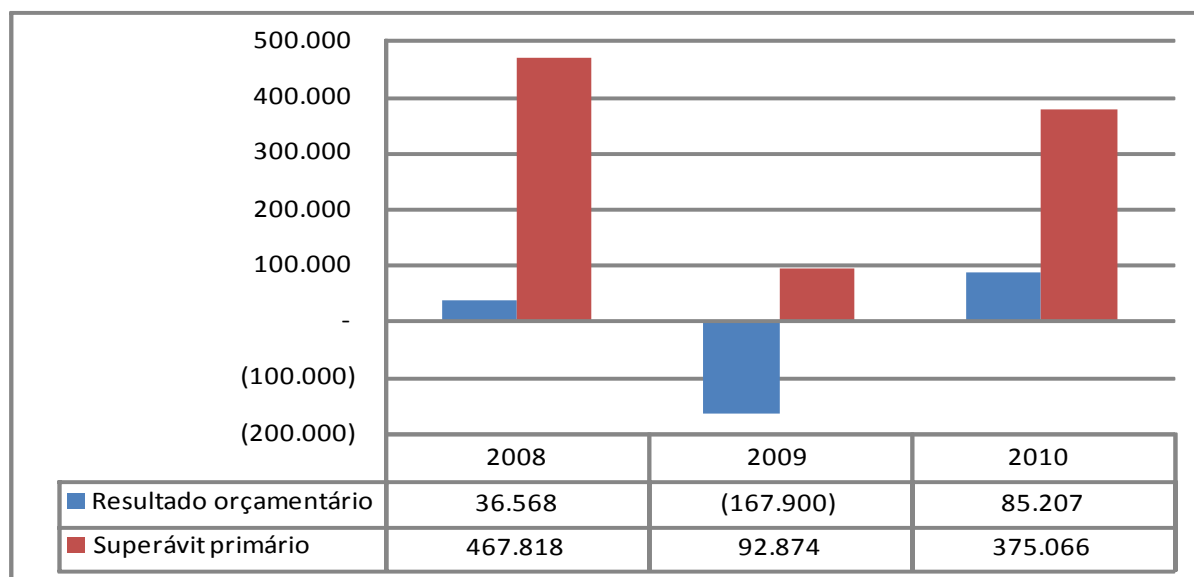
O gráfico IV evidencia a gravidade da crise mundial de 2008 e os efeitos em 2009 em face da geração de um déficit orçamentário expressivo em 2009. No que concerne ao exercício de 2010 e a retomada do ajuste fiscal em face da geração de um superávit primário expressivo, entretanto a obtenção do superávit orçamentário demonstra o peso significativo do serviço da dívida (juros e amortização da dívida) no tocante ao resultado das contas públicas¹².

¹² Em face da deterioração das contas públicas, Alagoas assinou o contrato de ajuste fiscal com a União, que lhe impôs a rigidez maior que a regra previa no tocante ao limite para o pagamento do serviço da dívida que alcançou 15% da RLR, quando os demais estados comprometiam 11% da RLR em face de que no momento da negociação do citado Programa, Alagoas apresentava um dos piores indicadores quando se compara o volume da dívida consolidada liquidada e receita corrente líquida e este foi um dos parâmetros utilizados para definição dos critérios que orientaram as assinaturas dos contratos de refinanciamentos entre o Governo Federal e os Estados.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico IV – Resultado orçamentário e superávit primário – 2008-2010 (Valores nominais)



Fonte: SIAFEM
Valores em R\$ 1.000,00

- Dívida Consolidada

A Dívida Consolidada, também chamada de fundada, corresponde ao montante total apurado sem duplicidade das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados de realização de operações de crédito, com amortização de prazo superior a doze meses.

A Resolução nº 40/01 do Senado Federal determina que o limite de endividamento seja, no máximo, duas vezes a RCL, porém, para efeito de apuração desse limite, utiliza-se o conceito de Dívida Consolidada Líquida, deduzindo da dívida consolidada o superávit financeiro existente.

A rubrica Dívida Mobiliária é composta pelas Letras Financeiras do Tesouro Estadual – LFT-AL. Com o refinanciamento ocorrido por intermédio da Lei nº 9.496/97, a maior parcela das LFT-AL foi resgatada. Ficaram de fora desse processo apenas alguns investidores e atualmente o Tesouro Estadual encontra-se em processo de regularização desses títulos.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

A Dívida regida pela Lei 9.496/97 representa 78,43% da Dívida Consolidada (Rolagem, Produban e Dívida Mobiliária) e o seu custo de financiamento é o índice IGP-DI (FGV) mais juros de 7,5% a.a ou 6,0% a.a e tem seu pagamento limitado à 15% da Receita Líquida Real – RLR. Portanto, o comportamento da RLR e do IGP-DI influenciam diretamente nos valores da dívida consolidada.

A Dívida Consolidada (DC) teve um incremento de 26,96% nos últimos cinco anos, sendo que a variação do IGP-DI no alusivo período foi de 34,01% e do IGP-M de 29,87%, entretanto o incremento da Receita RLR média foi de 142,13% e esta vincula ao pagamento do serviço da dívida em 15%, contribuindo assim para a redução da dívida pública neste alusivo período. Analisando do ponto de vista da relação DC/RCL evidencia-se que esta relação era de 221,59% em 2006 reduziu para 178,94% em 2010. A Dívida Consolidada Líquida (DCL), em 2010, alcançou o montante de R\$ 6,799 bilhões e este valor equivale a 161,66% da Receita Corrente Líquida (RCL), sendo, assim, inferior ao limite máximo estabelecido pelo Senado (200%). Salienta-se, ainda, que esta relação era de 221,59% em 2006.

Tabela X – Evolução da Dívida Consolidada e da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida 2006-2010

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA GERAL DO ESTADO 2006 - 2010							
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2006/2010	2009/2010
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (1)	5.927.277	6.218.123	6.955.422	6.845.522	7.525.492	26,96%	9,93%
Dívida Mobiliária	80.428	90.740	102.066	112.200	123.170	53,14%	9,78%
Dívida Contratual	5.380.989	5.671.572	6.223.793	6.342.734	7.040.125	30,83%	11,00%
Parcelamentos com a União	324.999	313.560	485.656	380.116	362.197	11,45%	-4,71%
De Tributos	-	-	33.636	31.371	29.780	-	-5,07%
Contribuições Sociais	254.743	248.190	389.835	291.680	281.042	10,32%	-3,65%
FGTS	70.256	65.370	62.185	57.066	51.375	-26,87%	-9,97%
Outras Dívidas	140.861	142.251	143.907	10.471	-	-100,00%	-100,00%
DEDUÇÕES (2)	-	-	-	335.967	726.843	-	116,34%
Ativo Disponível	162.767	396.390	558.311	866.385	1.086.607	567,59%	25,42%
Haveres Financeiros	58.165	20.309	18.085	27.356	41.582	-28,51%	52,00%
(-) Restos a Pagar Processados	632.248	615.384	608.885	557.774	401.346	-36,52%	-28,05%
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	411.331	198.701	32.503	240.967	240.967	-41,42%	0,00%
Precatórios anteriores a 05/05/2000	-	-	-	-	-	-	-
Insuficiência Financeira	411.316	198.686	32.488	-	-	-	-
Outras Obrigações	15	15	15	240.967	240.967	1636798%	0,00%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (3)	5.927.277	6.218.123	6.955.422	6.509.556	6.798.649	14,70%	4,44%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.674.902	3.105.363	3.528.416	3.597.965	4.205.565	57,22%	16,89%
% DC/RCL	221,59%	200,24%	197,13%	190,26%	178,94%	-19,25%	-5,95%
% DCL / RCL	221,59%	200,24%	197,13%	180,92%	161,66%	-27,05%	-10,65%
Limite pelo Senado Federal - 200%	5.349.804	6.210.726	7.056.833	7.195.930	8.411.130	57,22%	16,89%

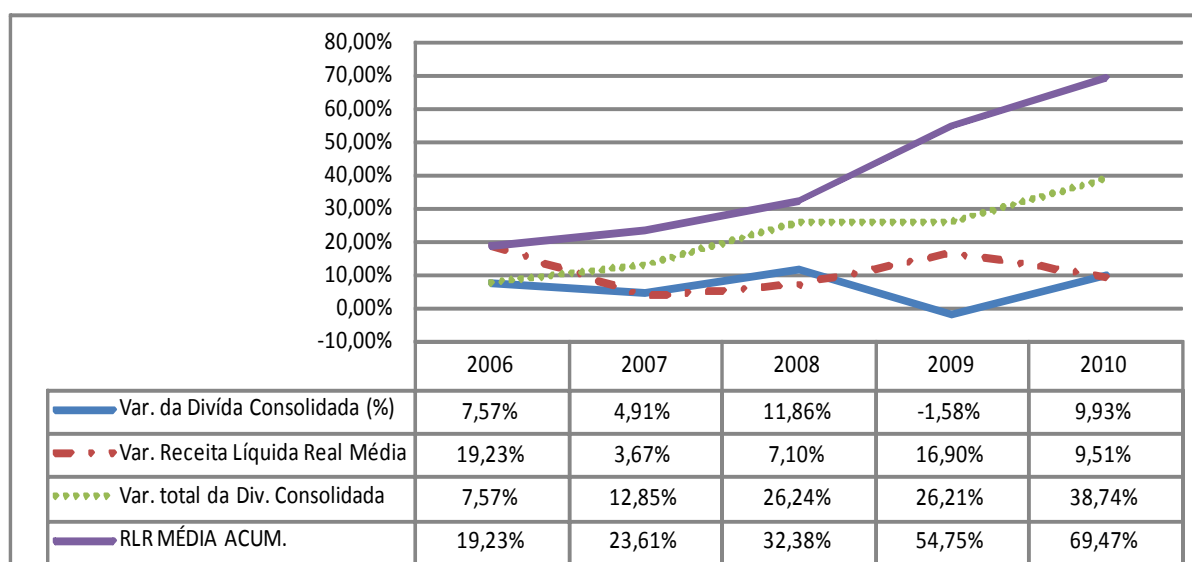
Fonte: SIAFEM - Valores em R\$ 1.000,00



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

O gráfico V corrobora para análise da redução da dívida pública, no período de 2006 a 2010, em face de que foi observado um crescimento nominal da RLR média acumulada de 69,47% e da dívida consolidada acumulada de 38,74%, entretanto confrontando os períodos de 2009 e 2010 observou-se que naquele o índice do IGP-DI foi negativo em 1,44% e foi efetuada a amortização da dívida do Estado do Paraná, o que contribuiu para a redução de 1,58% da dívida consolidada. Em 2010, foi evidenciado um incremento significativo do IGP-DI de 11,31% impactando no crescimento da dívida consolidada em 9,93%. Realizando a análise no que se refere à Receita Líquida Real Média (RLRM) observou-se um aumento de 16,90% de 2009 e de 9,51% de 2010. Assim sendo, evidencia-se que a crise de 2008 com efeito em 2009 refletiu significativamente no incremento da RLRM.

Gráfico V – Variação da Dívida em relação à Receita Líquida Real Média 2006-2010



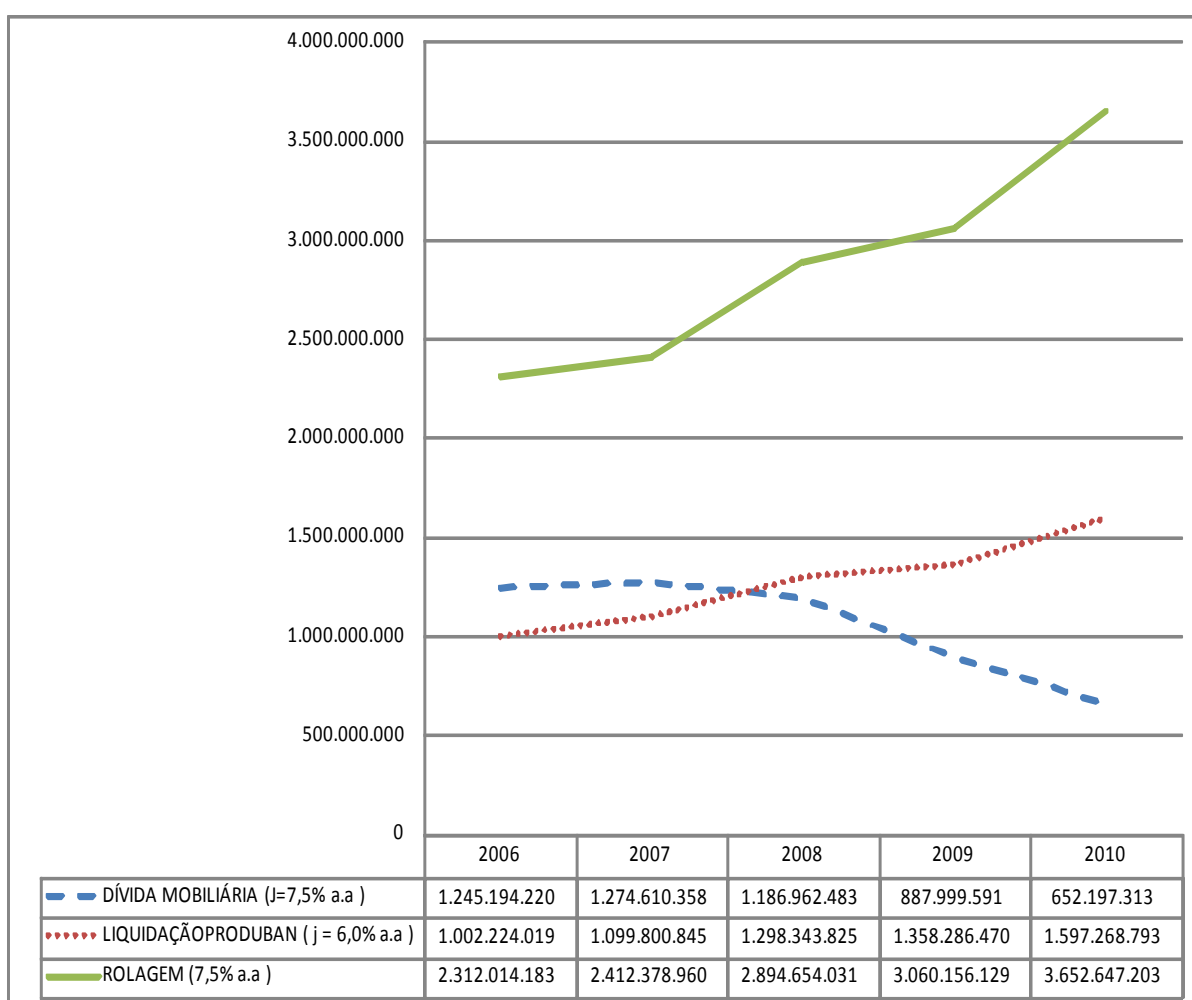
Fonte: Gerência Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)
Valores em R\$ 1.000,00



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

O gráfico VI evidencia o crescimento da Dívida Rolagem em face do crescimento do IGP-DI e do seu custo de financiamento, entretanto mesmo tendo o mesmo alusivo custo a Dívida Mobiliária teve uma diminuição em função de ter que ser priorizada a sua amortização em razão dos aspectos contratuais já que o seu vencimento é em 2012.

Gráfico VI – Variação do incremento da dívida desagregada – 2006-2010



Fonte: Gerência da Dívida Pública (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

O gráfico VII corrobora para evidenciar a redução da dívida pública no alusivo período em face de que a relação da DC/RCL era de 221,59% em 2006 e reduziu para 178,94% em 2010. No que se refere à relação DCL/RCL era de 221,59% e diminuiu para 161,66%.

Gráfico VII – A relação DC/RCL e DCL/RCL – 2006-2010



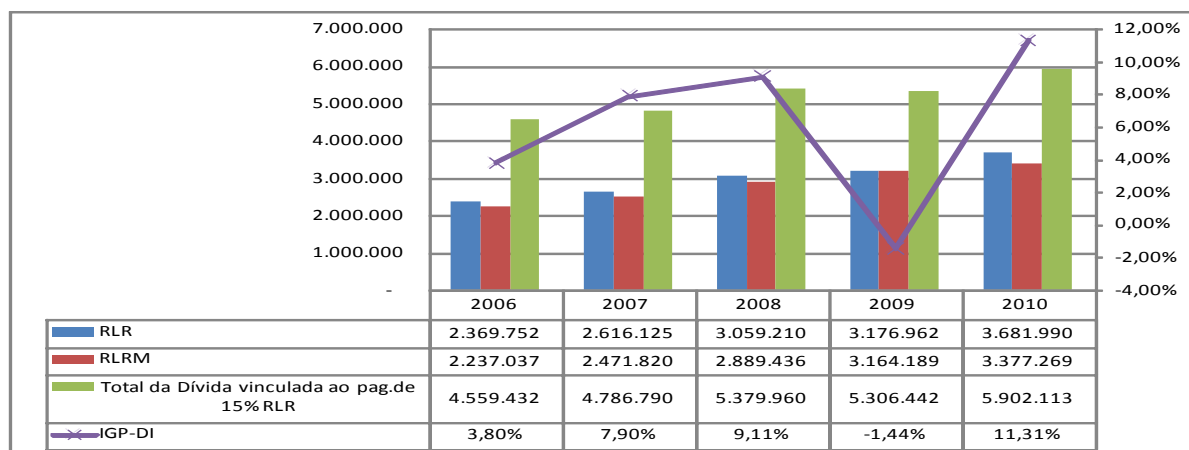
Fonte: SIAFEM

O gráfico VIII mostra o comportamento do índice IGP-DI no período de 2006 a 2010 e o impacto na dívida da Lei 9.496/97 (Dívida Mobiliária, Liquidação Produban e Rolagem) e a evolução da RLR e da RLRM. O IGP-DI cresceu 34,06%, a alusiva dívida 29,45%, a RLR 55,37% e a RLRM de 50,97%. Assim sendo, o Estado aumentou a capacidade de pagamento do serviço da dívida em face da existência da vinculação de 15% da RLRM.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

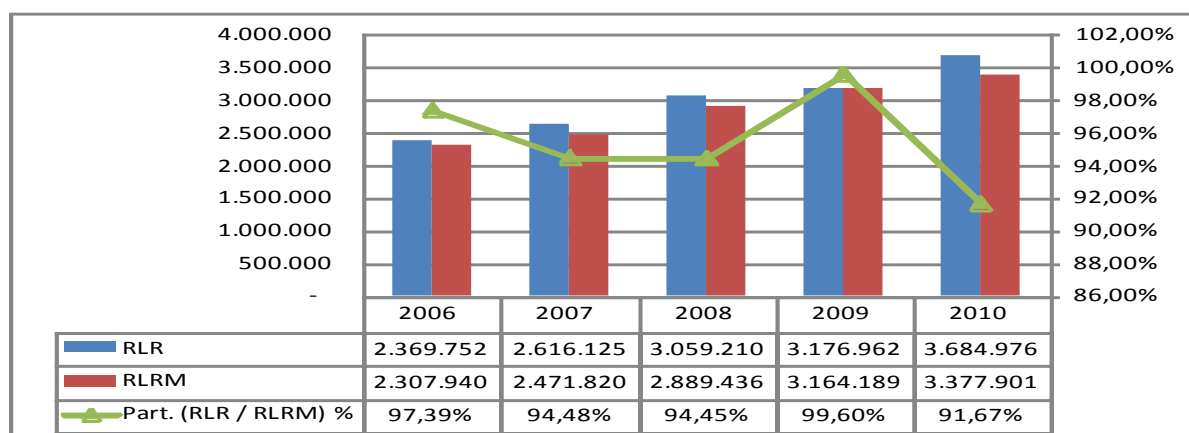
Gráfico VIII – Comportamento da Receita Líquida Real (RLR), Receita Líquida Real Média (RLRM), e o total da Dívida vinculada ao pagamento de 15% da RLRM e do IGP-DI – 2006 a 2010



Fonte: Gerência Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

No gráfico IX se evidencia que em 2006 a Relação entre a RLRM e a RLR era de 97,39% e em 2007 e 2008 elas reduziram e ficaram estáveis em cerca de 94,48% e como a RLR teve um incremento de 3,85% de 2009 em relação a 2008 contrapondo ao da RLRM de 9,51% a alusiva relação alcançou 99,60% em 2009, ou seja, a significativa perda de receita em 2009 impactou significativamente no pagamento do serviço da dívida. Em 2010, a RLR cresceu 15,99% enquanto a RLRM foi de 6,75%, o que reflete na relação entre esta e aquela de 91,67%.

Gráfico IX – A relação entre a Receita Líquida Real (RLR) e a Receita Líquida Real Média (RLRM) - 2006 a 2010



Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

É importante destacar que a garantia de investimentos só será possível com o esforço em continuar a política fiscal assumida pelo Estado para os próximos exercícios, ou seja, de controle das despesas públicas no que tange a despesa de pessoal e de custeio.

A previsão da relação superávits primários em valores nominais apresenta uma tendência crescente para o período de 2011 a 2014, no sentido de manter a sustentabilidade da dívida pública e pressupõe:

- a) a retomada do crescimento sustentável da economia do Estado;
- b) o incremento das receitas não financeiras;
- c) a continuidade do programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal;
- d) a continuidade do controle sobre as despesas de manutenção da administração estadual.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

LEI Nº 7.264, DE 22 DE JULHO DE 2011.

ANEXO I – A2

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2012 a 2014

(Art. 4º, § 1º da LC nº 101/2000)

Tabela XI – Metas Fiscais para o Período 2011-2014 (Valores Correntes em R\$ 1.000,00)

DISCRIMINAÇÃO	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
I - RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL	5.591.164	20,57%	6.172.945	20,47%	6.783.779	20,21%	7.545.264	20,46%
Receitas de Transferências	3.276.562	12,05%	3.614.786	11,99%	3.939.925	11,74%	4.368.889	11,85%
FPE líquido do Fundeb	1.897.931	6,98%	2.142.421	7,10%	2.358.269	7,03%	2.645.989	7,18%
Outras	1.378.631	5,07%	1.472.365	4,88%	1.581.656	4,71%	1.722.900	4,67%
Receitas de Arrecadação Própria	2.314.602	8,52%	2.558.159	8,48%	2.843.854	8,47%	3.176.375	8,61%
ICMS líquido do Fundeb	1.959.624	7,21%	2.087.427	6,92%	2.313.469	6,89%	2.584.715	7,01%
IPVA líquido do Fundeb	109.975	0,40%	115.474	0,38%	121.599	0,36%	130.958	0,36%
Outras	245.008	0,90%	355.258	1,18%	408.786	1,22%	460.702	1,25%
II - DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS	659.455	2,43%	728.220	2,41%	803.397	2,39%	898.247	2,44%
III - RECEITA LÍQUIDA (I - II)	4.931.709	18,14%	5.444.725	18,05%	5.980.382	17,82%	6.647.017	18,03%
IV - DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	4.612.398	16,97%	5.076.295	16,83%	5.561.590	16,57%	6.199.756	16,81%
Pessoal	2.891.398	10,64%	3.214.316	10,66%	3.534.105	10,53%	3.905.411	10,59%
OCC	1.721.000	6,33%	1.861.979	6,17%	2.027.485	6,04%	2.294.345	6,22%
Investimentos	469.000	1,73%	500.000	1,66%	500.000	1,49%	600.000	1,63%
Inversões	2.000	0,01%	2.000	0,01%	2.000	0,01%	2.000	0,01%
Outras Despesas Correntes	1.250.000	4,60%	1.359.979	4,51%	1.525.485	4,54%	1.692.345	4,59%
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	319.311	1,17%	368.430	1,22%	418.792	1,25%	447.261	1,21%
RESULTADO NOMINAL	308.560	1,14%	110.476	0,37%	(9.061)	-0,03%	40.308	0,11%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	7.834.052	28,82%	7.944.528	26,34%	7.935.467	23,64%	7.975.770	21,63%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	7.100.000	26,12%	7.300.000	24,21%	7.480.000	22,29%	7.580.000	20,56%
PIB ALAGOAS		27.182.048		30.158.691		33.564.362		36.874.136
PB BRASIL		4.065.517.154		4.510.722.504		5.020.096.024		5.586.990.271

Fonte: Gerência Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XII – Metas Fiscais para o Período 2011-2014 Preços Constantes de IGP-DI médio de 2011 em R\$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
I - RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL	5.591.164	20,57%	5.857.045	20,47%	6.159.445	20,21%	6.555.835	20,46%
Receitas de Transferências	3.276.562	12,05%	3.429.800	11,99%	3.577.320	11,74%	3.795.986	11,85%
FPE líquido do Fundeb	1.897.931	6,98%	2.032.783	7,10%	2.141.229	7,03%	2.299.014	7,18%
Outras	1.378.631	5,07%	1.397.017	4,88%	1.436.091	4,71%	1.496.972	4,67%
Receitas de Arrecadação Própria	2.314.602	8,52%	2.427.245	8,48%	2.582.125	8,47%	2.759.849	8,61%
ICMS líquido do Fundeb	1.959.624	7,21%	1.980.603	6,92%	2.100.553	6,89%	2.245.775	7,01%
IPVA líquido do Fundeb	109.975	0,40%	109.565	0,38%	110.408	0,36%	113.785	0,36%
Outras	245.003	0,90%	337.078	1,18%	371.164	1,22%	400.289	1,25%
II - DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS	659.455	2,43%	690.953	2,41%	729.458	2,39%	780.458	2,44%
III - RECEITA LÍQUIDA (I - II)	4.931.709	18,14%	5.166.092	18,05%	5.429.987	17,82%	5.775.377	18,03%
IV - DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	4.614.274	16,98%	4.816.516	16,83%	5.049.738	16,57%	5.386.767	16,81%
Pessoal	2.893.274	10,64%	3.049.824	10,66%	3.208.849	10,53%	3.393.285	10,59%
OCC	1.721.000	6,33%	1.766.692	6,17%	1.840.889	6,04%	1.993.482	6,22%
Investimentos	469.000	1,73%	474.413	1,66%	453.983	1,49%	521.321	1,63%
Inversões	2.000	0,01%	1.898	0,01%	1.816	0,01%	1.738	0,01%
Outras Despesas Correntes	1.250.000	4,60%	1.290.382	4,51%	1.385.090	4,54%	1.470.424	4,59%
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	317.435	1,17%	349.575	1,22%	380.249	1,25%	388.610	1,21%
RESULTADO NOMINAL	308.560	1,14%	(296.085)	-1,03%	(332.828)	-1,09%	(275.251)	-0,86%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	7.834.052	28,82%	7.537.967	26,34%	7.205.139	23,64%	6.929.888	21,63%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	7.100.000	26,12%	6.926.423	24,21%	6.791.590	22,29%	6.586.016	20,56%
PIB ALAGOAS		27.182.048		28.615.322		30.475.320		32.038.740
PB BRASIL		4.065.517.154		4.279.886.633		4.558.079.526		4.854.354.484

Fonte: Gerência Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

LEI Nº 7.264, DE 22 DE JULHO DE 2011.

ANEXO I – A3

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O saldo do Balanço Patrimonial é apurado pelo confronto do Ativo, composto pelos bens e direitos da Administração Direta, com o Passivo, formado pelas obrigações com terceiros. Do resultado deste confronto obtém-se uma Situação Patrimonial Líquida Positiva (Ativo Real Líquido) ou uma Situação Patrimonial Negativa (Passivo Real a Descoberto).

O Ativo Real, soma do Ativo Financeiro e do Ativo Permanente, resultou, em 2010, em R\$ 2,604 bilhões e o Passivo Real, formado pelo somatório dos Passivos Financeiro e Permanente, totalizou R\$ 8,168 bilhões. A diferença entre Ativo e Passivo Real resultou em um Passivo Real a Descoberto de R\$ 5,564 bilhões contrapondo a 2009 que foi de R\$ 1,820 bilhão.

Esse incremento expressivo do Passivo Real a Descoberto decorreu do registro da Provisão para Perdas da Dívida Ativa no montante de R\$ 2,498 bilhões que até então não era registrada, e da baixa da Dívida Ativa não Tributária de R\$ 919,5 milhões em função da remissão da dívida do Estado com a previdência, de acordo com o art. 87 da Lei 7.114/2009, fatos estes que influenciaram o resultado do exercício.

O saldo do Balanço Patrimonial é apurado pelo confronto do Ativo Real, composto pelos bens e direitos da Administração Direta, com o Passivo Real, formado pelas obrigações com terceiros. Do resultado deste confronto obtém-se uma situação Patrimonial Líquida Positiva (Ativo Real Líquido) ou uma situação Patrimonial Líquida Negativa (Passivo Real a Descoberto).

Em 2006, o Estado apresentava um Passivo Real a Descoberto corrigido pelo IPC- A (dez/2010) de R\$ 4,137 bilhões contrapondo a 2010 que foi de R\$ 5,564 bilhões, resultando no acréscimo real de 34,50%. Ressalta-se, ainda, que o saldo patrimonial do ano de 2010 foi altamente influenciado pelos ajustes ocorridos na Provisão para Perdas da Dívida Ativa e ajustes decorrentes da reforma da previdência.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XIII – Evolução do Passivo Real a Descoberto – 2006 a 2010

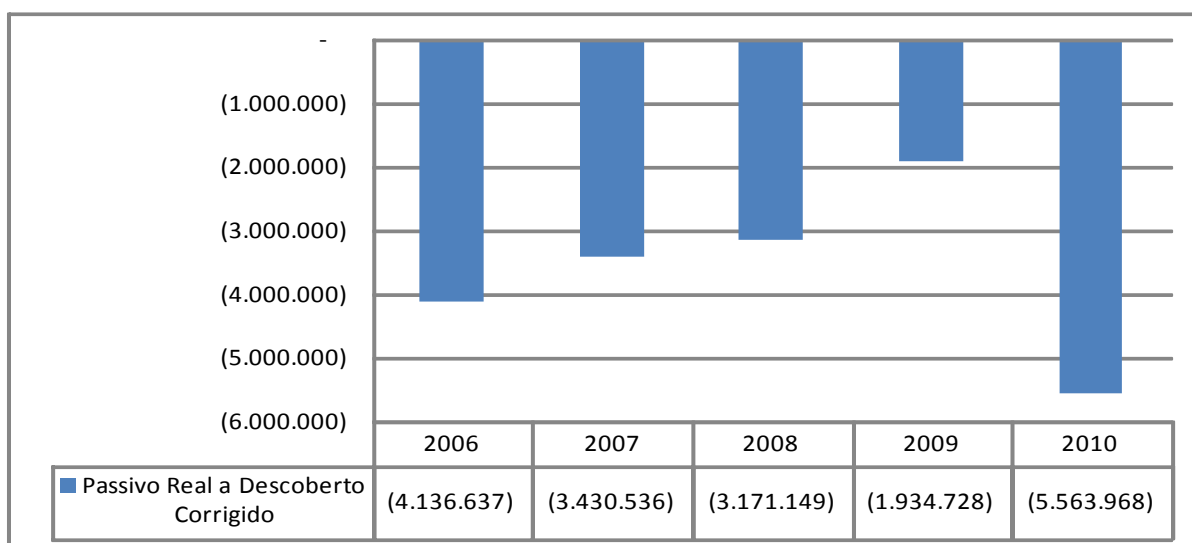
BALANÇO PATRIMONIAL GERAL DO ESTADO - 2006 a 2010							
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2006 - 2010	2009 - 2010
Ativo Real (1)	3.247.382	3.986.978	4.703.853	5.824.827	2.604.302	-19,80%	-55,29%
Ativo Financeiro	267.711	508.228	741.751	1.029.997	1.128.189	321,42%	9,53%
Ativo Permanente	2.979.671	3.478.750	3.962.102	4.794.830	1.476.113	-50,46%	-69,21%
Passivo Real (2)	6.616.032	6.897.608	7.566.283	7.644.875	8.168.270	23,46%	6,85%
Passivo Financeiro	584.037	623.499	793.353	969.211	790.037	35,27%	-18,49%
Passivo Permanente	6.031.994	6.274.108	6.772.930	6.675.664	7.378.233	22,32%	10,52%
Passivo Real a Descoberto (3) = (1 - 2)	(3.368.650)	(2.910.630)	(2.862.430)	(1.820.048)	(5.563.968)	65,17%	205,70%
Passivo Real a Descoberto Corrigido ¹	(4.136.637)	(3.430.536)	(3.171.149)	(1.934.728)	(5.563.968)	34,50%	187,58%
Varição do Passivo Real a Descoberto corrigido (%)	-5,90%	-17,07%	-7,56%	-161,01%	387,58%		

Fonte: SIAFEM Valores em R\$ 1.000,00

¹ Valores monetários do Passivo Real a Descoberto calculados a preços de dezembro/2010, calculados pelo IPC-A (IBGE)

² Variação percentual do valor do Passivo Real a Descoberto corrigido em cada ano

Gráfico X – Evolução do Passivo Real a Descoberto Corrigido – 2006 a 2010



Fonte: SIAFEM

Valores em R\$ 1.000,00

Valores monetários do Passivo Real a Descoberto expressos a preço de dezembro de 2009, calculados pelo IPC-A (IBGE).



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

LEI Nº 7.264, DE 22 DE JULHO DE 2011.

ANEXO I – B

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

As metas fiscais previstas, para o período de 2011 a 2014, encontram-se demonstradas nos Anexo I – A1, cujos cálculos foram desenvolvidos conforme descrição abaixo.

- **Memória e Metodologia de Cálculo da Receita 2011-2014**

As receitas cujos valores serviram de referência para o estabelecimento das metas fiscais para o Governo de Alagoas, no período de 2012 a 2014, foram estimadas utilizando-se, em grande parte, uma metodologia diferente da adotada em anos anteriores em face da necessidade de buscar maior efetividade na previsão da receita do ICMS. Ressalta-se, ainda, que foi refeita a previsão da arrecadação do ICMS excluindo Fecoep para o exercício de 2011 de R\$ 2,129 bilhões para R\$ 2,261 bilhões, resultando em um excesso de arrecadação de R\$ 132 milhões e o que refletiria em um incremento nominal de 13,07% em face que a arrecadação de 2010 ter sido de R\$ 1,999 bilhão.

Na definição das projeções das receitas que compõem a estrutura da LDO 2012, considerou-se arrecadação dos segmentos de 2007 – 2010, o qual por meio de um modelo econométrico projetou-se a arrecadação para o período de 2011 a 2014 e conjuntamente com outros indicadores econômicos que influenciam a trajetória das receitas e principalmente o desempenho da arrecadação do ICMS no 1º trimestre de 2011 em relação a 2010.

Dentre estes indicadores dois merecem destaque especial: o primeiro é o desempenho da economia nacional que tem o Produto Interno Bruto (PIB) como seu medidor, o segundo é o índice oficial que mede a inflação no país, traduzido pela variação do IPCA / IBGE. As projeções utilizadas seguem a base definida pelo governo federal para elaboração da sua LDO 2012 conforme Tabela II.

Para subsidiar as estimativas das receitas do Tesouro Estadual para o período de 2011-2014, em especial daquelas chamadas de suporte de receita (impostos do Estado, incluindo os transferidos pela União, a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico e os Royalties) adotou-se os procedimentos descritos detalhadamente a seguir:

I – Ajuste dos dados passados



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

A análise das receitas realizadas foi efetuada com base na série histórica do período de 2007 a 2010 observados os seguintes procedimentos:

a) para a estimação da previsão da arrecadação foram utilizados os dados provenientes da DIRAR - Diretoria de Articulação Regional do Grupo de Monitoramento das Atividades Econômicas da Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas (SEFAZ), que compila as informações por segmentos (Alimentação, Automotivo, Bebidas/Fumo, Combustível, Comunicação, Construção Civil, Departamentos Têxtil, Energia Elétrica, Mineral, Outros, Químicos, Sucroalcooleiro, Sem classificação, Não identificado) no período mensal de 2007 a março de 2011.

b) foi utilizada a base da arrecadação alusiva a cada segmento e utilizando o sistema de previsão da arrecadação disponibilizada pela Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina que se baseia no modelo econométrico *Bolt-Winters* e, posteriormente, foi observada a previsão da arrecadação mensal para o período de abril de 2011 a dezembro de 2014 pelo alusivo modelo.

c) evidenciada a previsão da arrecadação mensal para cada segmento, e, portanto para o período de 2011 a 2014 verificou-se a tendência do comportamento de incremento nominal de 2011 em confronto a 2010 e, posteriormente de mês a mês. Com base nesta evidência realizamos uma análise no que se referem aos efeitos da política monetária e das medidas macroprudenciais do Banco Central e os resultados alusivos a cada segmento, bem como as informações das transferências do Bolsa Família, a tendência de crescimento nominal observado no primeiro trimestre de 2011 em relação a 2010. Utilizamos ainda uma outra variável, que será utilizada como instrumento para corrigir o possível problema de discrepância do modelo no que concerne aos efeitos da renúncia fiscal para cada segmento. Ressalta-se, ainda, que para obter maior efetividade na previsão da arrecadação há a necessidade de analisar o comportamento da arrecadação para cada empresa dentro de cada segmento e, posteriormente extrapolar para a previsão do segmento. Portanto, a SEFAZ está adquirindo uma ferramenta de análise de dados da Oracle para melhorar a eficácia na previsão da arrecadação bem como do planejamento da ação fiscal em face que possibilitará a fazer comparações entre a previsão da arrecadação de uma empresa X com a empresa Y dentro de cada segmento.

d) os dados a serem utilizados são mensais para todos os alusivos e cobrem o período de 2007 a 2010.

e) foi realizada a verificação do confronto da arrecadação prevista com a arrecadação realizada até o primeiro trimestre de 2011 por intermédio de processos de análise, na previsão para 2011 – 2014. E projetou-se um incremento nominal de 13,07%, 11,19%, 11,44% e 12,24% para os exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014, respectivamente.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XIV – Arrecadação por segmento 2007–2014 – Valores nominais

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
ALIMENTAÇÃO	126.442.332	154.245.064	162.042.556	204.010.465	239.590.144	268.340.961	291.584.235	317.234.744
AUTOMOTIVO	86.873.572	96.411.598	96.370.462	129.451.662	143.584.787	155.071.569	167.477.295	180.875.479
BEBIDAS/FUMO	90.418.346	113.300.614	153.106.686	201.479.197	227.671.492	257.268.786	295.859.104	340.237.970
COMBUSTÍVEL	312.423.445	360.721.635	343.297.925	418.984.028	481.831.632	544.469.744	626.140.206	732.584.041
COMUNICAÇÃO	175.189.285	188.585.568	198.975.444	215.048.769	235.402.401	258.942.641	290.015.758	330.617.964
CONSTRUÇÃO CIVIL	60.464.132	68.590.599	77.091.242	104.088.643	131.261.721	156.332.117	181.345.255	213.987.401
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	123.760.123	146.130.291	159.459.752	203.894.334	235.350.181	262.461.377	290.236.741	318.012.104
ENERGIA ELÉTRICA	128.410.629	166.184.354	180.458.741	166.065.922	174.037.086	182.390.866	191.145.627	200.320.618
MINERAL	58.612.036	44.093.743	35.201.866	43.594.935	49.318.989	54.250.888	59.675.976	65.643.574
OUTROS	44.429.740	62.220.004	70.837.055	67.319.071	71.676.285	75.260.100	79.775.706	84.562.248
QUÍMICOS	104.265.999	129.688.992	117.782.988	137.935.154	155.676.329	173.471.097	191.538.308	211.205.518
Sem Classificação	3.815.619	3.269.137	2.645.935	2.259.369	2.226.204	2.137.155	2.051.669	1.969.602
SUCROALCOOLEIRO	57.787.963	57.408.954	59.904.405	57.619.204	60.740.015	64.029.858	67.497.888	71.153.756
Não identificado	24.477.866	22.568.832	40.267.106	47.652.941	52.418.235	59.232.606	66.932.844	75.634.114
Total	1.397.371.085	1.613.419.385	1.697.442.163	1.999.403.692	2.260.785.499	2.513.659.765	2.801.276.612	3.144.039.132
		15,46%	5,21%	17,79%	13,07%	11,19%	11,44%	12,24%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Tabela XV – Incremento nominal da Arrecadação por segmento 2007-2014 – Valores nominais

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
ALIMENTAÇÃO	21,99%	5,06%	25,90%	17,44%	12,00%	8,66%	8,80%
AUTOMOTIVO	10,98%	-0,04%	34,33%	10,92%	8,00%	8,00%	8,00%
BEBIDAS/FUMO	25,31%	35,13%	31,59%	13,00%	13,00%	15,00%	15,00%
COMBUSTÍVEL	15,46%	-4,83%	22,05%	15,00%	13,00%	15,00%	17,00%
COMUNICAÇÃO	7,65%	5,51%	8,08%	9,46%	10,00%	12,00%	14,00%
CONSTRUÇÃO CIVIL	13,44%	12,39%	35,02%	26,11%	19,10%	16,00%	18,00%
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	18,08%	9,12%	27,87%	15,43%	11,52%	10,58%	9,57%
ENERGIA ELÉTRICA	29,42%	8,59%	-7,98%	4,80%	4,80%	4,80%	4,80%
MINERAL	-24,77%	-20,17%	23,84%	13,13%	10,00%	10,00%	10,00%
OUTROS	40,04%	13,85%	-4,97%	6,47%	5,00%	6,00%	6,00%
QUÍMICOS	24,38%	-9,18%	17,11%	12,86%	11,43%	10,42%	10,27%
Sem Classificação	-14,32%	-19,06%	-14,61%	-1,47%	-4,00%	-4,00%	-4,00%
SUCROALCOOLEIRO	-0,66%	4,35%	-3,81%	5,42%	5,42%	5,42%	5,42%
Não identificado	-7,80%	78,42%	18,34%	10,00%	13,00%	13,00%	13,00%
Total	15,46%	5,21%	17,79%	13,07%	11,19%	11,44%	12,24%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

- **Segmento Alimentação**

Foi observada a arrecadação mensal de 2007 a março de 2011 e utilizando o método alusivo econométrico foi feita a previsão da arrecadação.

Tabela XVI – Previsão da arrecadação segmento de alimentação 2011-2014 pelo método econométrico *Bolt-Winters*

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JAN	11.441.990	12.713.896,94	13.173.799,44	17.895.931	21.904.538	21.197.345	23.343.858	25.490.371
FEV	8.076.579	11.063.969,47	11.935.278,60	15.107.732	20.000.155	19.257.156	21.403.669	23.550.182
MAR	9.915.252	10.866.825,70	13.545.102,83	16.594.076	16.722.930	20.142.569	22.289.082	24.435.595
ABR	9.930.831	15.695.639,60	12.563.243,78	16.021.956	19.101.450	21.247.963	23.394.476	25.540.989
MAI	9.816.828	10.786.816,35	15.068.187,29	16.204.633	18.411.876	20.558.389	22.704.902	24.851.415
JUN	10.033.016	14.249.339,02	13.533.330,11	17.387.386	19.476.524	21.623.037	23.769.550	25.916.063
JUL	10.649.978	10.935.412,44	12.047.701,57	15.842.469	17.760.443	19.906.956	22.053.469	24.199.982
AGO	9.819.754	15.358.299,02	13.646.688,84	20.022.916	20.051.915	22.198.428	24.344.941	26.491.454
SET	11.295.928	11.788.011,45	14.206.175,78	17.516.019	19.025.530	21.172.043	23.318.556	25.465.069
OUT	10.901.088	15.091.694,34	13.577.475,50	16.675.409	19.746.159	21.892.672	24.039.185	26.185.698
NOV	13.949.232	13.107.724,14	14.098.465,09	17.743.936	20.285.176	22.431.690	24.578.203	26.724.716
DEZ	10.611.856	12.587.435,06	14.647.107,24	16.998.003	19.174.697	21.321.210	23.467.723	25.614.236
TOTAL	126.442.332	154.245.064	162.042.556	204.010.465	231.661.393	252.949.458	278.707.615	304.465.771
		21,99%	5,06%	25,90%	13,55%	9,19%	10,18%	9,24%

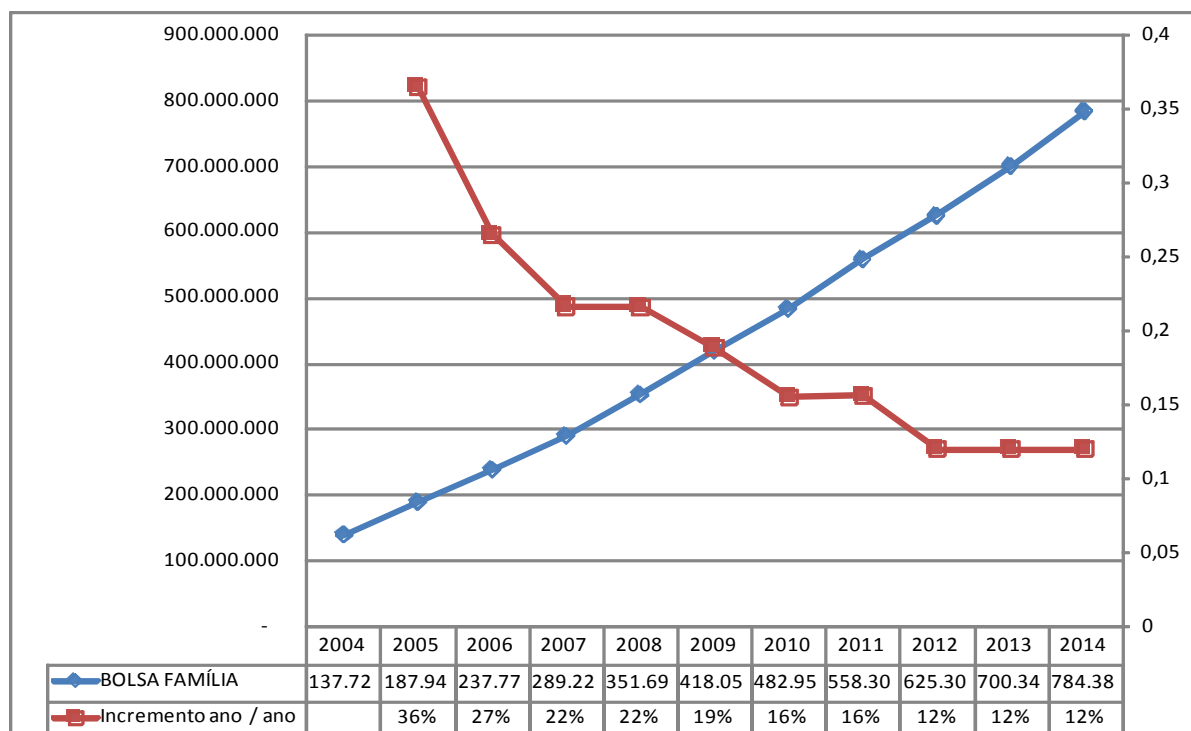
Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

A arrecadação prevista para o segmento alimentação para os exercícios de 2011 a 2014 foi considerada a previsão de inflação para os exercícios de 2011 a 2014 e o incremento previsto para o bolsa família para o alusivo período mantendo a atual número de famílias atendidas.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XI – Evolução da transferência do programa Bolsa Família em Alagoas – 2004 a 2014



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

*Projeção feita para os exercícios de 2011 a 2014 pela Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

- Programa Bolsa Família

Famílias atendidas 419.148

Repasse mensal R\$ 41.024.055,00

Valores até março de 2011 – R\$ 122.644.229,00

Estrutura de famílias pobres (PNAD 2006) – 407.666

Cobertura 102,80%

Estrutura de famílias pobres no perfil cadastro único (PNAD 2006)

Cobertura 73,62%

Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XVII – Previsão da arrecadação segmento de alimentação 2011-2014 pelo método ajustado IPC-A e o incremento do Bolsa Família

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JAN	11.441.990	12.713.897	13.173.799	17.895.931	21.904.538	24.752.128	28.464.947	33.588.638
FEV	8.076.579	11.063.969	11.935.279	15.107.732	20.000.155	22.600.175	25.990.201	30.668.438
MAR	9.915.252	10.866.826	13.545.103	16.594.076	21.572.299	24.376.697	28.033.202	33.079.178
ABR	9.930.831	15.695.640	12.563.244	16.021.956	19.211.961	21.709.516	24.965.943	29.459.813
MAI	9.816.828	10.786.816	15.068.187	16.204.633	18.525.430	20.933.736	24.073.796	28.407.079
JUN	10.033.016	14.249.339	13.533.330	17.387.386	19.593.122	22.140.228	25.461.262	30.044.289
JUL	10.649.978	10.935.412	12.047.702	15.842.469	17.880.086	20.204.497	23.235.172	27.417.503
AGO	9.819.754	15.358.299	13.646.689	20.022.916	22.174.604	25.057.303	28.815.898	34.002.760
SET	11.295.928	11.788.011	14.206.176	17.516.019	19.126.438	21.612.875	24.854.807	29.328.672
OUT	10.901.088	15.091.694	13.577.476	16.675.409	19.874.935	22.458.676	25.827.477	30.476.423
NOV	13.949.232	13.107.724	14.098.465	17.743.936	20.417.002	23.071.212	26.531.894	31.307.635
DEZ	10.611.856	12.587.435	14.647.107	16.998.003	19.309.574	21.819.819	25.092.791	29.609.494
TOTAL	126.442.332	154.245.064	162.042.556	204.010.465	239.590.144	268.340.961	291.584.235	317.234.744
		21,99%	5,06%	25,90%	17,44%	12,00%	8,66%	8,80%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

- **Segmento Automotivo**

A previsão da arrecadação do método econométrico *Bolt-Wintes* não foi considerada para o segmento automotivo em face de que foi influenciada pelo acréscimo nominal da arrecadação de 34,33%¹³ do exercício de 2010 e, considerando que o Banco Central desde dezembro vem adotando medidas prudenciais¹⁴ e aumentando a taxa Selic, podemos observar que referida postura afetará o comportamento tendencial da arrecadação deste segmento para o período de 2012 a 2014. Salienta-se, ainda, o alto nível de comprometimento da renda do consumidor alagoano e a grande concentração de renda existente no Estado, ou seja, a correlação entre duas variáveis não resultaria em um incremento nominal de 31,56%.

¹³ O incremento nominal da arrecadação do segmento automotivo foi decorrente do crescimento da renda, da geração de emprego e principalmente da expansão do crédito.

¹⁴ A nova expectativa oficial da inflação é de uma queda dos atuais 5,9% para 5,6% em 2011, até chegar a 4,6% no fim de 2012. Assim sendo, na composição do novo cenário, o Banco Central aposta no arrefecimento da atividade econômica, iniciando no segundo semestre de 2010, e ampliando em face do aperto da política monetária e das medidas macroprudenciais que têm como objetivo reduzir o volume de oferta de crédito disponível. Ressalta-se, ainda, que a utilização das alusivas medidas visa prevenir bolhas de crédito e outras situações que criem o risco sistêmico no setor bancário.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XVIII - Previsão da arrecadação segmento automotivo 2011-2014 pelo método econométrico *Bolt-Winters*

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JAN	6.804.264	7.230.369	5.693.963	9.415.911	13.679.063	13.808.662	16.540.084	19.811.796
FEV	5.588.649	8.007.935	6.910.612	8.547.793	11.130.496	14.219.506	17.032.196	20.401.249
MAR	7.336.755	7.827.056	7.597.732	9.034.057	12.789.590	15.319.435	18.349.696	21.979.358
ABR	6.689.450	7.804.592	8.711.133	11.441.351	14.511.655	17.382.133	20.820.405	24.938.786
MAI	7.643.476	8.603.333	7.803.761	10.237.661	13.994.634	16.762.843	20.078.617	24.050.268
JUN	7.103.901	8.034.577	7.509.106	11.681.135	14.165.289	16.967.254	20.323.462	24.343.544
JUL	6.627.604	8.050.005	8.223.039	10.225.558	13.700.106	16.410.055	19.656.046	23.544.111
AGO	7.414.185	9.147.560	8.269.837	11.037.570	14.890.404	17.835.801	21.363.811	25.589.680
SET	8.023.653	8.764.466	8.634.318	12.605.803	15.630.661	18.722.485	22.425.886	26.861.838
OUT	7.658.465	8.645.177	8.796.316	11.180.296	15.320.680	18.351.188	21.981.144	26.329.125
NOV	8.142.531	8.055.542	9.294.274	11.029.932	15.443.814	18.498.678	22.157.809	26.540.735
DEZ	7.840.637	6.240.987	8.926.372	13.014.595	15.055.645	18.033.727	21.600.889	25.873.653
TOTAL	86.873.572	96.411.598	96.370.462	129.451.662	170.312.039	202.311.767	242.330.047	290.264.144
		10,98%	-0,04%	34,33%	31,56%	18,79%	19,78%	19,78%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Considerando que houve um incremento significativo de 35,56% do segmento automotivo no 1º trimestre de 2011 em relação a 2010 foi feita a previsão da arrecadação para os meses de abril a dezembro, resultando em um incremento de 10,92% de 2011 em relação a 2010.

Tabela XIX – Previsão da arrecadação segmento automotivo 2011-2014 pelo método IPC-A

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JAN	6.804.264	7.230.369	5.693.963	9.415.911	13.679.063	14.773.388	15.955.259	17.231.680
FEV	5.588.649	8.007.935	6.910.612	8.547.793	11.130.496	12.020.936	12.982.611	14.021.219
MAR	7.336.755	7.827.056	7.597.732	9.034.057	11.789.590	12.732.757	13.751.378	14.851.488
ABR	6.689.450	7.804.592	8.711.133	11.441.351	12.127.832	13.098.058	14.145.903	15.277.575
MAI	7.643.476	8.603.333	7.803.761	10.237.661	10.851.920	11.720.074	12.657.680	13.670.294
JUN	7.103.901	8.034.577	7.509.106	11.681.135	12.148.381	13.120.251	14.169.871	15.303.461
JUL	6.627.604	8.050.005	8.223.039	10.225.558	10.634.580	11.485.347	12.404.175	13.396.509
AGO	7.414.185	9.147.560	8.269.837	11.037.570	11.479.073	12.397.399	13.389.191	14.460.326
SET	8.023.653	8.764.466	8.634.318	12.605.803	13.110.035	14.158.837	15.291.544	16.514.868
OUT	7.658.465	8.645.177	8.796.316	11.180.296	11.627.508	12.557.709	13.562.325	14.647.311
NOV	8.142.531	8.055.542	9.294.274	11.029.932	11.471.130	12.388.820	13.379.926	14.450.320
DEZ	7.840.637	6.240.987	8.926.372	13.014.595	13.535.179	14.617.993	15.787.432	17.050.427
TOTAL	86.873.572	96.411.598	96.370.462	129.451.662	143.584.787	155.071.569	167.477.295	180.875.479
Incremento ano a ano		10,98%	-0,04%	34,33%	10,92%	8,00%	8,00%	8,00%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

- **Bebidas e Fumo**

Foi desconsiderada a previsão realizada pelo método econométrico para o segmento Bebidas e Fumo em face dessa previsão ter sido muito baixa. A perda na efetividade dessa previsão é decorrente de consolidar dois segmentos.

Tabela XX – Previsão da arrecadação segmento Bebidas e Fumo 2011-2014 pelo método econométrico

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JAN	9.508.685	12.286.498	16.269.153	21.865.823	23.723.878	29.119.565,13	33.385.129,89	37.650.694,65
FEV	8.105.198	11.441.180	13.363.271	16.709.741	19.942.599	24.211.813,43	27.715.696,62	31.219.579,81
MAR	7.188.206	8.045.255	12.267.069	15.418.237	17.297.798	20.256.329,79	23.152.852,07	26.049.374,36
ABR	6.565.184	7.914.254	11.012.966	15.762.358	16.613.689	19.347.705,35	22.081.721,44	24.815.737,52
MAI	6.376.420	8.530.711	11.543.157	14.311.310	16.405.018	19.068.172,68	21.731.327,35	24.394.482,02
JUN	6.444.165	8.102.613	10.306.008	16.588.423	16.367.263	18.988.823,77	21.610.384,52	24.231.945,26
JUL	6.922.706	8.290.785	11.577.045	15.210.447	16.587.890	19.209.792,81	21.831.695,54	24.453.598,26
AGO	6.538.657	7.914.781	11.440.045	15.083.946	15.905.472	18.386.826,62	20.868.181,59	23.349.536,57
SET	7.199.622	8.852.364	11.769.854	14.181.155	16.495.110	19.035.426,55	21.575.743,35	24.116.060,16
OUT	7.256.717	9.458.263	13.127.205	17.448.111	17.682.627	20.371.320,55	23.060.014,19	25.748.707,82
NOV	8.800.562	11.304.706	15.416.838	18.930.992	20.896.505	24.034.121,01	27.171.736,99	30.309.352,97
DEZ	9.512.224	11.159.204	15.014.075	19.968.656	21.377.351	24.547.499,85	27.717.648,46	30.887.797,07
TOTAL	90.418.346	113.300.614	153.106.686	201.479.197	219.295.200	256.577.398	291.902.132	327.226.866
		25,31%	35,13%	31,59%	8,84%	17,00%	13,77%	12,10%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Foi estabelecida a previsão pelo método IPC-A em função dos reajustes do salário mínimo previstos pela LDO da União para os exercícios de 2011 a 2014.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XXI – Previsão da arrecadação segmento Bebidas e Fumo 2011-2014 pelo método IPC-A

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JAN	9.508.685	12.286.498	16.269.153	21.865.823	23.723.878	25.141.644,00	27.338.529,89	32.650.694,65
FEV	8.105.198	11.441.180	13.363.271	16.709.741	19.942.599	23.211.813,43	26.971.566,62	29.219.579,81
MAR	7.188.206	8.045.255	12.267.069	15.418.237	17.297.798	19.925.639,79	23.952.852,07	27.049.374,36
ABR	6.565.184	7.914.254	11.012.966	15.762.358	16.613.689	19.947.705,35	23.081.721,44	26.815.737,52
MAI	6.376.420	8.530.711	11.543.157	14.311.310	17.405.018	18.068.172,68	23.779.030,00	24.705.585,00
JUN	6.444.165	8.102.613	10.306.008	16.588.423	17.367.263	19.988.823,77	23.610.384,52	26.231.945,26
JUL	6.922.706	8.290.785	11.577.045	15.210.447	17.964.183	20.209.792,81	21.831.695,54	26.453.598,26
AGO	6.538.657	7.914.781	11.440.045	15.083.946	17.905.472	20.386.826,62	22.868.181,59	25.349.536,57
SET	7.199.622	8.852.364	11.769.854	14.181.155	16.495.110	19.035.426,55	21.575.743,35	25.816.060,16
OUT	7.256.717	9.458.263	13.127.205	17.448.111	18.682.627	21.371.320,55	24.060.014,19	25.748.707,82
NOV	8.800.562	11.304.706	15.416.838	18.930.992	21.896.505	24.034.121,01	28.171.736,99	34.309.352,97
DEZ	9.512.224	11.159.204	15.014.075	19.968.656	22.377.351	25.947.499,85	28.617.648,46	35.887.797,07
TOTAL	90.418.346	113.300.614	153.106.686	201.479.197	227.671.493	257.268.786	295.859.105	340.237.969
		25,31%	35,13%	31,59%	13,00%	13,00%	15,00%	15,00%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

- **Combustível**

Foi excluída a previsão realizada pelo método econométrico para o segmento Combustível em face de ter sido muito baixa.

Tabela XXII – Previsão da arrecadação segmento Combustível 2011-2014 pelo método econométrico

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JAN	39.105.259	33.365.068	40.777.099	40.706.675	42.037.215	51.899.107,88	57.633.287	64.001.018
FEV	24.699.950	29.598.043	26.187.735	38.305.305	50.315.891	43.163.481,62	47.932.487	53.228.406
MAR	19.685.020	26.310.466	27.185.233	31.826.460	37.051.012	37.302.370,27	41.423.799	46.000.592
ABR	18.010.670	22.786.540	32.137.910	36.304.345	34.686.827	38.519.272,52	42.775.153	47.501.253
MAI	26.222.198	26.821.027	24.353.540	34.924.329	35.657.800	39.597.524,53	43.972.538	48.830.934
JUN	18.434.600	20.211.002	23.440.429	27.103.914	27.967.462	31.057.504,33	34.488.956	38.299.539
JUL	27.517.037	19.893.854	25.706.507	24.664.157	32.007.472	35.543.882,80	39.471.021	43.832.058
AGO	36.848.441	26.347.240	22.222.750	39.135.145	40.384.300	44.846.241,45	49.801.170	55.303.554
SET	21.506.880	21.612.251	23.860.078	31.009.372	30.801.403	34.204.559,27	37.983.720	42.180.429
OUT	21.901.816	30.647.257	26.370.420	34.169.482	35.436.843	39.352.154,52	43.700.058	48.528.348
NOV	37.279.971	32.147.355	36.162.951	35.966.537	45.566.417	50.600.915,60	56.191.661	62.400.112
DEZ	21.211.602	70.981.533	34.893.274	44.868.305	64.010.570	71.082.909,13	78.936.650	87.658.127
TOTAL	312.423.445	360.721.635	343.297.925	418.984.028	475.923.212	517.169.924	574.310.500	637.764.370
		15,46%	-4,83%	22,05%	13,59%	8,67%	11,05%	11,05%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

A projeção da arrecadação para o segmento Combustível foi considerada pelo método IPC-A.

Tabela XXIII – Previsão da arrecadação segmento Combustível 2011-2014 pelo método IPC-A

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JAN	39.105.259	33.365.068	40.777.099	40.706.675	42.037.215	52.899.107,88	59.633.287	66.001.018
FEV	24.699.950	29.598.043	26.187.735	38.305.305	50.315.891	53.163.481,62	58.762.193	63.228.406
MAR	19.685.020	26.310.466	27.185.233	31.826.460	37.051.012	38.602.190,00	48.423.799	56.000.592
ABR	18.010.670	22.786.540	32.137.910	36.304.345	36.686.827	39.519.272,52	47.975.153	57.501.253
MAI	26.222.198	26.821.027	24.353.540	34.924.329	35.657.800	40.597.524,53	46.972.538	48.830.934
JUN	18.434.600	20.211.002	23.440.429	27.103.914	29.967.462	36.057.504,33	39.988.956	48.299.539
JUL	27.517.037	19.893.854	25.706.507	24.664.157	32.007.472	35.543.882,80	42.971.021	44.651.729
AGO	36.848.441	26.347.240	22.222.750	39.135.145	41.384.300	44.846.241,45	49.801.170	65.303.554
SET	21.506.880	21.612.251	23.860.078	31.009.372	30.801.403	36.204.559,27	41.983.720	62.180.429
OUT	21.901.816	30.647.257	26.370.420	34.169.482	36.345.263	39.352.154,52	46.700.058	58.528.348
NOV	37.279.971	32.147.355	36.162.951	35.966.537	45.566.417	53.600.915,60	59.991.661	69.400.112
DEZ	21.211.602	70.981.533	34.893.274	44.868.305	64.010.570	74.082.909,13	82.936.650	92.658.127
TOTAL	312.423.445	360.721.635	343.297.925	418.984.028	481.831.632	544.469.744	626.140.206	732.584.041
		15,46%	-4,83%	22,05%	15,00%	13,00%	15,00%	17,00%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

- **Comunicação**

Foi excluída a previsão realizada pelo método econométrico para o segmento Comunicação em face da base de dados consolidar segmentos de telefonia móvel e fixa. Assim sendo, a arrecadação daquele segmento apresenta tendência crescente enquanto este vem reduzindo a sua participação.



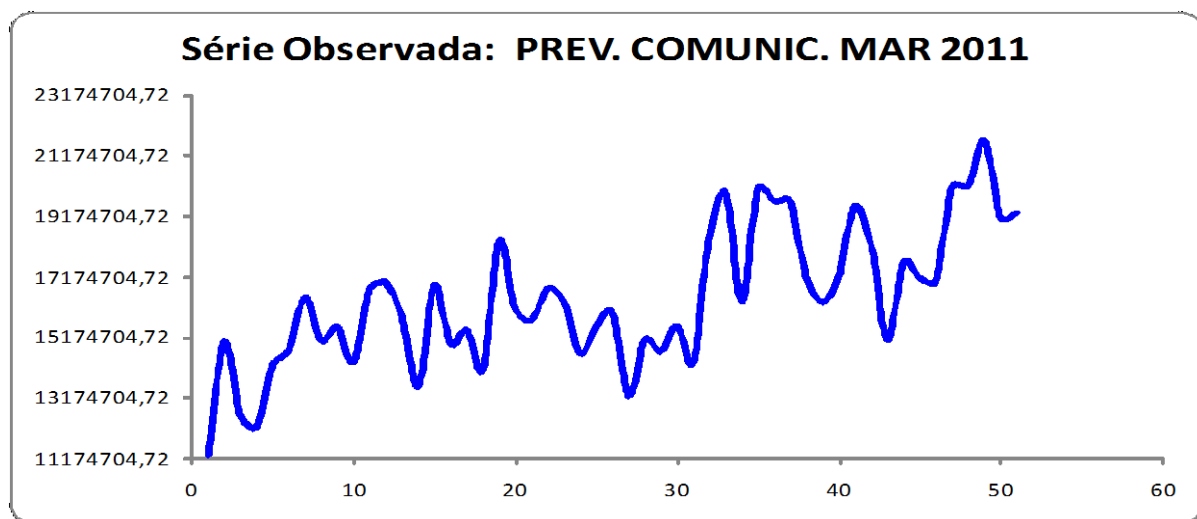
ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XXIV – Previsão da arrecadação segmento Comunicação 2011-2014 pelo método econométrico

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JAN	11.287.581	15.806.244	15.525.331	19.642.563	21.639.737	20.614.761	21.871.969	23.129.178
FEV	15.028.149	13.547.961	15.996.205	17.080.049	19.096.687	19.044.070	20.199.616	21.355.162
MAR	12.573.623	16.877.023	13.243.434	16.329.475	17.824.651	18.969.906	20.115.161	21.260.416
ABR	12.218.261	14.954.940	15.075.747	17.171.955	17.756.769	18.891.587	20.026.404	21.161.221
MAI	14.232.371	15.397.928	14.703.655	19.487.806	18.975.971	20.182.282	21.388.592	22.594.903
JUN	14.756.346	14.111.527	15.541.975	18.206.048	18.340.375	19.500.137	20.659.899	21.819.661
JUL	16.469.323	18.346.091	14.333.247	15.082.811	19.218.085	20.426.979	21.635.872	22.844.766
AGO	15.058.636	16.080.720	18.529.320	17.630.748	19.878.600	21.122.522	22.366.444	23.610.366
SET	15.507.023	15.723.031	19.942.021	17.111.516	20.523.064	21.800.652	23.078.240	24.355.828
OUT	14.350.094	16.773.043	16.348.725	17.022.940	19.261.739	20.454.619	21.647.500	22.840.380
NOV	16.743.015	16.333.158	20.087.417	20.128.470	21.512.254	22.837.668	24.163.083	25.488.498
DEZ	16.964.864	14.633.901	19.648.366	20.154.387	21.374.469	22.684.667	23.994.866	25.305.064
TOTAL	175.189.285	188.585.568	198.975.444	215.048.769	235.402.401	246.529.850	261.147.647	275.765.444
		7,65%	5,51%	8,08%	9,46%	4,73%	5,93%	5,60%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Gráfico XII – Previsão da arrecadação do segmento Comunicação pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014

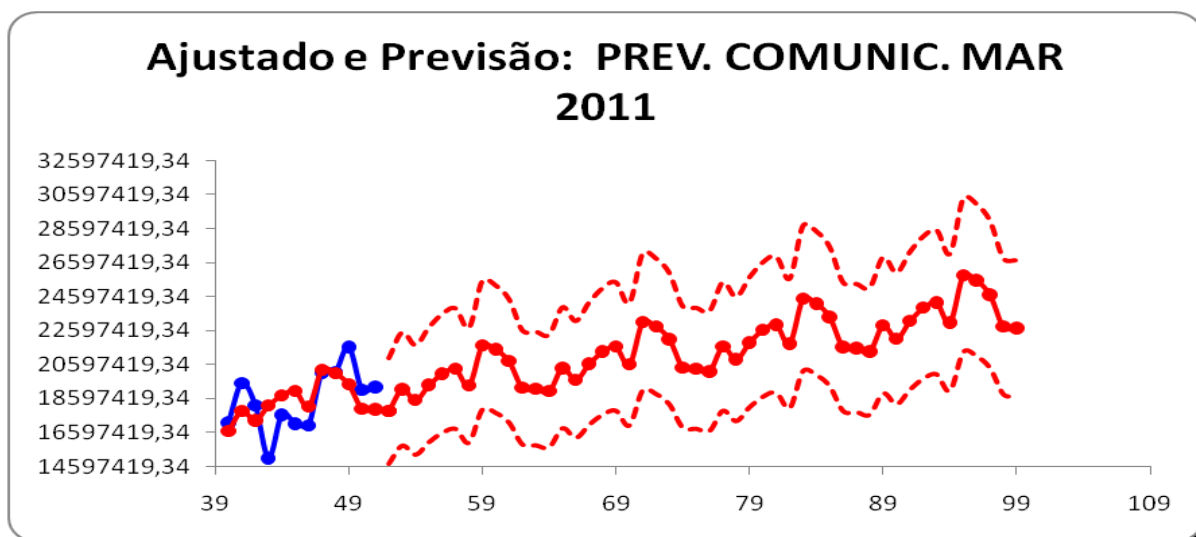


Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*



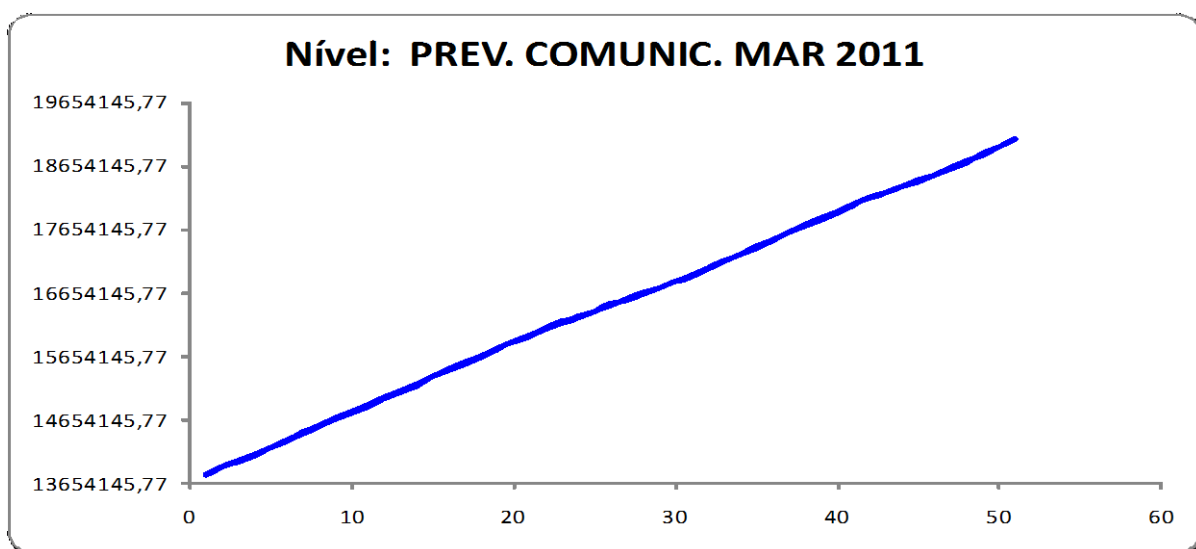
ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XIII : Modelo de Previsão Ajustado para o segmento de Comunicação pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014



Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*

Gráfico XIV – Previsão para o segmento de Comunicação pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014

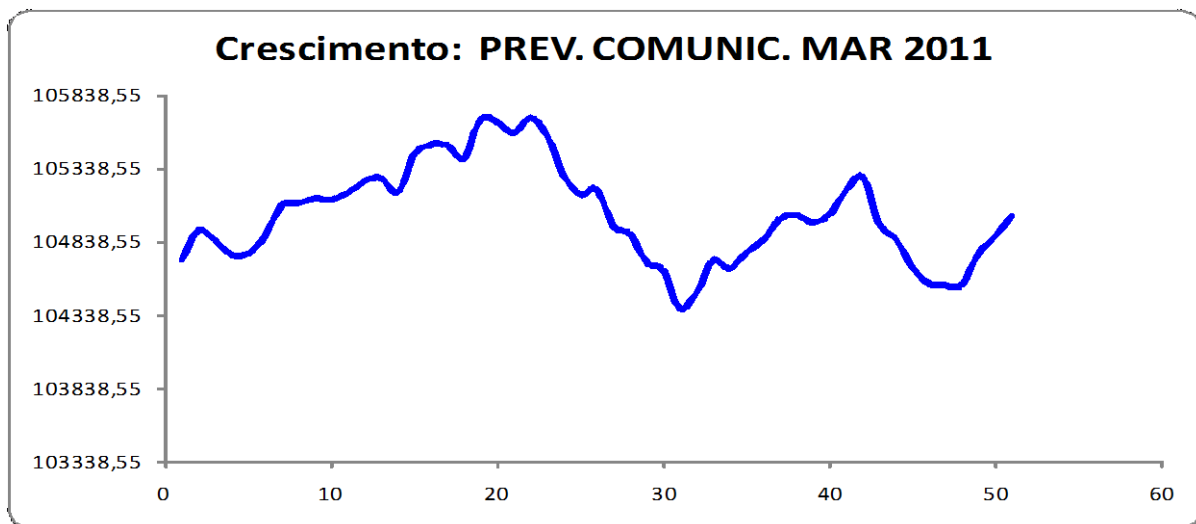


Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*



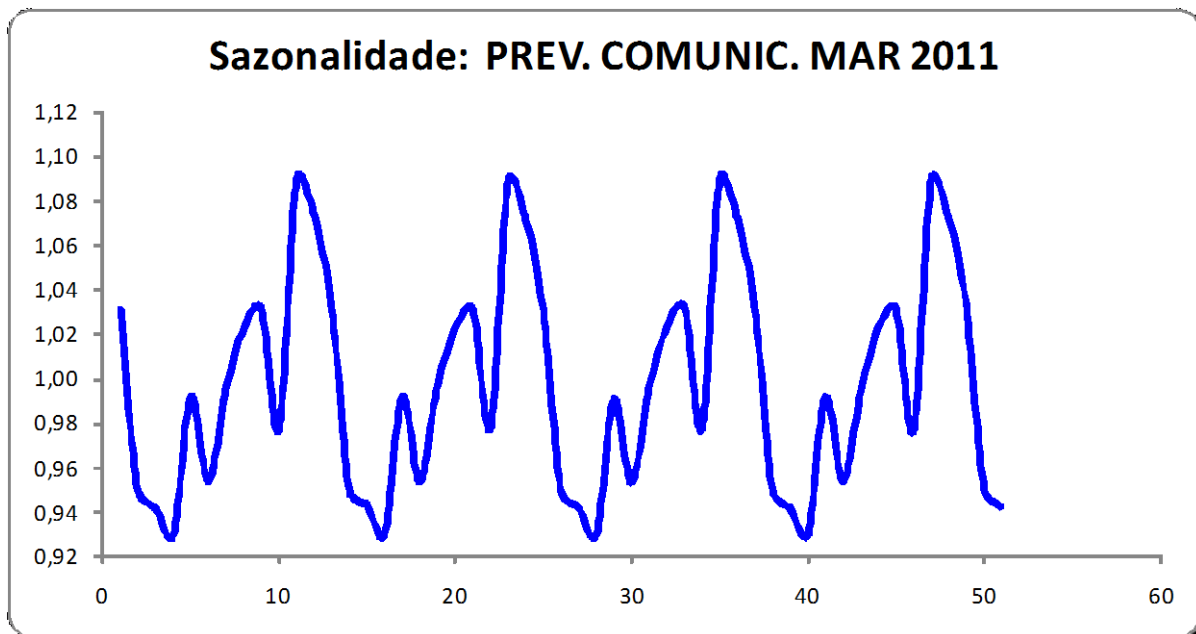
ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XV – Previsão para o segmento de Comunicação pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014



Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*

Gráfico XVI – Sazonalidade observada para o segmento de Comunicação pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014

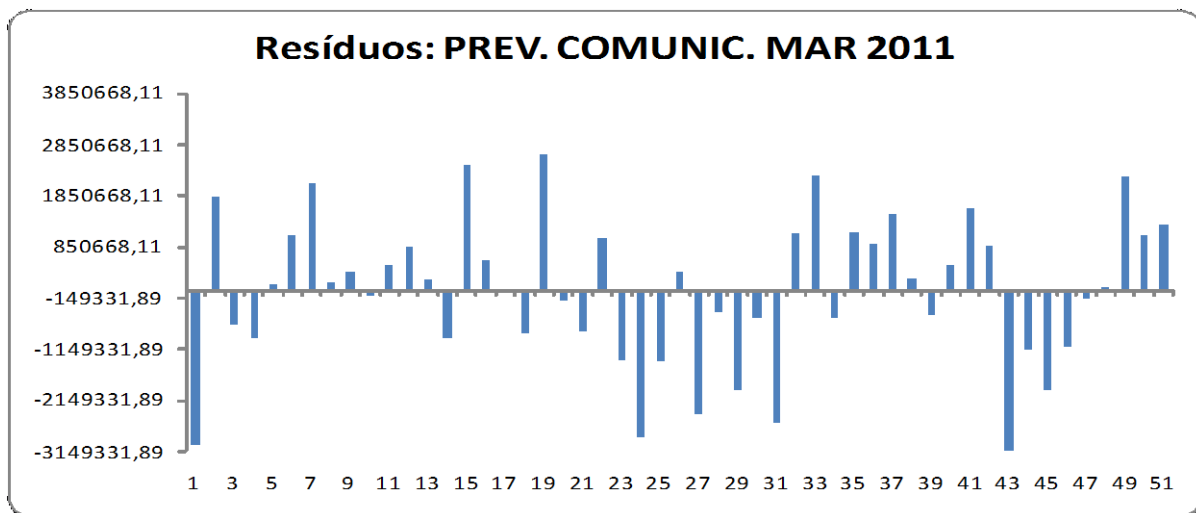


Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*



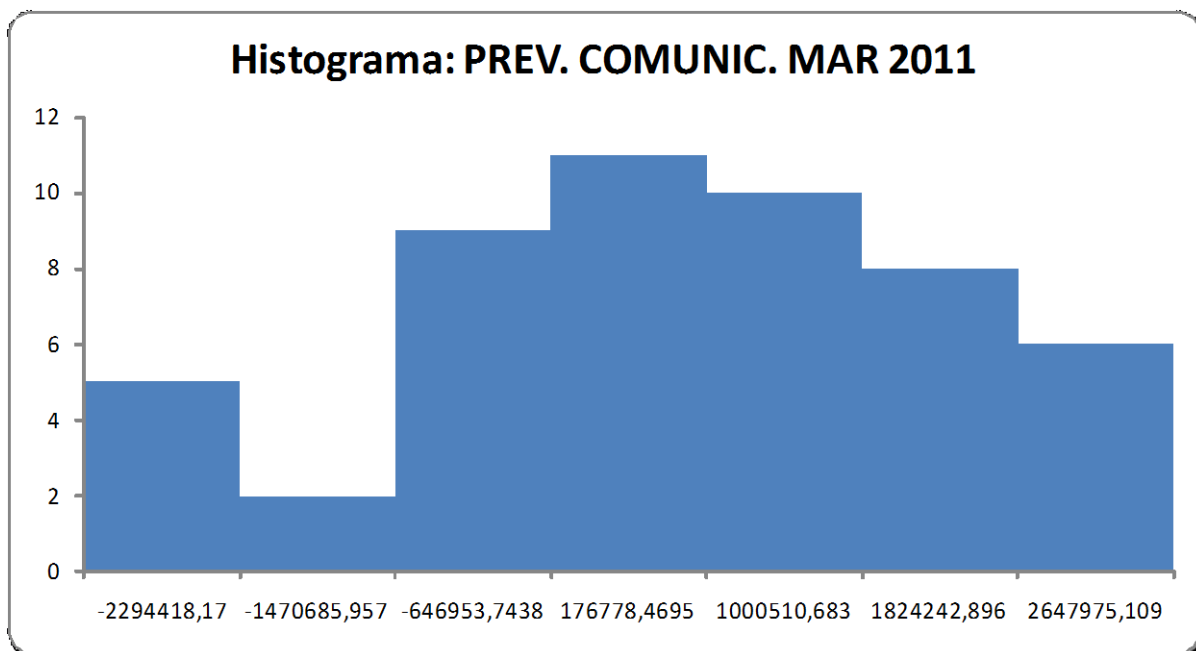
ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XVII – Resíduos observados para o segmento de Comunicação pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014



Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*

Gráfico XVIII – Histogramas observados para o segmento de Comunicação pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014

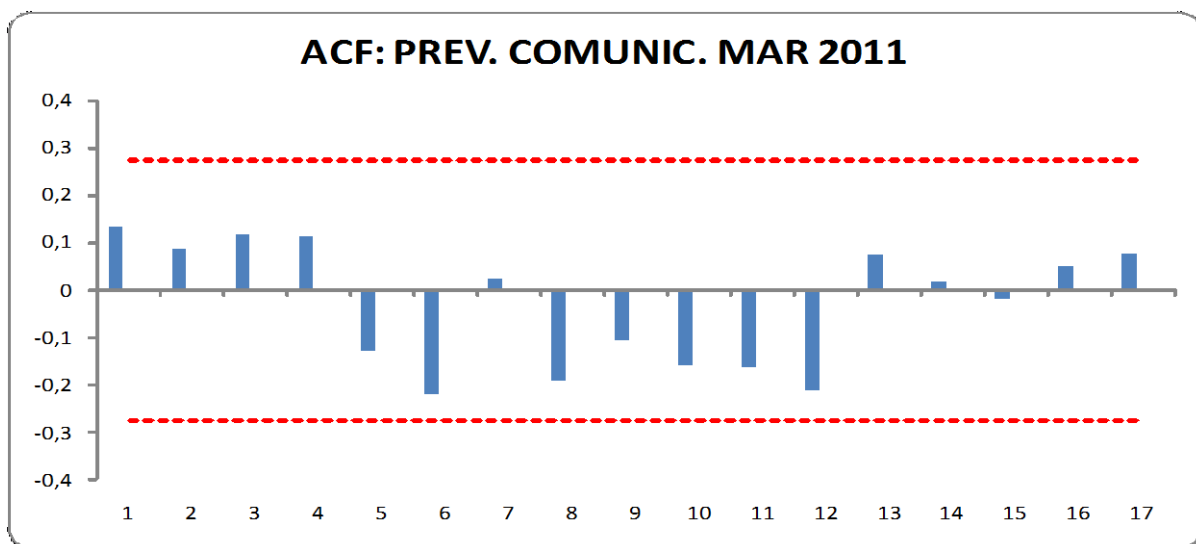


Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*



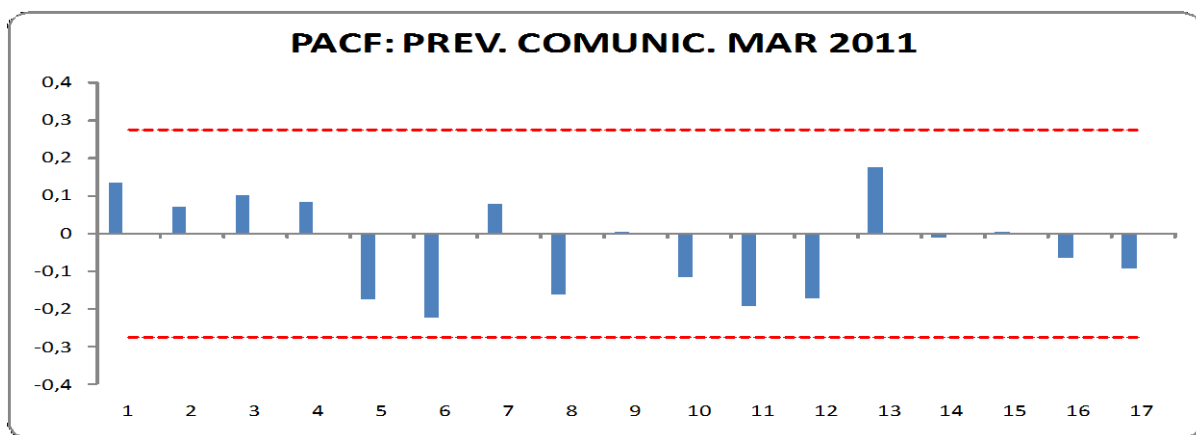
ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XIX – Correlação observada para o segmento de Comunicação pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014



Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*

Gráfico XX– Auto correlação (PACF) observada para o segmento de Comunicação pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014



Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*

Foi realizada a previsão pelo método econométrico e observou-se que para o exercício de 2011 poderia ser considerada, entretanto para o período de 2012 a 2014 deveria ser considerada a projeção do IPC-A.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XXV – Previsão da arrecadação segmento Comunicação 2011-2014 pelo método IPC-A

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JAN	11.287.581	15.806.244	15.525.331	19.642.563	21.639.737	23.803.711	26.184.082	29.326.172
FEV	15.028.149	13.547.961	15.996.205	17.080.049	19.096.687	21.006.356	23.317.055	27.047.784
MAR	12.573.623	16.877.023	13.243.434	16.329.475	17.824.651	19.607.116	21.959.970	26.050.492
ABR	12.218.261	14.954.940	15.075.747	17.171.955	17.756.769	19.532.446	21.485.691	24.493.688
MAI	14.232.371	15.397.928	14.703.655	19.487.806	18.975.971	20.873.568	22.543.453	25.474.102
JUN	14.756.346	14.111.527	15.541.975	18.206.048	18.340.375	20.174.413	23.183.264	26.660.754
JUL	16.469.323	18.346.091	14.333.247	15.082.811	19.218.085	21.139.893	23.676.681	26.517.882
AGO	15.058.636	16.080.720	18.529.320	17.630.748	19.878.600	21.866.460	24.490.435	27.919.096
SET	15.507.023	15.723.031	19.942.021	17.111.516	20.523.064	22.575.370	25.284.415	28.824.233
OUT	14.350.094	16.773.043	16.348.725	17.022.940	19.261.739	21.187.912	24.582.516	27.532.418
NOV	16.743.015	16.333.158	20.087.417	20.128.470	21.512.254	23.663.479	26.739.731	30.483.294
DEZ	16.964.864	14.633.901	19.648.366	20.154.387	21.374.469	23.511.916	26.568.465	30.288.050
TOTAL	175.189.285	188.585.568	198.975.444	215.048.769	235.402.401	258.942.641	290.015.758	330.617.964
		7,65%	5,51%	8,08%	9,46%	10,00%	12,00%	14,00%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

- **Construção Civil**

A arrecadação do segmento da Construção Civil teve um incremento nominal de 33,68% do 1º trimestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010 e o modelo econométrico projetou um incremento de 26,11%

Tabela XXVI – Previsão da arrecadação segmento Construção Civil 2011-2014 pelo método econométrico

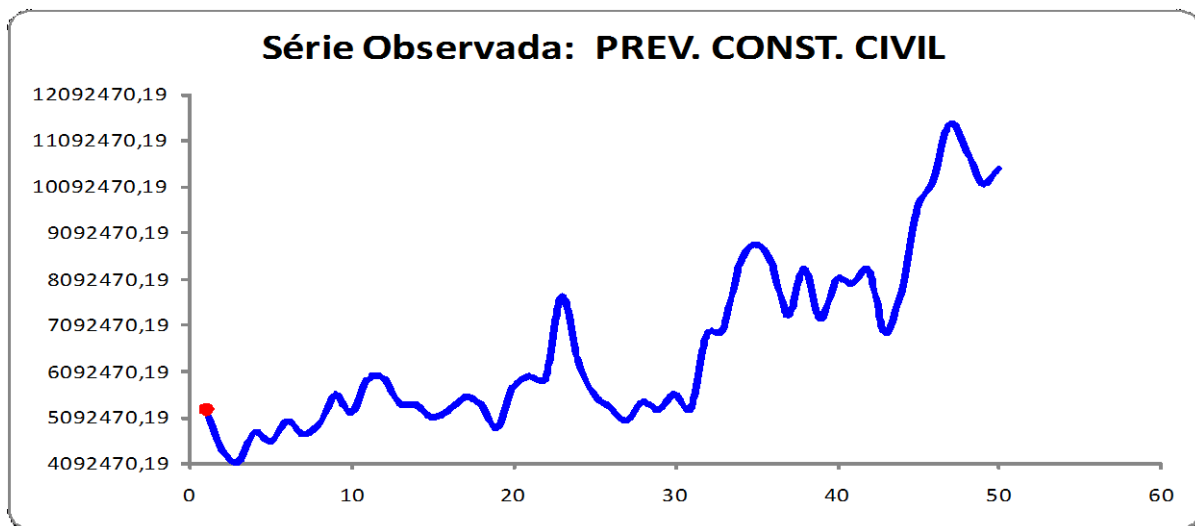
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JAN	5.251.982	5.395.926	5.590.512	7.302.544	10.151.258	11.575.437	12.981.705	14.387.974
FEV	4.395.836	5.364.834	5.308.243	8.315.417	10.462.454	11.836.883	13.243.151	14.649.420
MAR	4.133.808	5.101.459	5.024.175	7.214.197	9.908.365	11.314.634	12.720.903	14.127.171
ABR	4.777.329	5.235.818	5.424.785	8.072.173	10.367.373	11.773.642	13.179.910	14.586.179
MAI	4.568.429	5.523.368	5.260.839	7.990.441	10.349.988	11.756.257	13.162.526	14.568.794
JUN	5.018.176	5.384.954	5.601.975	8.270.862	10.486.556	11.892.825	13.299.094	14.705.363
JUL	4.731.665	4.875.247	5.295.658	6.931.383	9.990.346	11.396.615	12.802.884	14.209.152
AGO	4.947.769	5.745.189	6.892.038	7.812.298	10.886.269	12.292.538	13.698.807	15.105.075
SET	5.584.466	5.976.418	6.997.163	9.593.231	11.536.229	12.942.498	14.348.767	15.755.035
OUT	5.197.288	5.926.073	8.417.300	10.225.962	11.893.656	13.299.924	14.706.193	16.112.462
NOV	5.917.020	7.714.613	8.844.843	11.436.873	12.895.831	14.302.100	15.708.368	17.114.637
DEZ	5.940.363	6.346.699	8.433.713	10.923.261	12.333.395	13.739.663	15.145.932	16.552.201
TOTAL	60.464.132	68.590.599	77.091.242	104.088.643	131.261.721	148.123.015	164.998.240	181.873.464
		13,44%	12,39%	35,02%	26,11%	12,85%	11,39%	10,23%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



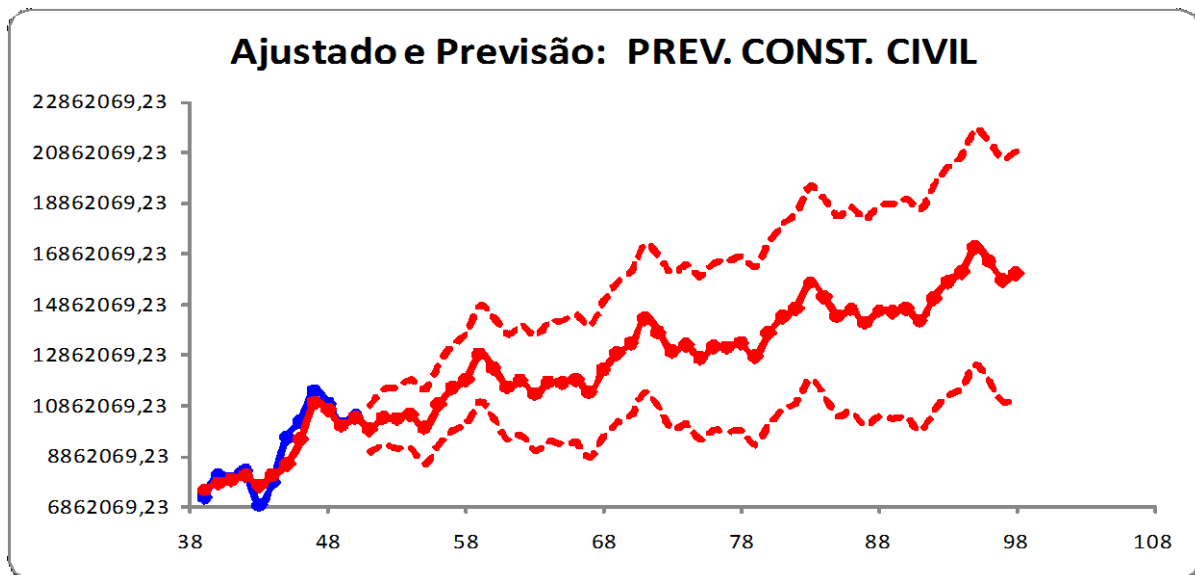
ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XXI – Previsão da arrecadação do segmento Construção Civil pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014



Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*

Gráfico XXII – Modelo de Previsão Ajustado para o segmento de Construção Civil pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014

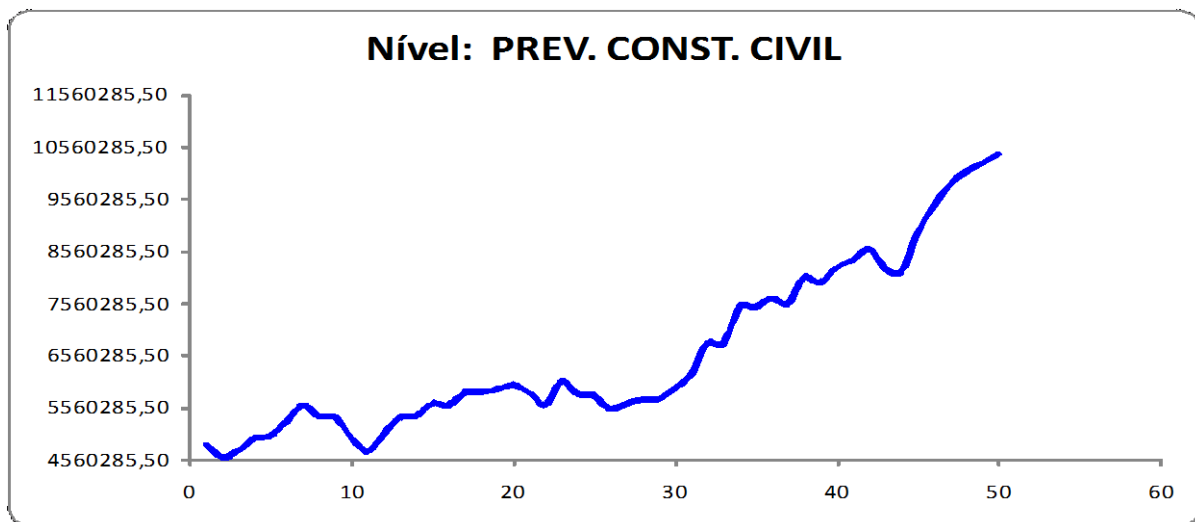


Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*



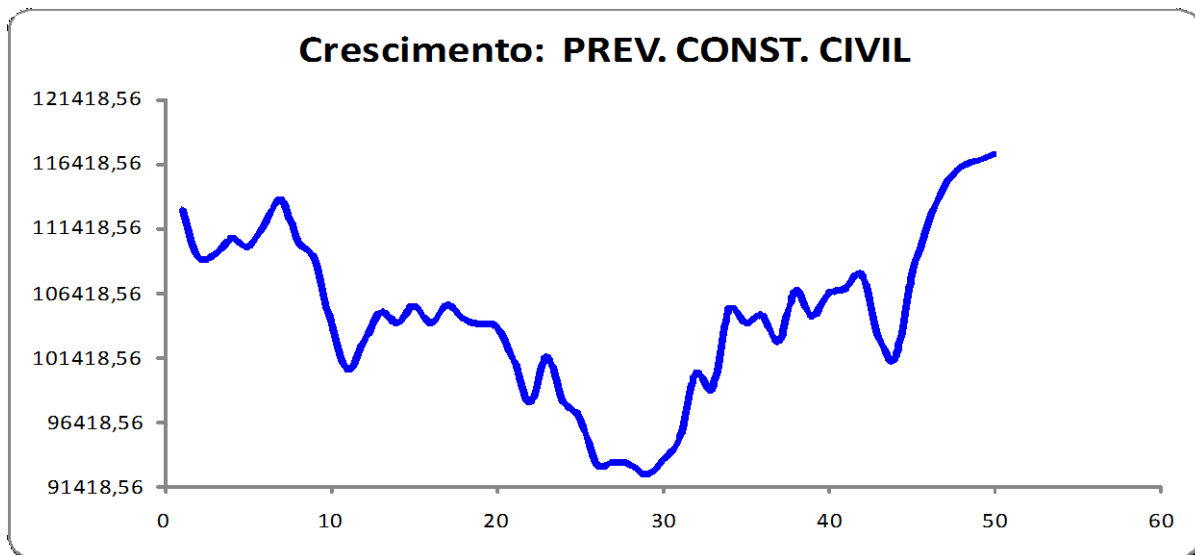
ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XXIII – Previsão para o segmento de Construção Civil pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014



Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*

Gráfico XXIV – Previsão para o segmento de Construção Civil pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014

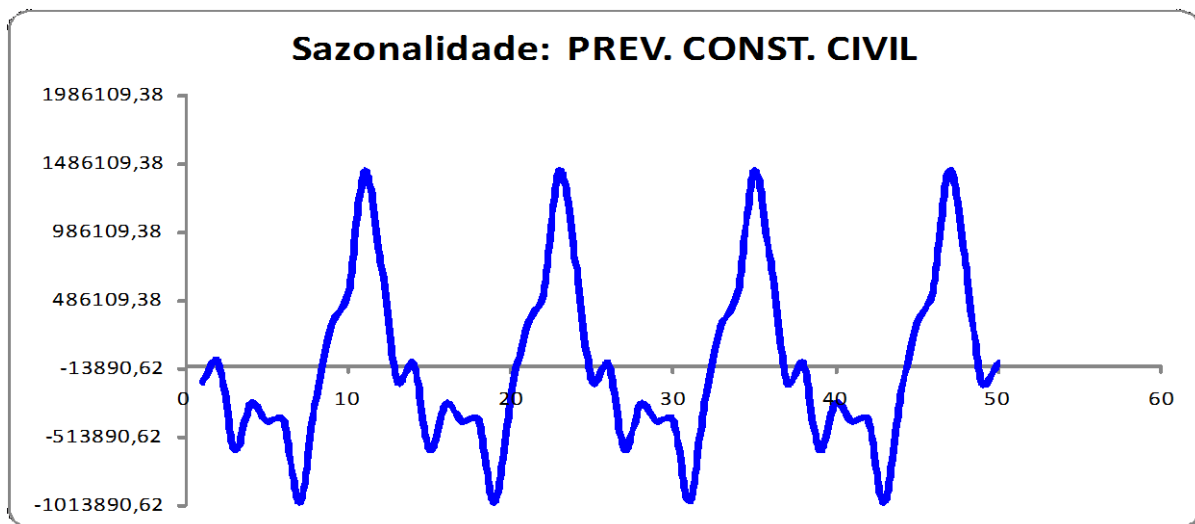


Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*



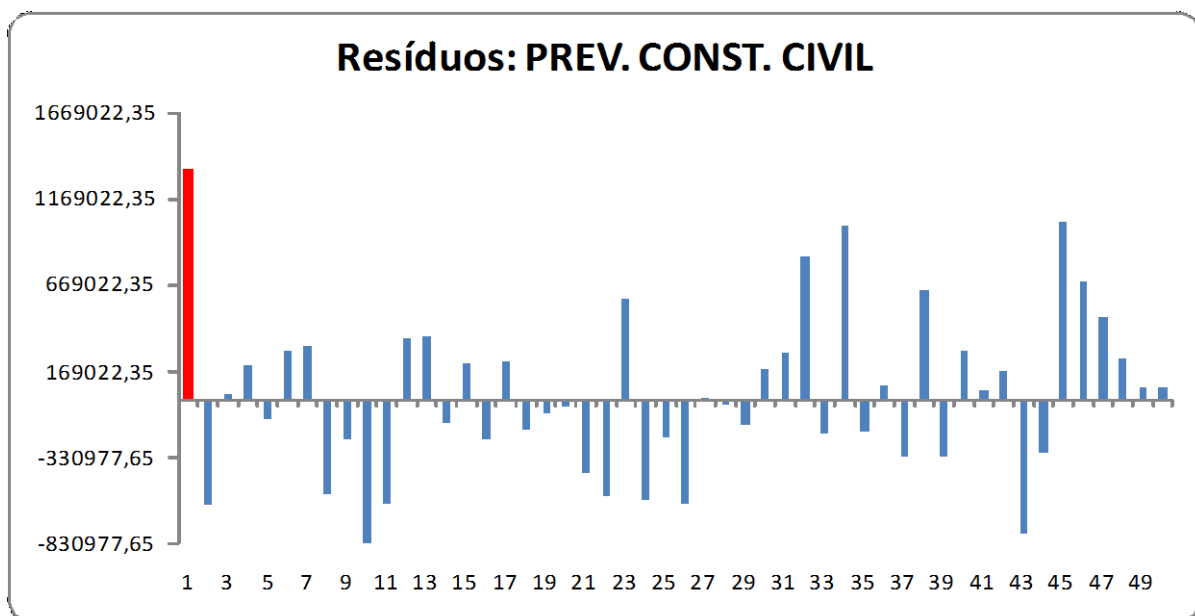
ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XXV – Sazonalidade observada do modelo de previsão *Bolt-Winters* para o segmento Construção Civil – 2011 a 2014



Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*

Gráfico XXVI – Resíduos observados para a previsão do segmento Construção Civil pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014

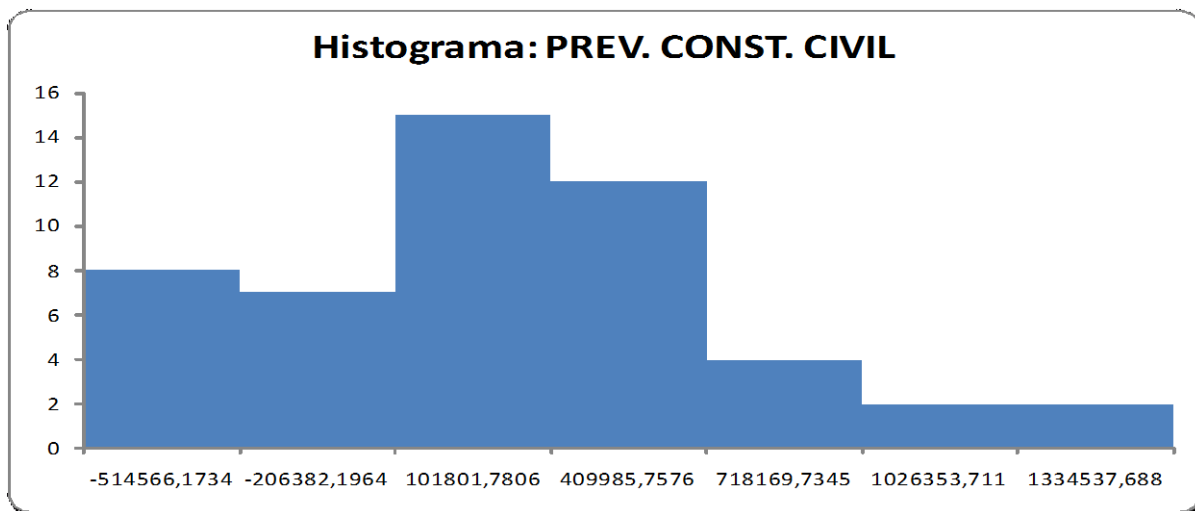


Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*



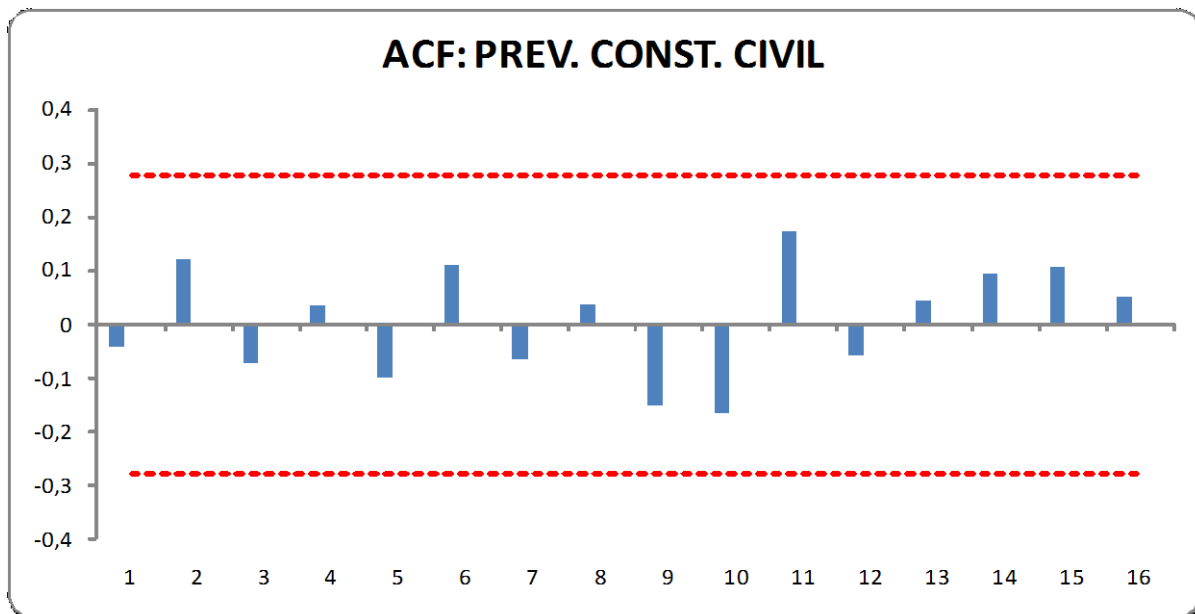
ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XXVII – Histograma observados para a previsão do segmento Construção Civil pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014



Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*

Gráfico XXVIII – Correlação observada para o segmento de Construção Civil pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014

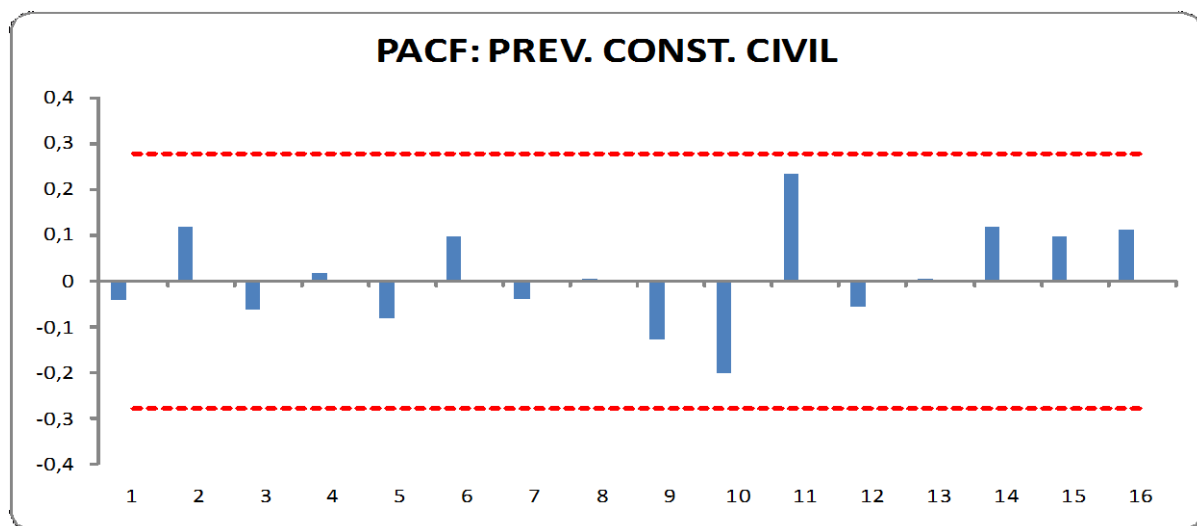


Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XXIX – Auto-correlação observada para o segmento de Construção Civil pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014



Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*

Os resultados apresentados pelo método econométrico para o exercício de 2011 demonstrou uma efetividade no que se refere à previsão, entretanto para o período de 2012 a 2014 foram analisadas outras variáveis como a tendência de crescimento do segmento imobiliário, o incremento do salário mínimo.

Tabela XXVII – Previsão da arrecadação segmento Construção Civil 2011-2014 pelo método econométrico (2011) e IPC-A (2012-2014)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JAN	5.251.982	5.395.926	5.590.512	7.302.544	10.151.258	12.634.315,70	14.655.806	17.000.735
FEV	4.395.836	5.364.834	5.308.243	8.315.417	10.462.454	12.897.826,33	14.961.479	17.804.159
MAR	4.133.808	5.101.459	5.024.175	7.214.197	9.908.365	11.378.397,42	13.085.157	15.440.485
ABR	4.777.329	5.235.818	5.424.785	8.072.173	10.367.373	11.839.240,50	13.615.127	16.065.849
MAI	4.568.429	5.523.368	5.260.839	7.990.441	10.349.988	11.824.240,69	13.597.877	16.045.495
JUN	5.018.176	5.384.954	5.601.975	8.270.862	10.486.556	12.277.626,00	14.119.270	16.237.160
JUL	4.731.665	4.875.247	5.295.658	6.931.383	9.990.346	12.469.405,03	14.339.816	16.920.983
AGO	4.947.769	5.745.189	6.892.038	7.812.298	10.886.269	13.367.739,93	15.372.901	18.140.023
SET	5.584.466	5.976.418	6.997.163	9.593.231	11.536.229	14.053.060,43	16.899.310	19.772.193
OUT	5.197.288	5.926.073	8.417.300	10.225.962	11.893.656	13.380.758,54	15.655.487	18.473.475
NOV	5.917.020	7.714.613	8.844.843	11.436.873	12.895.831	15.384.863,70	17.846.442	21.058.801
DEZ	5.940.363	6.346.699	8.433.713	10.923.261	12.333.395	14.824.641,91	17.196.585	21.028.042
TOTAL	60.464.132	68.590.599	77.091.242	104.088.643	131.261.721	156.332.116	181.345.256	213.987.401
		13,44%	12,39%	35,02%	26,11%	19,10%	16,00%	18,00%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

- **Departamento/Têxtil**

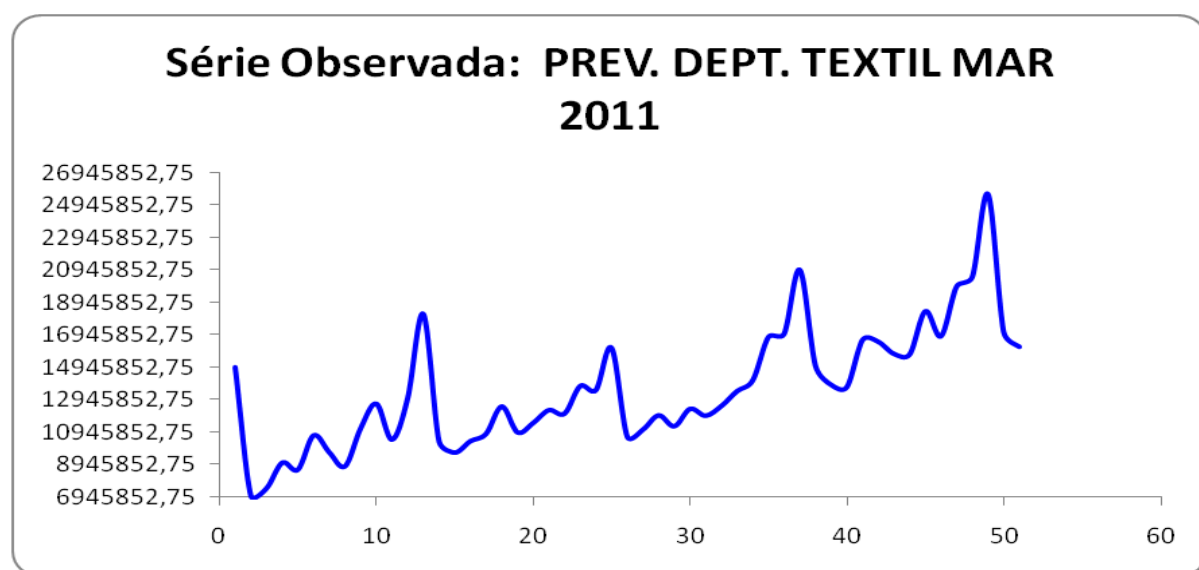
A previsão da arrecadação para o segmento Departamento/ Têxtil foi considerada as projeções pelo método econométrico. Salienta-se, ainda, que foi observado um incremento nominal de 18,22% do alusivo segmento do 1º trimestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.

Tabela XXVIII – Previsão da arrecadação segmento Departamento/Têxtil 2011-2014 pelo método econométrico

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JAN	14.946.732	18.218.626	16.132.518	20.949.212	25.604.055	26.181.285	28.495.898	30.810.512
FEV	7.016.013	10.358.134	10.659.091	15.020.836	17.097.152	19.731.875	22.046.489	24.361.103
MAR	7.473.874	9.675.216	11.100.213	13.854.225	16.200.759	19.268.479	21.583.092	23.897.706
ABR	9.057.162	10.381.843	11.974.197	13.721.412	17.490.547	19.805.161	22.119.774	24.434.388
MAI	8.623.333	10.838.516	11.299.026	16.625.669	18.374.462	20.689.076	23.003.690	25.318.303
JUN	10.740.232	12.520.644	12.372.963	16.514.045	19.228.322	21.542.935	23.857.549	26.172.163
JUL	9.694.227	10.922.909	11.950.701	15.768.683	18.438.643	20.753.257	23.067.871	25.382.484
AGO	8.827.936	11.506.772	12.553.266	15.732.591	18.487.458	20.802.071	23.116.685	25.431.298
SET	11.171.437	12.296.886	13.466.605	18.396.041	20.161.839	22.476.452	24.791.066	27.105.680
OUT	12.692.110	12.081.936	14.132.393	16.853.268	20.633.138	22.947.752	25.262.365	27.576.979
NOV	10.477.898	13.791.251	16.814.632	19.934.588	21.402.930	23.717.544	26.032.157	28.346.771
DEZ	13.039.170	13.537.557	17.004.145	20.523.763	22.230.877	24.545.490	26.860.104	29.174.718
TOTAL	123.760.123	146.130.291	159.459.752	203.894.334	235.350.181	262.461.377	290.236.741	318.012.104
		18,08%	9,12%	27,87%	15,43%	11,52%	10,58%	9,57%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Gráfico XXX – Previsão da arrecadação do segmento Departamento Têxtil pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014

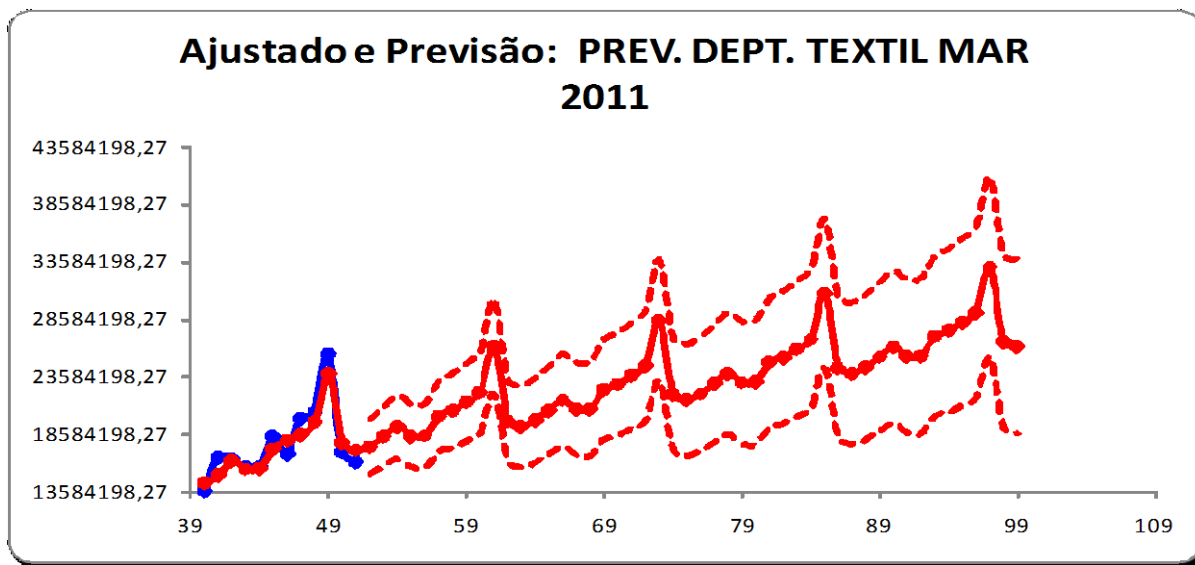


Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*



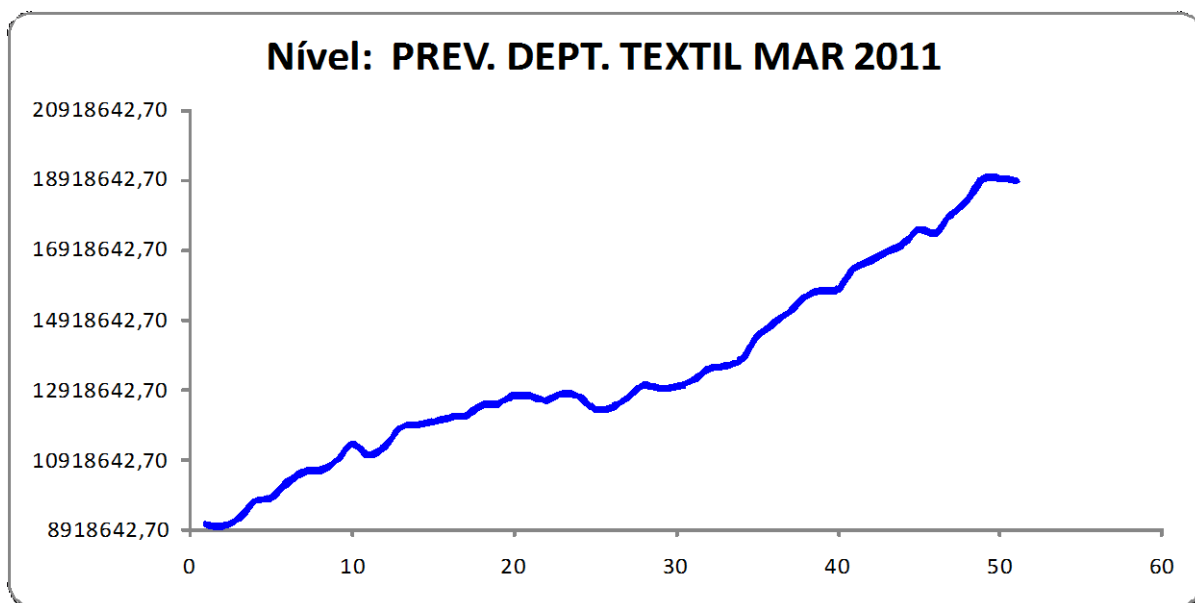
ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XXXI – Modelo de Previsão Ajustado para o segmento de Departamento Têxtil pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014



Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*

Gráfico XXXII – Previsão para o segmento de Departamento Têxtil pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014

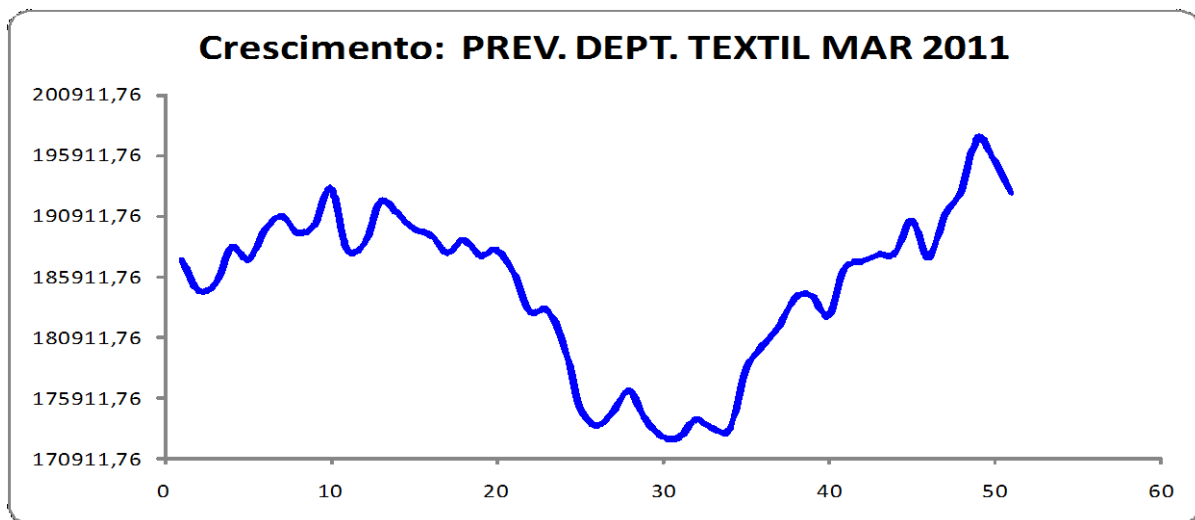


Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*



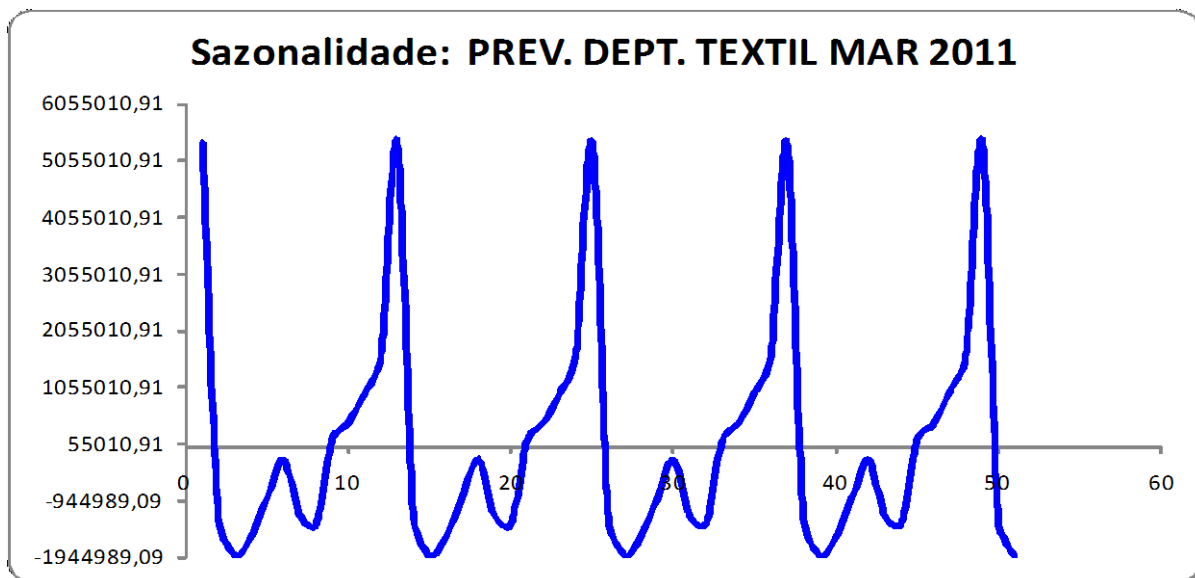
ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XXXIII – Previsão para o segmento de Departamento Têxtil pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014



Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*

Gráfico XXXIV – Sazonalidade observada para o segmento de Departamento Têxtil pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014

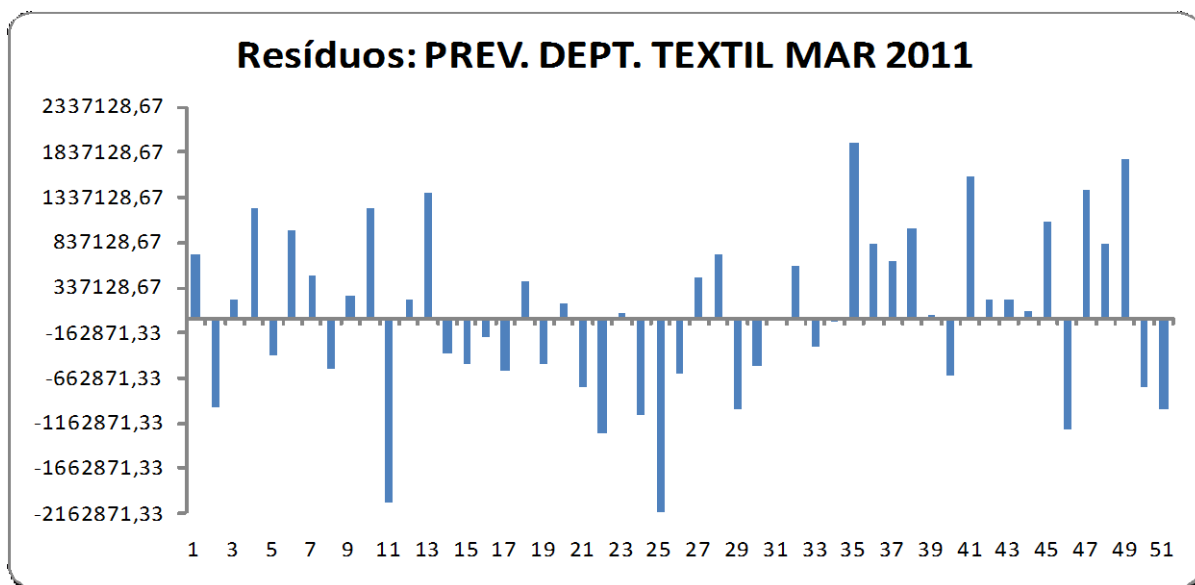


Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XXXV – Resíduos observados para o segmento de Departamento Têxtil pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014



Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*

- **Energia Elétrica**

A previsão realizada pelo método econométrico teve que ser desconsiderada em função de que a arrecadação de 2010 apresentou uma redução em valores nominais, resultando em um impacto significativo da projeção da arrecadação de 2012 a 2014. Para o exercício de 2011 considerou-se os valores projetados pelo referido modelo.

Nota: Energia Elétrica: ICMS

Conforme Resolução Homologatória nº 873/2009 da ANEEL, as tarifas da CEAL tiveram uma variação de -18,99% em relação ao período anterior, e além dessa redução, foi aumentada a margem das faixas de consumo classificadas como Baixa Renda e reduziu a tarifa de cada faixa¹⁵.

Fim do Parcelamento referente ao código de tributos 1520-2 (valor na base de 2009 em R\$ 8.237.942,04). A CEAL justificou a redução brusca do ICMS Energia Elétrica no mês de agosto/10, a ocorrência das chuvas torrenciais em vários municípios do Estado.

¹⁵ http://www.ceal.com.br/tarifas_tabelas.aspx.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Além disso, a arrecadação esperada referente ao aumento das tarifas em 6,29% (Resolução Homologatória N 1047/2010), a partir de setembro/2010 com reflexo em outubro/2010, não se efetivou na íntegra, em função da base ter sido modificada referente às faixas de consumo.

Vigência da Tarifa de 28/08/2010 a 27/08/2011.

Resolução Homologatória Nº 1047 Publicada em 27/08/2010.

Variação percentual em relação ao período anterior: 6,29%

Tabela XXIX – Segmentos que compõem a base de cálculo da Energia Elétrica

Descrição	R\$ kWh*
B1 - Residencial	0,33363
B1 - Residencial Baixa Renda	
Consumo mensal até 30 kWh	0,10959
Consumo mensal entre 31 até 100 kWh	0,18787
Consumo mensal entre 101 até 220 kWh	0,2818
Consumo mensal superior a 220 kWh	0,31312

Os valores contantes da Resolução Homologatória referida são expressos em R\$/MWh

Empresa: CEAL - Companhia Energética de Alagoas

Vigência da Tarifa de 28/08/2009 a 27/08/2010

Resolução Homologatória Nº 873 Publicada em 28/08/2009

Variação percentual em relação ao período anterior: -18,99%



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XXX – Segmentos que compõem a base de cálculo da Energia Elétrica (tabela antiga)

Descrição	R\$ kWh*
B1 - Residencial	0,3139
B1 - Residencial Baixa Renda	
Consumo mensal até 30 kWh	0,10718
Consumo mensal entre 31 até 80 kWh	0,18598
Consumo mensal entre 81 até 100 kWh	0,18833
Consumo mensal entre 101 até 140 kWh	0,28247
Consumo mensal superior a 140 kWh	0,3139

* Os valores contantes da Resolução Homologatória referida são expressos em R\$/MWh

Tabela XXXI – Previsão da arrecadação segmento Energia Elétrica 2011-2014 pelo método econométrico

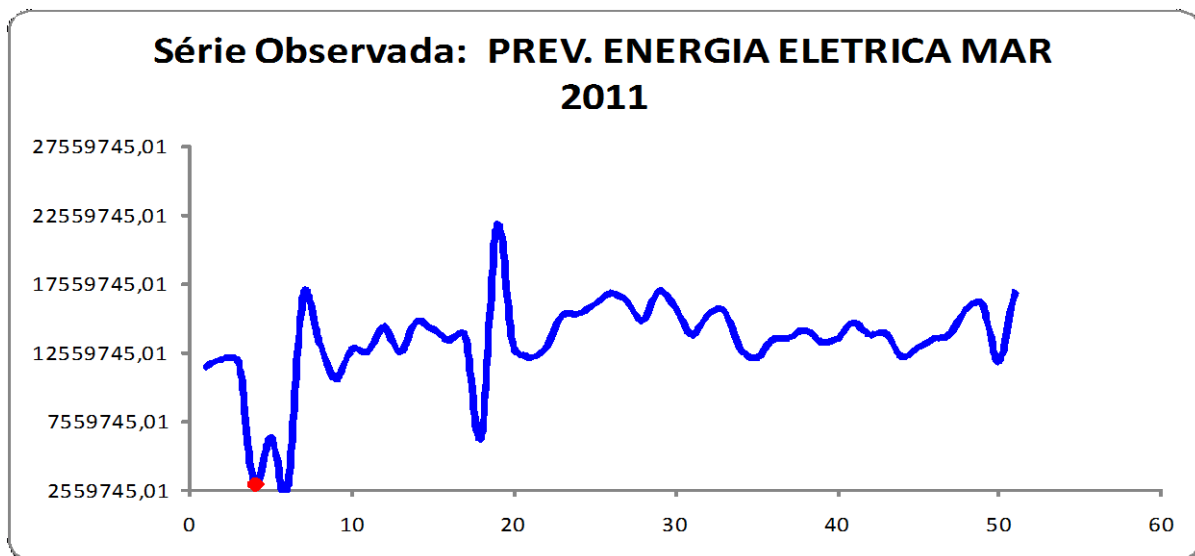
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JAN	11.552.509	12.642.240	16.083.628	13.642.494	16.107.396	14.331.015,68	14.331.015,68	14.331.015,68
FEV	12.127.468	14.827.287	16.912.565	14.233.574	11.891.465	15.510.395,53	15.510.395,53	15.510.395,53
MAR	11.933.259	14.293.496	16.304.966	13.389.831	16.969.875	14.901.573,31	14.901.573,31	14.901.573,31
ABR	2.991.028	13.497.031	14.891.313	13.587.170	14.077.947	14.077.946,91	14.077.946,91	14.077.946,91
MAI	6.474.333	13.875.380	17.057.810	14.775.435	15.334.145	15.334.144,83	15.334.144,83	15.334.144,83
JUN	2.585.601	6.424.022	15.876.114	13.899.134	12.131.770	12.131.769,85	12.131.769,85	12.131.769,85
JUL	16.738.169	21.837.064	13.864.387	14.027.079	17.567.178	17.567.177,87	17.567.177,87	17.567.177,87
AGO	13.378.950	13.014.080	15.245.467	12.318.438	14.388.094	14.388.094,31	14.388.094,31	14.388.094,31
SET	10.649.591	12.238.505	15.638.121	12.951.643	13.713.027	13.713.027,24	13.713.027,24	13.713.027,24
OUT	12.809.221	12.892.161	12.936.902	13.572.983	13.721.779	13.721.779,19	13.721.779,19	13.721.779,19
NOV	12.686.680	15.243.070	12.151.138	13.950.649	13.942.910	13.942.909,80	13.942.909,80	13.942.909,80
DEZ	14.483.821	15.400.017	13.496.331	15.717.490	14.780.389	14.780.388,59	14.780.388,59	14.780.388,59
TOTAL	128.410.629	166.184.354	180.458.741	166.065.922	174.625.975	174.400.223	174.400.223	174.400.223
		29,42%	8,59%	-7,98%	5,15%	-0,13%	0,00%	0,00%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



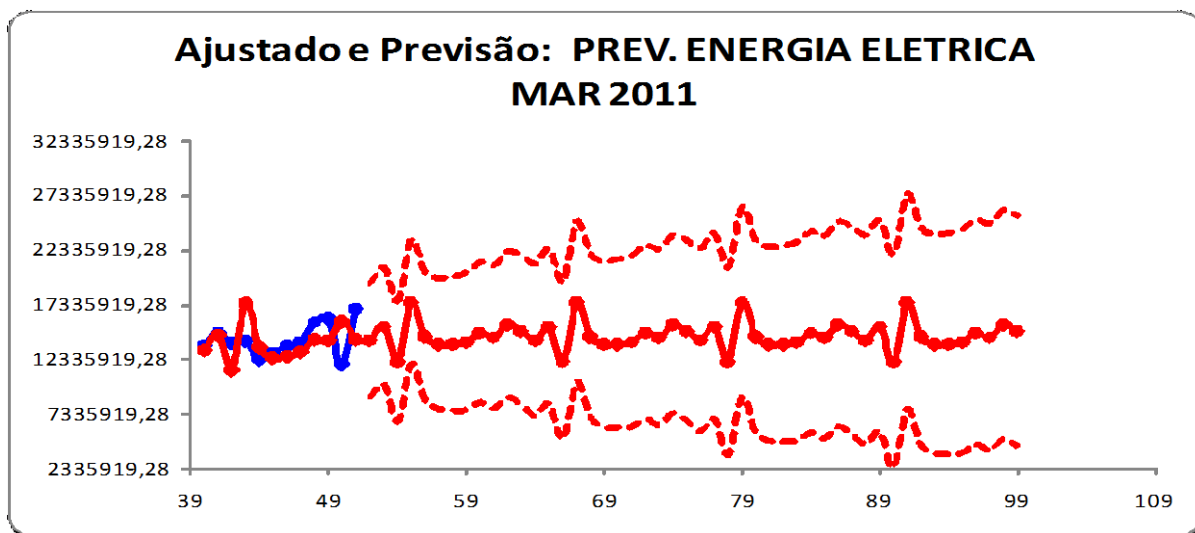
ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XXXVI - Previsão da arrecadação do segmento Energia Elétrica pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014



Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*

Gráfico XXXVII – Modelo de Previsão Ajustado para o segmento de Energia Elétrica pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014

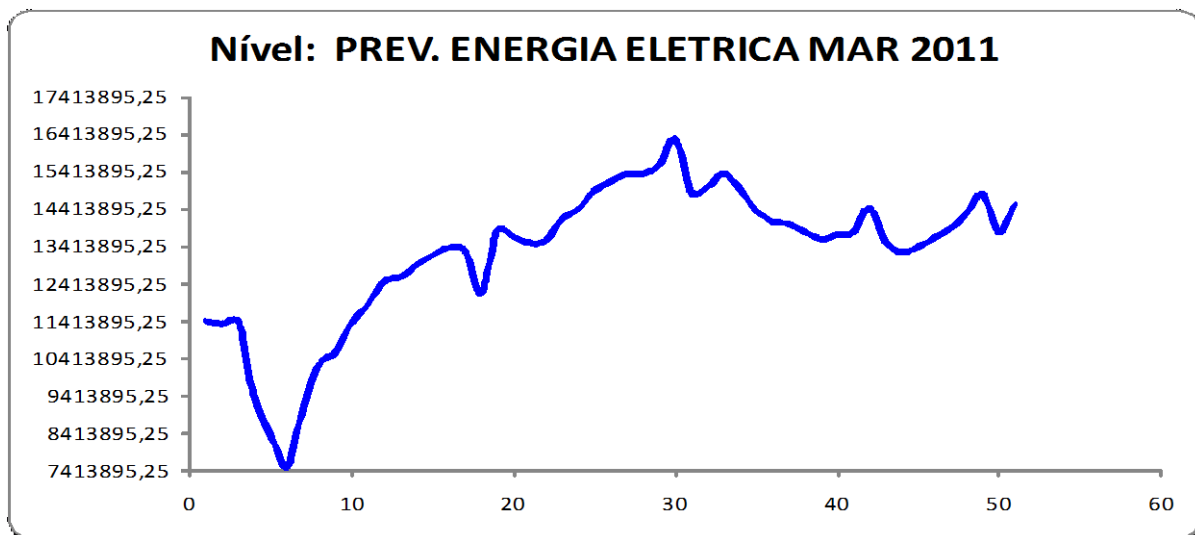


Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*



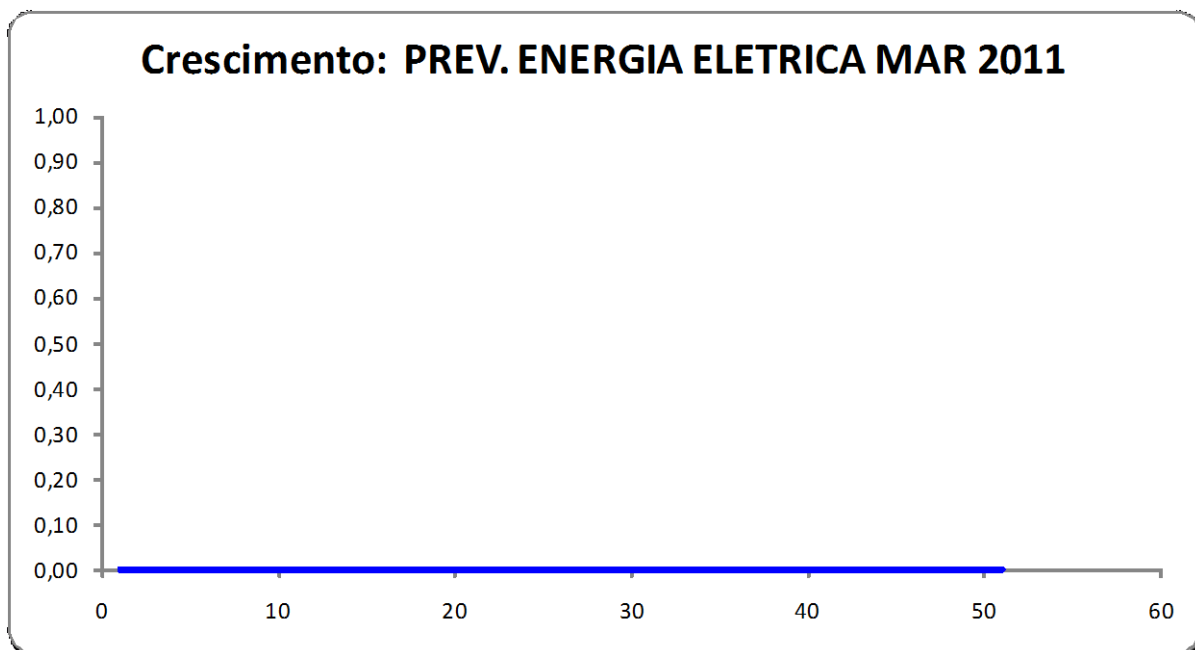
ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XXXVIII – Previsão para o segmento de Energia Elétrica pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014



Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*

Gráfico XXXIX – Previsão para o segmento de Energia Elétrica pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014

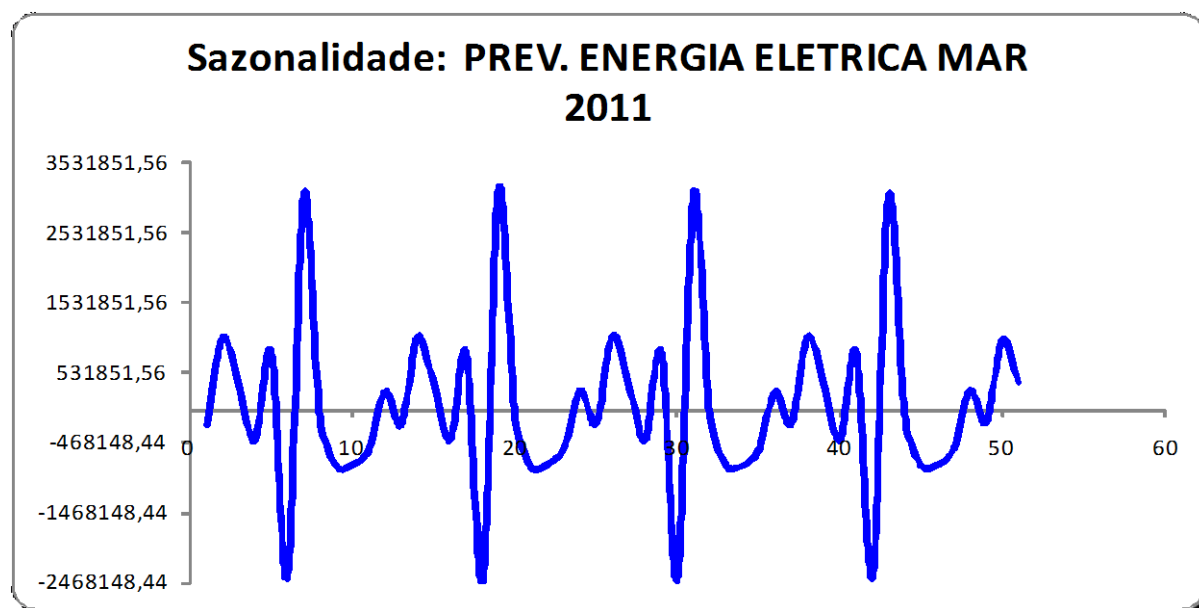


Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XL – Sazonalidade observada para o segmento de Energia Elétrica pelo método econométrico *Bolt-Winters* – 2011 a 2014



Fonte: Modelo Econométrico *Bolt-Winters*

Para o exercício de 2011 foi considerada a projeção da arrecadação do segmento de Energia Elétrica pelo método econométrico e para os demais anos foi utilizada a variável do IPC-A e a referida Resolução da ANEEL. Ressalta-se, ainda, que o incremento nominal foi de 4,13% da arrecadação do segmento Energia Elétrica do 1º trimestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.

Tabela XXXII – Previsão da arrecadação segmento Energia Elétrica 2011-2014 pelo método IPC-A

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JAN	11.552.509	12.642.240	16.083.628	13.642.494	15.107.396	16.331.016	17.331.016	18.331.016
FEV	12.127.468	14.827.287	16.912.565	14.233.574	12.891.465	13.510.396	14.510.396	14.910.396
MAR	11.933.259	14.293.496	16.304.966	13.389.831	14.969.875	15.901.573	16.891.573	17.901.573
ABR	2.991.028	13.497.031	14.891.313	13.587.170	14.077.947	15.077.947	16.077.947	17.077.947
MAI	6.474.333	13.875.380	17.057.810	14.775.435	15.334.145	16.334.145	16.934.145	17.134.145
JUN	2.585.601	6.424.022	15.876.114	13.899.134	14.131.770	15.131.770	15.831.770	16.531.770
JUL	16.738.169	21.837.064	13.864.387	14.027.079	15.567.178	16.567.178	16.967.178	17.067.178
AGO	13.378.950	13.014.080	15.245.467	12.318.438	14.388.094	15.388.094	15.988.094	17.988.094
SET	10.649.591	12.238.505	15.638.121	12.951.643	13.332.890	13.713.027	14.713.027	15.013.027
OUT	12.809.221	12.892.161	12.936.902	13.572.983	13.713.027	13.721.779	14.021.779	14.745.284
NOV	12.686.680	15.243.070	12.151.138	13.950.649	13.942.910	13.942.910	14.798.314	15.952.910
DEZ	14.483.821	15.400.017	13.496.331	15.717.490	16.580.389	16.771.031	17.080.389	17.667.278
TOTAL	128.410.629	166.184.354	180.458.741	166.065.922	174.037.086	182.390.866	191.145.627	200.320.618
		29,42%	8,59%	-7,98%	4,80%	4,80%	4,80%	4,80%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

- Mineral**

A arrecadação do segmento Mineral teve uma redução nominal de 2,13% do 1º trimestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010. O modelo econométrico foi utilizado para projetar a arrecadação para o exercício de 2011 e para os demais exercícios de 2012 a 2014 a variação do IPC-A.

Tabela XXXIII – Previsão da arrecadação segmento Mineral 2011-2014 pelo método econométrico

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JAN	1.981.982	4.124.946	3.415.611	5.043.271	5.155.642	5.641.047	5.641.047	5.641.047
FEV	1.830.534	3.623.229	1.283.871	4.153.542	4.738.872	5.382.011	5.382.011	5.382.011
MAR	3.014.024	3.142.381	1.879.822	3.994.260	3.015.802	3.015.802	3.015.802	3.015.802
ABR	1.400.588	2.641.322	1.993.634	3.663.599	3.155.532	3.155.532	3.155.532	3.155.532
MAI	1.534.481	2.164.458	1.955.522	2.792.009	2.702.061	2.702.061	2.702.061	2.702.061
JUN	4.109.259	3.637.604	4.286.103	3.125.572	3.599.317	3.599.317	3.599.317	3.599.317
JUL	2.731.899	4.195.361	2.658.228	3.609.343	4.457.512	4.457.512	4.457.512	4.457.512
AGO	26.429.204	1.912.766	3.604.115	2.342.121	2.730.517	2.730.517	2.730.517	2.730.517
SET	2.996.352	2.202.488	3.578.959	3.063.942	4.183.880	4.183.880	4.183.880	4.183.880
OUT	4.439.899	5.279.165	3.631.242	2.673.229	3.799.610	3.799.610	3.799.610	3.799.610
NOV	3.645.512	3.815.341	3.085.299	3.498.257	4.967.205	4.967.205	4.967.205	4.967.205
DEZ	4.498.301	7.354.682	3.829.460	5.635.789	6.813.038	6.813.038	6.813.038	6.813.038
TOTAL	58.612.036	44.093.743	35.201.866	43.594.935	49.318.989	50.447.533	50.447.533	50.447.533
		-24,77%	-20,17%	23,84%	13,13%	2,29%	0,00%	0,00%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Tabela XXXIV – Previsão da arrecadação segmento Mineral 2011-2014 pelo método econométrico e IPC-A

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JAN	1.981.982	4.124.946	3.415.611	5.043.271	5.155.642	5.641.047,09	6.205.151,80	6.825.666,98
FEV	1.830.534	3.623.229	1.283.871	4.153.542	4.738.872	5.382.011,43	5.920.212,57	6.512.233,83
MAR	3.014.024	3.142.381	1.879.822	3.994.260	3.015.802	3.287.224,45	3.681.691,38	4.049.860,52
ABR	1.400.588	2.641.322	1.993.634	3.663.599	3.155.532	3.439.529,80	3.783.482,78	4.161.831,06
MAI	1.534.481	2.164.458	1.955.522	2.792.009	2.702.061	2.945.246,39	3.210.318,56	3.531.350,42
JUN	4.109.259	3.637.604	4.286.103	3.125.572	3.599.317	3.887.262,74	4.237.116,39	4.660.828,02
JUL	2.731.899	4.195.361	2.658.228	3.609.343	4.457.512	4.858.688,12	5.295.970,05	5.825.567,06
AGO	26.429.204	1.912.766	3.604.115	2.342.121	2.730.517	2.976.263,07	3.273.889,38	3.601.278,32
SET	2.996.352	2.202.488	3.578.959	3.063.942	4.183.880	4.560.429,31	4.970.867,95	5.467.954,74
OUT	4.439.899	5.279.165	3.631.242	2.673.229	3.799.610	4.271.623,26	4.656.069,35	5.121.676,29
NOV	3.645.512	3.815.341	3.085.299	3.498.257	4.967.205	5.439.089,73	6.273.736,16	6.901.109,77
DEZ	4.498.301	7.354.682	3.829.460	5.635.789	6.813.038	7.562.472,13	8.167.469,90	8.984.216,89
TOTAL	58.612.036	44.093.743	35.201.866	43.594.935	49.318.989	54.250.888	59.675.976	65.643.574
		-24,77%	-20,17%	23,84%	13,13%	10,00%	10,00%	10,00%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

- **Químicos**

A previsão do modelo econométrico pelo segmento Químico não foi utilizado em face de que a base de dados contempla também o segmento farmacêutico, portanto foi muito inferior a realidade. Ressalta-se, ainda, que o referido segmento teve um incremento nominal de 17,09% do 1º trimestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.

Tabela XXXV – Previsão da arrecadação segmento Químico 2011-2014 pelo método econométrico

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JAN	13.800.119	11.440.851	7.514.911	11.947.816	13.096.928	13.057.993,50	13.880.261,03	14.702.528,56
FEV	6.193.945	10.838.848	8.609.408	9.349.570	11.634.426	12.230.968,78	13.053.236,31	13.875.503,84
MAR	6.347.651	8.842.701	8.340.104	9.946.037	11.850.805	11.656.974,68	12.479.242,22	13.301.509,75
ABR	8.091.618	10.428.597	8.860.684	10.889.875	11.839.408	12.661.676,02	13.483.943,55	14.306.211,09
MAI	8.133.284	10.417.874	10.482.745	10.137.379	12.088.756	12.911.023,80	13.733.291,33	14.555.558,86
JUN	8.796.225	12.729.753	7.697.174	10.502.180	12.019.521	12.841.788,44	13.664.055,97	14.486.323,51
JUL	7.136.671	10.378.178	9.604.314	10.379.511	11.602.612	12.424.879,49	13.247.147,02	14.069.414,55
AGO	8.310.333	9.458.724	11.508.697	13.825.034	13.022.610	13.844.877,94	14.667.145,48	15.489.413,01
SET	8.763.572	15.452.573	11.980.920	10.657.625	13.916.157	14.738.424,55	15.560.692,08	16.382.959,61
OUT	9.080.911	8.018.953	9.623.653	12.784.280	11.610.710	12.432.977,04	13.255.244,58	14.077.512,11
NOV	10.958.563	12.308.899	12.098.495	14.780.367	14.484.350	15.306.617,41	16.128.884,94	16.951.152,48
DEZ	8.653.105	9.373.041	11.461.883	12.735.481	12.540.628	13.362.895,69	14.185.163,23	15.007.430,76
TOTAL	104.265.999	129.688.992	117.782.988	137.935.154	149.706.912	157.471.097	167.338.308	177.205.518
		24,38%	-9,18%	17,11%	8,53%	5,19%	6,27%	5,90%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Evidenciando que as pressões por repasses de preços ocorrem apenas nos segmentos que sofrem menos com a concorrência externa, como alimentos, bebidas, farmacêuticos e materiais de construção. Diante de tal análise foi projetada um incremento de acordo com a variação do IPC-A mais o crescimento do PIB.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XXXVI – Previsão da arrecadação segmento Químico 2011-2014 pelo método econométrico (2011) e IPCA (2012 – 2014)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JAN	13.800.119	11.440.851	7.514.911	11.947.816	13.096.928	15.057.993	16.880.261	18.702.529
FEV	6.193.945	10.838.848	8.609.408	9.349.570	11.634.426	13.230.969	15.053.236	16.875.504
MAR	6.347.651	8.842.701	8.340.104	9.946.037	11.850.805	12.656.975	14.479.242	16.301.510
ABR	8.091.618	10.428.597	8.860.684	10.889.875	13.154.898	12.661.676	14.483.944	16.306.211
MAI	8.133.284	10.417.874	10.482.745	10.137.379	13.431.951	12.911.024	14.733.291	16.555.559
JUN	8.796.225	12.729.753	7.697.174	10.502.180	12.355.023	12.841.788	14.664.056	16.486.324
JUL	7.136.671	10.378.178	9.604.314	10.379.511	12.891.791	12.424.879	13.847.147	15.069.415
AGO	8.310.333	9.458.724	11.508.697	13.825.034	13.869.567	16.844.878	17.667.145	19.489.413
SET	8.763.572	15.452.573	11.980.920	10.657.625	11.462.397	15.738.425	16.560.692	18.382.960
OUT	9.080.911	8.018.953	9.623.653	12.784.280	12.900.788	15.432.977	16.255.245	18.077.512
NOV	10.958.563	12.308.899	12.098.495	14.780.367	15.093.722	16.306.617	17.928.885	18.951.152
DEZ	8.653.105	9.373.041	11.461.883	12.735.481	13.934.031	17.362.896	18.985.163	20.007.431
TOTAL	104.265.999	129.688.992	117.782.988	137.935.154	155.676.329	173.471.097	191.538.308	211.205.518
		24,38%	-9,18%	17,11%	12,86%	11,43%	10,42%	10,27%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

- **Sucroalcooleiro**

Para o segmento sucroalcooleiro foi considerada a previsão da Diretoria de Monitoramento da SEFAZ. Salienta-se, ainda, que o alusivo setor é responsável por 20% do PIB do Estado de Alagoas.

Tabela XXXVII – Previsão da arrecadação segmento Sucroalcooleiro 2011-2014 pela Diretoria de Análise e Monitoramento das Informações Fiscais

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JAN	4.773.477	5.972.370	6.429.087	8.161.249	8.354.564	7.797.588	7.953.539	8.589.822
FEV	4.445.153	4.966.977	6.663.708	7.222.886	6.660.489	6.912.327	7.050.574	7.614.620
MAR	5.056.755	5.787.078	6.003.768	5.880.478	4.611.363	5.171.475	5.274.905	5.433.152
ABR	4.719.864	4.362.736	5.485.677	3.970.833	3.952.772	3.252.772	3.317.827	3.516.897
MAI	4.271.177	4.974.573	3.022.875	2.802.515	2.880.897	3.285.542	3.449.819	3.518.816
JUN	4.901.680	3.728.864	3.228.105	2.592.629	3.837.312	3.937.312	4.134.178	4.423.570
JUL	4.528.910	4.368.963	3.460.580	3.322.196	3.133.574	4.133.574	4.340.253	4.427.058
AGO	4.563.480	4.132.261	3.507.781	1.541.295	2.610.501	3.210.501	3.435.236	3.572.645
SET	5.135.894	4.753.727	3.272.984	2.185.166	3.438.582	4.140.680	4.513.341	4.784.142
OUT	5.567.993	4.742.287	5.854.193	3.878.532	4.657.962	6.157.962	6.712.178	7.047.787
NOV	5.135.937	5.095.868	6.478.137	4.235.612	5.860.860	6.260.860	6.795.606	7.494.406
DEZ	4.687.642	4.523.250	6.497.511	11.825.812	10.741.141	9.741.141	10.520.432	10.730.841
TOTAL	57.787.963	57.408.954	59.904.405	57.619.204	60.740.015	64.001.733	67.497.888	71.153.756
		-0,66%	4,35%	-3,81%	5,42%	5,37%	5,46%	5,42%

Fonte: Diretoria de Análise e Monitoramento das Informações Fiscais (Superintendência da Receita Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

II – Inclusão de variáveis que afetam o comportamento futuro:

a) Efeito PIB:

Na projeção das receitas tributárias mais especificamente no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) considerou-se o modelo econométrico desenvolvido pelo Estado de Santa Catarina, com resultado significativamente satisfatório quando se compara o montante das receitas arrecadadas com as estimativas deste tributo em alguns segmentos. Ressalta-se, ainda, que em face da significativa participação do setor público em relação ao PIB do Estado (24,35%) em 2008 calculado pelo IBGE e do setor sucro-alcooleiro (20% do PIB) também e a reduzida participação deste segmento na arrecadação do ICMS face a política de desoneração do setor pela Lei Kandir. E aliada a política de renúncia fiscal evidencia-se que o incremento do PIB serve exclusivamente como parâmetro para a projeção dos indicadores estabelecidos pela LDO, ou seja, não pode ser utilizado para o cálculo da arrecadação potencial do ICMS do segmento.

b) Efeito Expectativa de Inflação:

Como expectativa inflacionária, para o período 2011 – 2014, adotou-se a variação na média esperada do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP- DI), projetado pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

As receitas provenientes de transferências voluntárias da União foram informadas e após serem discutidas e avaliadas pelas Secretarias de Estado de Planejamento e Orçamento e da Fazenda, foram acatadas ou revisadas, de forma a garantir a adequação à respectiva série histórica.

No 1º trimestre de 2011 foi observado um excesso de arrecadação de R\$ 123,4 milhões do Fundo de Participação dos Estados.

Tabela XXXVIII – Excesso de arrecadação do FPE no 1º trimestre de 2011

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
FPE PREV. 2011	162.295.949	198.151.661	147.198.177
FPE REALIZ. 2011	226.953.624	244.509.261	159.620.612
INSUF. / EXCESSO	64.657.675	46.357.600	12.422.435
INSUF. / EXCESSO ACUM.	64.657.675	111.015.275	123.437.710

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

A arrecadação bruta das receitas federais que compõem a base de cálculo do FPE apresentou um incremento nominal de 22,47% de março de 2011 em relação a fevereiro de 2011, sendo que a arrecadação do IPI de 6,63% e o Imposto sobre Renda de 26,11%. Ressalta-se, ainda, que as medidas macroprudenciais do Banco Central surtiram efeitos quando se observa que de março de 2011 em relação ao mesmo período de 2010 a arrecadação do IPI teve um incremento nominal de 30,32%, entretanto quando se relaciona março de 2011 a fevereiro de 2011 o incremento observado foi de 6,63%. E no que se refere a arrecadação do IR a tendência é de incremento em face dos significativos resultados das empresas em 2010 e do aumento da massa salarial que se reflete na arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Física. A arrecadação do Imposto sobre Renda sobre Pessoa Jurídica teve um incremento nominal de 26,68% de março de 2011 em relação a março de 2010 e de 45,64% de março de 2011, ante fevereiro de 2011.

Tabela XXXIX – Arrecadação das Receitas Federais que compõem a base de cálculo do Fundo de Participação dos Estados e Municípios – Março de 2011 e Fevereiro e Março de 2010 (Preços Correntes)

	2011		2010	VARIAÇÃO (%)	
	MARÇO	FEVEREIRO	MARÇO	MAR/11 FEV/11	MAR/11 MAR/10
TOTAL	22.054	18.007	17.956	22,47%	22,82%
I.P.I-TOTAL	3.586	3.363	2.751	6,63%	30,32%
I.P.I-FUMO	263	371	295	-29,09%	-10,86%
I.P.I-BEBIDAS	197	189	169	4,69%	17,01%
I.P.I-AUTOMÓVEIS	603	485	282	24,53%	113,70%
I.P.I-VINCULADO À IMPORTAÇÃO	1.062	960	905	10,63%	17,33%
I.P.I-OUTROS	1.460	1.359	1.100	7,44%	32,71%
IMPOSTO SOBRE A RENDA-TOTAL	18.468	14.645	15.205	26,11%	21,46%
I.RENDA-PESSOA FÍSICA	838	774	610	8,30%	37,43%
I.RENDA-PESSOA JURÍDICA	8.635	5.929	6.816	45,64%	26,68%
ENTIDADES FINANCEIRAS	2.244	1.098	1.642	104,45%	36,69%
DEMAIS EMPRESAS	6.391	4.831	5.175	32,28%	23,50%
I.RENDA-RETIDO NA FONTE	8.995	7.942	7.778	13,26%	15,64%
I.R.R.F-RENDIMENTOS DO IR	6.407	5.105	5.213	25,50%	22,90%
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE IR	1.259	1.384	1.232	-9,03%	2,15%
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE IR	812	904	840	-10,19%	-3,38%
I.R.R.F-OUTROS RENDIMENTOS	517	549	492	-5,76%	4,98%

Fonte: Secretaria da Receita Federal

E no que se refere à arrecadação bruta das receitas federais que compõem a base de cálculo do FPE apresentou um incremento nominal de 27,71% de janeiro a março de 2011 em relação ao mesmo período de 2010, sendo que a arrecadação do IPI de 33,67% e o Imposto sobre Renda de 26,72%. E no que concerne a arrecadação do IR sobre Pessoa Jurídica o incremento observado foi de 28,86% em face dos significativos resultados das empresas em 2010. Além disso, evidencia-se que houve um aumento nominal de 23,71% do Imposto de



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Renda Pessoa Física em face do aumento da massa salarial e da defasagem de 60% na correção da tabela do Imposto de Renda¹⁶.

Tabela XL – Arrecadação das Receitas Federais que compõem a base de cálculo do Fundo de Participação dos Estados e Municípios – Janeiro a Março – 2011/2010 (Preços Correntes)

RECEITAS	2011	2010	VAR. (%)	PARTICIPAÇÃO (%)	
	[A]	[B]	[A]/[B]	2011	2010
TOTAL	73.792	57.782	27,71%	100,00%	100,00%
I.P.I-TOTAL	10.930	8.177	33,67%	14,81%	14,15%
I.P.I-FUMO	982	954	3,0%	1,33%	1,65%
I.P.I-BEBIDAS	662	634	4,5%	0,90%	1,10%
I.P.I-AUTOMÓVEIS	1.739	812	114,3%	2,36%	1,41%
I.P.I-VINCULADO À IMPORTAÇÃO	2.981	2.339	27,5%	4,04%	4,05%
I.P.I-OUTROS	4.565	3.439	32,8%	6,19%	5,95%
IMPOSTO SOBRE A RENDA-TOTAL	62.862	49.605	26,72%	85,19%	85,85%
I.RENDA-PESSOA FÍSICA	2.619	1.890	38,57%	3,55%	3,27%
I.RENDA-PESSOA JURÍDICA	30.403	23.594	28,86%	41,20%	40,83%
ENTIDADES FINANCEIRAS	5.514	3.868	42,53%	7,47%	6,69%
DEMAIS EMPRESAS	24.889	19.725	26,18%	33,73%	34,14%
I.RENDA-RETIDO NA FONTE	29.840	24.122	23,71%	40,44%	41,75%
I.R.R.F-RENDIMENTOS DO IMÓVEL	18.623	15.528	19,93%	25,24%	26,87%
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE CAPITAL	6.156	4.732	30,08%	8,34%	8,19%
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE SERVIÇOS	3.252	2.327	39,73%	4,41%	4,03%
I.R.R.F-OUTROS RENDIMENTOS	1.809	1.534	17,93%	2,45%	2,66%

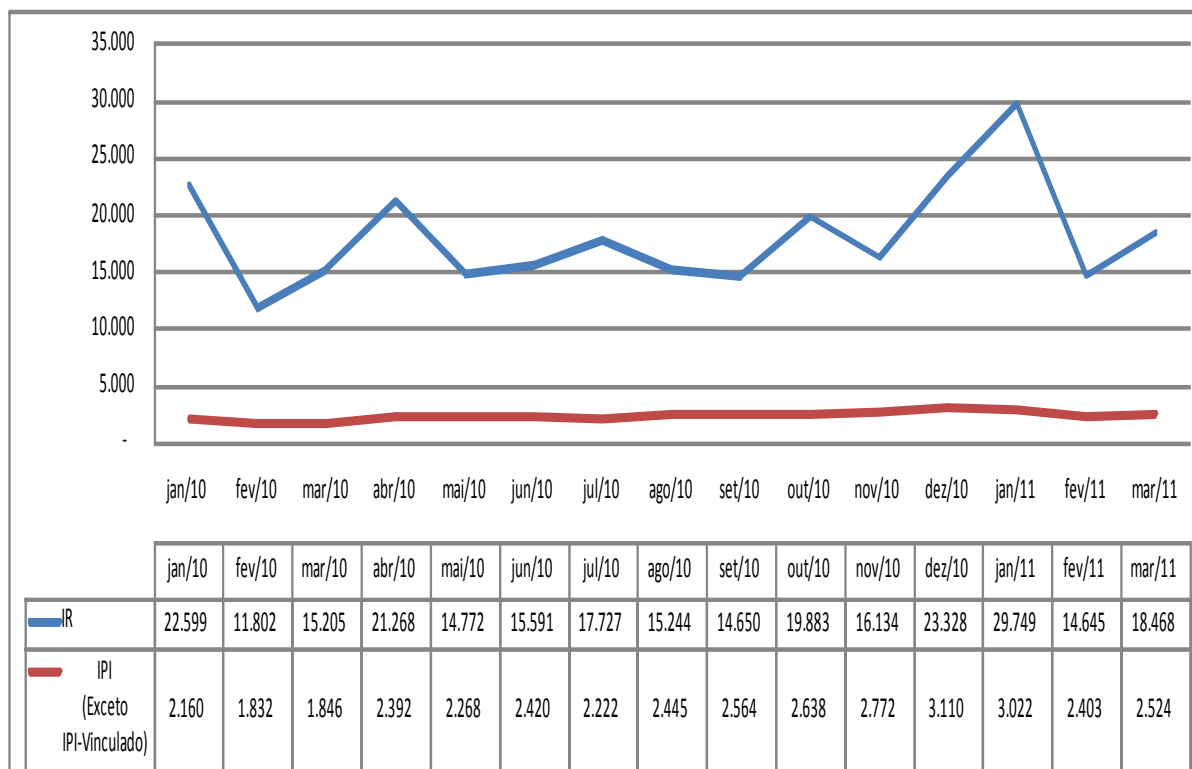
Fonte: Secretaria da Receita Federal

¹⁶ O trabalhador que conquistou, nos últimos anos, aumentos salariais e faz parte agora da classe média terá que ajustar as contas com o fisco. Estudo realizado pela Ernst & Young Terco mostra o descompasso entre o aumento da inflação e a correção da tabela do Imposto de Renda (IR), visto que o avanço inflacionário nos últimos 15 anos, até 2010, foi de 97,85%. Já o reajuste da tabela foi de 53,50% no mesmo período, levando a uma diferença acumulada da tabela do IR, até 2010, de 44,35%. Mesmo com a correção do governo federal de 4,5% para 2011, a defasagem seria de 45,60%, abaixo da estimativa de inflação para o ano, que está em torno de 5,75%.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XLI – Comportamento da arrecadação do IR e do IPI (Exceto IPI-Vinculado) em valores nominais de janeiro/2010 a março/2011



Fonte: Secretaria da Receita Federal

Evidenciou-se que no período de 2010 em relação a 2009 teve um incremento real da arrecadação bruta da base de cálculo do FPE de 6,21%. Para os exercícios de 2011 a 2014 foi considerada a análise desagregada no que se refere ao IPI total, Imposto sobre Renda total e o Imposto – Retido na Fonte e os reflexos dos incrementos observados até o segundo bimestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010 e os ajustes feitos em face das medidas macroprudenciais pelo Banco Central com o objetivo de reduzir a expansão do crédito e a previsão do incremento do PIB. A projeção do incremento nominal da referida arrecadação baseia-se principalmente nos lucros obtidos pelas empresas e do incremento do Imposto de Renda retido na Fonte. Ressalta-se, ainda, que para os exercícios de 2013 e 2014 foi mantido percentual de 4,0116% que o Estado de Alagoas faz jus a participação do FPE, mesmo com a decisão do STF (ver Riscos Orçamentários).



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XLI – Arrecadação das Receitas Federais que compõem a base de cálculo do Fundo de Participação dos Estados e Municípios –2010/2009 e a Previsão da Arrecadação de 2011 a 2014 (Preços Correntes)

	2010 [A]	2009 [B]	VAR. REAL (%) [A]/[B]	2011 [A]	2012 [A]	2013 [A]	2014 [A]
TOTAL	254.531	239.639	6,21%	290.173	306.265	318.128	330.602
I.P.I-TOTAL	40.972	33.109	23,75%	43.098	46.836	50.917	55.374
I.P.I-FUMO	3.803	3.570	6,53%	4.145	4.767	5.482	6.304
I.P.I-BEBIDAS	2.483	2.470	0,49%	2.532	2.735	2.954	3.190
I.P.I-AUTOMÓVEIS	5.802	2.202	163,45%	6.092	6.579	7.105	7.674
I.P.I-VINCULADO À IMPORTAÇÃO	11.600	9.064	27,97%	12.180	13.154	14.206	15.343
I.P.I-OUTROS	17.285	15.802	9,38%	18.150	19.602	21.170	22.863
IMPOSTO SOBRE A RENDA-TOTAL	213.559	206.530	3,40%	247.075	259.429	267.211	275.228
I.RENDA-PESSOA FÍSICA	17.684	15.990	10,59%	22.105	24.315	26.747	29.421
I.RENDA-PESSOA JURÍDICA	91.496	91.146	0,38%	112.485	123.734	136.107	149.718
ENTIDADES FINANCEIRAS	13.448	14.697	-8,50%	18.827	20.710	22.781	25.059
DEMAIS EMPRESAS	78.048	76.449	2,09%	93.658	103.023	113.326	124.658
I.RENDA-RETIDO NA FONTE	104.379	99.393	5,02%	131.815	155.542	183.539	216.576
I.R.R.F-RENDIMENTOS DO TRABALHO	61.373	56.256	9,10%	72.420	85.456	100.838	118.989
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE CAPITAL	24.729	24.682	0,19%	34.126	40.269	47.518	56.071
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	11.568	11.485	0,73%	17.352	20.476	24.162	28.511
I.R.R.F-OUTROS RENDIMENTOS	6.708	6.971	-3,76%	7.916	9.341	11.022	13.006

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Para a previsão do Fundo de Participação dos Estados para os exercícios de 2011 a 2014 foi levada em consideração o percentual de 94,67% da relação arrecadação líquida e a arrecadação total em face de que em 2010 pode ser considerada atípica essa relação em função da postergação da restituição do Imposto de Renda pela Secretaria de Receita Federal do exercício de 2009 para 2010.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XLII – Previsão para a arrecadação do Fundo de Participação dos Estados e Municípios com base na relação entre a Arrecadação Total e a Arrecadação Líquida – 2011 a 2014 (Preços Correntes)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
ARRECAÇÃO TOTAL 2009 (A)	222.349.091.674	248.191.798.282	280.173.092.154	316.264.843.163	348.128.272.640	390.601.684.284
VAR.% ARREC. TOTAL		11,62%	12,89%	12,88%	10,07%	12,20%
ARRECAÇÃO LÍQUIDA 2009 (B)	210.502.430.901	226.884.282.476	265.245.594.337	299.414.392.895	329.580.153.012	369.790.600.163
RELAÇÃO (B/A)	94,67%	91,41%	94,67%	94,67%	94,67%	94,67%
FPE	1.882.779.000	2.029.301.803	2.372.413.624	2.678.026.704	2.947.835.748	3.307.486.633
VAR.%		7,78%	16,91%	12,88%	10,07%	12,20%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Na elaboração da LDO – 2012 verificou-se a necessidade de refazer a estimativa do orçamento, para o exercício de 2011, no que se refere à previsão da arrecadação e a fixação da despesa, resultando no impacto na geração do resultado primário para o referido exercício.

Foi evidenciado uma projeção no incremento das Receitas Primárias Total de R\$ 228,7 milhões para o exercício de 2011 em relação às metas originais para o alusivo exercício, resultando em uma redução de 21,09% para 20,57% do PIB. E no que tange às Receitas de Transferências o aumento de R\$ 501,9 milhões devido ao incremento do FPE líquido do Fundeb de R\$ 147,5 milhões e de Outras de R\$ 354,4 milhões¹⁷, refletindo em um incremento em percentuais do PIB de 10,91% para 12,05%. Foi observado um incremento do FPE líquido do Fundeb de 6,89% do PIB para 6,98% do PIB. Assim sendo, por meio da nova contabilização segundo o Ajuste Fiscal celebrado com a Secretaria de Tesouro Nacional evidenciou-se uma maior dependência do Estado de Alagoas em relação aos recursos da União. Ressalta-se ainda que em face da decisão do Supremo Tribunal Federal que determinou que os recursos do Imposto de Renda (IR) de competência dos Poderes pertenceriam aos mesmos, o que resultou que em 2009 o IR que foi de R\$ 140,2 milhões (0,67% do PIB) em 2009 reduziu para R\$ 98,5 (0,41% do PIB) milhões em 2010.

¹⁷ Ressalta-se que na LDO de 2011 as Receitas do Imposto de Renda eram contabilizadas como Receitas de Arrecadação Própria e, portanto, para se adequar a metodologia da Secretaria de Tesouro Nacional para a LDO de 2012 as alusivas receitas foram contabilizadas como Transferências e ainda foi previsto um incremento nas Transferências do Fundeb de R\$ 80 milhões em relação a LDO de 2011. A previsão das Transferências do Fundeb para o exercício de 2012 a 2014 ficou na responsabilidade de projeção da Gerência de Gestão Fiscal e Estatística em face de que o Ministério da Educação bem como a STN não realizaram a previsão.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

No que concernem às Receitas de Arrecadação Própria houve uma redução de R\$ 273,2 milhões em relação às metas originais em face de que as Receitas de Imposto de Renda passaram a ser contabilizadas como Transferências e as Receitas de Contribuição deixaram de ser contabilizadas. A título de comparação as Outras Receitas no que concerne as Receitas de Arrecadação Própria em 2009 representavam 2,52% do PIB e para 2011 no que concerne as metas reprogramadas 0,90% do PIB. Assim sendo, as Receitas de Arrecadação no que tange as metas originais tinham uma participação de 10,18% do PIB e passaram para 8,52% do PIB.

No que se referem às Despesas não Financeiras foi observado um incremento de R\$ 473,7 milhões, resultando que estas que tinham uma participação de 16,28% do PIB (metas originais) para 16,97% (metas reprogramadas).

A despesa de Pessoal, projetada pela Secretaria de Estado da Gestão Pública (SEGESP) ¹⁸, apresentou um incremento de R\$ 110 milhões pressionando ainda mais as contas públicas, entretanto foi observada uma redução de 10,94% do PIB (metas originais) para 10,64% do PIB (metas reprogramadas). A título de comparação em 2009 esta representava R\$ 2,571 bilhões (12,24% do PIB). Assim sendo, é essencial compreender que a necessidade crescente de realizar aportes do Tesouro em face da complementação previdenciária é o risco mais agravante que vem pressionando e impactará cada vez mais as finanças públicas do Estado (ver anexos de riscos Orçamentários e o cálculo atuarial).

O incremento significativo foi observado em Outras Despesas Correntes em 2011 apresentando um incremento de R\$ 370 milhões em função que estas representavam 3,46% do PIB (metas originais) para (4,60% do PIB). A título de comparação as despesas de custeio representavam 3,67% do PIB e 4,89% do PIB em 2009 e 2010, respectivamente. Esse incremento é reflexo das vinculações das receitas com Educação e Saúde e, em especial, em 2010 do incremento das Transferências de Convênios para financiamento das despesas correntes reflexo da catástrofe natural que arrasou vários municípios e das Transferências do Sistema Único de Saúde (SUS). Fazendo uma analogia evidenciou-se que estas que em 2008 foram de R\$ 116,4 milhões (0,57% do PIB); em 2009 R\$ 147,3 milhões (0,70% do PIB); em 2010 R\$ 189,4 milhões (0,80% do PIB). E, além disso, outra variável que impactou consideravelmente as despesas de custeio foram as Transferências do FUNDEB em face que em 2009 o montante destinado ao pagamento dos profissionais do Magistério foi de R\$ 328,3 milhões representando 92,59% do total das despesas do FUNDEB em 2010 foi de R\$ 368,9 milhões, resultando em uma diminuição para 86,21%.

¹⁸ O atual sistema adquirido pela SEGESP possui uma base de dados mais confiável para realizar projeções no que se refere à arrecadação do Imposto de Renda, das Receitas de Contribuições e da despesa de pessoal.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

No que tange aos Investimentos foi mantida a projeção em valores nominais em R\$ 469 milhões e a qual foi sustentada a mesma previsão para as Transferências de Capital em R\$ 419 milhões, entretanto observou-se uma redução em percentual do PIB de 1,84% para 1,73%.

Após a análise desagregada das variáveis que compõem o Anexo de Metas Fiscais abaixo foi evidenciado o significativo impacto nas contas públicas no que tange a geração do resultado primário em face de que nas metas originais a projeção era de R\$ 606 milhões (2,38% do PIB) e para as metas programadas foi reduzido para R\$ 319,3 milhões (1,17% do PIB). Ressalta-se que mesmo assim é projetada a redução da dívida¹⁹ em percentual do PIB segundo Marcos Gomes Rangel, Gerente da Dívida Pública, desde que a projeção da RLR de R\$ 4,165 bilhões se realize para o exercício de 2011 e do IGP-DI (FGV) de 9,08%.

Tabela XLIII – Parâmetros para a projeção da Dívida vinculada a RLR – 2011 a 2014

ANO	RLR	15% RLR	IGP-DI
2011	4.164.747.498	624.712.125	9,08%
2012	4.562.352.480	684.352.872	5,12%
2013	5.007.029.741	751.054.461	4,09%
2014	5.546.952.609	832.042.891	5,89%

Fonte : Gerência Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual) – previsão da RLR, LDO da União 2012 a previsão do IGP-DI (FGV) para os exercícios de 2011 a 2014

¹⁹ A dívida de Alagoas com a Receita Federal do Brasil no que concerne ao Instituto Nacional de Seguridade Social não apresenta valores consolidados sobre o total da dívida, portanto há um risco significativo em um incremento do serviço da dívida e do montante total da dívida, resultando em grandes diferenças de projeções.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XLIV – Anexo de Metas Fiscais originais de 2011 x Metas Fiscais Reprogramadas de 2011 – Valores nominais em R\$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	ORIGINAIS		REPROGRAMADA	
	2011	%	2011	%
I - RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL	5.362.436	21,09%	5.591.164	20,57%
Receitas de Transferências	2.774.662	10,91%	3.276.562	12,05%
FPE líquido do Fundeb	1.750.442	6,89%	1.897.931	6,98%
Outras	1.024.220	4,03%	1.378.631	5,07%
Receitas de Arrecadação Própria	2.587.774	10,18%	2.314.602	8,52%
ICMS líquido do Fundeb	1.804.309	7,10%	1.959.624	7,21%
IPVA líquido do Fundeb	107.800	0,42%	109.975	0,40%
Outras	675.665	2,66%	245.003	0,90%
II- DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS	618.040	2,43%	659.455	2,43%
III- RECEITA LÍQUIDA (I - II)	4.744.396	18,66%	4.931.709	18,14%
IV- DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	4.138.700	16,28%	4.612.398	16,97%
Pessoal	2.781.700	10,94%	2.891.398	10,64%
OCC	1.357.000	5,34%	1.721.000	6,33%
Investimentos	469.000	1,84%	469.000	1,73%
Inversões	8.000	0,03%	2.000	0,01%
Outras Despesas Correntes	880.000	3,46%	1.250.000	4,60%
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	605.696	2,38%	319.311	1,17%
RESULTADO NOMINAL	170.967	0,67%	308.560	1,14%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	7.387.425	29,06%	7.834.052	28,82%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	6.900.000	27,14%	7.100.000	26,12%
PIB ALAGOAS		25.421.258		27.182.048
PB BRASIL		3.802.162.404		4.065.517.154

Fonte : Gerência Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

(*) Reprogramação do exercício de 2011

Valores nominais em R\$ 1.000,00



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XLV – Projeção da Receita Corrente Líquida – 2011 a 2014

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITAS CORRENTES (I)	4.742.253.203	4.882.240.265	5.583.817.980	6.075.951.056	6.755.443.744	7.459.586.016	8.329.210.900
Receita Tributária	1.837.031.402	1.975.458.613	2.283.629.108	2.593.101.328	2.874.559.751	3.188.397.353	3.565.344.073
ICMS	1.591.845.078	1.704.748.574	2.042.137.826	2.307.593.423	2.566.639.088	2.859.093.328	3.208.930.266
IPVA	87.292.297	101.876.058	111.968.227	122.548.915	128.676.361	135.110.179	145.918.994
ITCD	2.683.194	3.420.157	4.001.894	4.293.078	4.507.732	4.868.350	5.111.768
IRRF	134.018.263	140.180.308	98.437.385	126.975.102	141.736.571	153.075.496	168.383.046
Outras Receitas Tributárias	21.192.570	25.233.517	27.083.777	31.690.810	33.000.000	36.250.000	37.000.000
Receita de Contribuições	161.906.930	152.558.154	56.142.218				
Receita Patrimonial	67.659.610	56.371.018	71.140.077	118.570.770	133.000.000	150.000.000	170.000.000
Receita Agropecuária	47.704	3.603	95.206	320.000	400.000	450.000	480.000
Receita de Serviços	50.889.200	55.137.678	67.143.982	71.403.571	77.500.000	84.200.000	90.800.000
Transferências Correntes	2.549.296.184	2.556.666.074	2.994.748.178	3.208.917.350	3.583.646.024	3.945.920.289	4.406.114.653
Cota-Parte do FPE	1.953.494.347	1.882.778.650	2.029.301.803	2.372.413.624	2.678.026.704	2.947.835.748	3.307.486.633
Transferências da LC 87/1996	12.288.218	12.288.218	12.288.218	12.288.218	12.288.218	12.288.218	12.288.218
Transferências da LC 61/1989 - IPI	12.716.125	8.369.191	9.942.065	9.576.168	10.533.785	11.060.474	11.613.498
Transferências do FUNDEB	281.815.394	353.070.050	424.515.245	462.396.859	507.194.223	570.014.056	641.569.032
Outras Transferências Correntes	288.982.101	300.159.966	518.700.848	352.242.482	375.603.094	404.721.792	433.157.273
Outras Receitas Correntes	75.422.174	86.045.125	110.919.211	83.638.038	86.337.969	90.618.374	96.472.174
DEDUÇÕES (II)	1.213.836.856	1.284.275.287	1.378.252.943	1.499.289.791	1.668.496.785	1.841.818.932	2.062.283.678
Transferências Constitucionais e Legais	467.377.011	488.980.030	592.765.700	659.454.960	728.220.101	803.397.267	898.247.361
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	143.297.007	137.977.814	40.392.519				
Contrib. para o Custeio das Pensões Militares	-	-	0				
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	12.864.032	11.142.452	11.365.129				
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	590.298.806	646.174.992	733.729.595	839.834.831	940.276.684	1.038.421.665	1.164.036.317
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.528.416.347	3.597.964.978	4.205.565.037	4.576.661.265	5.086.946.959	5.617.767.084	6.266.927.222

Fonte: Gerência Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

LEI Nº 7.264, DE 22 DE JULHO DE 2011.

ANEXO I – C

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

**DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS
OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

METAS ANUAIS

2010

(Art. 4º, § 2º, inciso V da LC nº 101/2000)

Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuoado

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pelo (Art. 4º § 2º, Inciso V da LC nº 101/2000, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

O aumento permanente de receita é definido como aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição (§ 3º do art. 17 da LRF). A presente estimativa considera como ampliação da base de cálculo o crescimento real da atividade econômica, dado que se refere à elevação da grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para se obter o montante a ser arrecadado, assim como os efeitos da legislação sobre a arrecadação total. É de ressaltar que para a elaboração da LDO 2012, no que concerne à estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, foi considerada a eficiência da ação fiscal implantada pela Secretaria de Receita Estadual (SRE) no que se refere ao cruzamento das informações das empresas com as empresas de cartões de crédito e Bancos, refletindo no aumento significativo da arrecadação do ICMS no primeiro trimestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010, assim como o incremento da arrecadação do primeiro trimestre de 2011 em relação à respectiva previsão feita pela SEFAZ.

Desse modo, para estimar o aumento de receita do FPE, considerou-se a projeção já analisada em tópico anterior.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Por sua vez, considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (*caput* do art. 17 da LRF).

Foi considerado para o cálculo do aumento das despesas permanentes de caráter obrigatório, que terão impacto em 2012, a previsão do crescimento do aporte do Tesouro para financiar a necessidade de complementação previdenciária por parte do Tesouro, o incremento da folha em face da política salarial estabelecida pelo Governo do Estado de Alagoas e o crescimento vegetativo da folha.

Logo, o saldo da margem líquida de expansão de despesa obrigatória de caráter continuado é estimado em, aproximadamente, R\$ 23,7 milhões, conforme demonstrado nas tabelas XVIII e XIX:

Tabela XLVI – Valor previsto da Margem Líquida de Expansão de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado para 2011 em R\$

Discriminação	Valor previsto em 2012
Arrecadação do ICMS	252.874.266
Arrecadação do FPE	305.613.081
Total da arrecadação do ICMS E DO FPE	558.487.347
(-) Aumento das transferências constitucionais legais	63.218.567
(-) Aumento das transferências do FUNDEB	99.053.756
(-) Aumento das transferências a Saúde	47.545.803
(-) Aumento da Dívida	59.176.172
(-) Aumento do PIS/PASEP	3.962.150
(-) Aumento da Ciência e Tecnologia	5.943.225
(-) Aumento dos precatórios	5.943.225
Total das despesas vinculadas e das transferências constitucionais legais	284.842.899
Saldo final do aumento permanente da receita (I)	273.644.448
Margem Bruta (II)= (I)	273.644.448
Saldo utilizado da margem bruta (III)	250.000.000
Impacto de novas despesas de caráter continuado	250.000.000
Aumneto da despesa de pessoal	250.000.000
Margem líquida de expansão de despesa obrigatória de caráter continuado IV = (II) - (III)	23.644.448

Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XLVII – Valor previsto do Saldo Líquido para vinculações da Receita para 2011 em R\$

Discriminação	Valor previsto em 2012
Arrecadação do ICMS	252.874.266
Arrecadação do FPE	305.613.081
Total da arrecadação do ICMS E DO FPE	558.487.347
(-) Aumento das transferências constitucionais legais	63.218.567
(-) Aumento das transferências do Fundeb	99.053.756
Saldo líquido para vinculações da receita	396.215.025

Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

LEI Nº 7.264, DE 22 DE JULHO DE 2011.

ANEXO II

GESTÃO DE RISCOS FISCAIS

Esse anexo tem como objetivo prover maior transparência no que concerne a explicitar os principais riscos fiscais na execução do orçamento de 2012, em conformidade com o § 3º, do artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estabeleceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas no momento da elaboração do orçamento.

Os riscos fiscais não se restringem somente aos passivos contingentes decorrentes de ações judiciais, eles englobam também riscos macroeconômicos acerca da realização da receita ou acerca do incremento da despesa, bem como as variações nos determinantes da dívida pública, com consequente impacto no serviço da dívida. Além disso, para efeito deste Anexo consideram-se as afetações no orçamento originárias de situações decorrentes de obrigações específicas do governo estabelecidas por lei ou contrato, pela qual o governo deve legalmente atender a obrigação quando ela é devida, mas que cuja ocorrência é incerta. Ressalta-se, ainda, a decisão judicial que determinou que a lei orgânica do grupo Lei Orgânica do Grupo Ocupacional Tributação e Finanças do Estado de Alagoas deve ser aplicada na íntegra, implicando que o último recurso do Estado não tem efeito suspensivo e, portanto, que o LR é o maior salário do poder executivo. Assim sendo, representaria um impacto de R\$ 70 milhões para o exercício de 2011. Salienta-se que esse montante não está previsto na projeção da despesa de pessoal.

Os conceitos dos riscos fiscais serão apresentados a seguir bem como a sua classificação em duas categorias: de riscos fiscais orçamentários e de dívida. Em seguida são identificados e avaliados os potenciais fatores de risco advindos de cada categoria.

• CONCEITOS RELATIVOS AOS RISCOS FISCAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

Após o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal o Estado de Alagoas avançou na direção de um regime fiscal responsável e transparente. Dessa maneira, foram evidenciadas mudanças institucionais recentes cujo objetivo é o equilíbrio fiscal de longo prazo.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

- **RISCOS ORÇAMENTÁRIOS**

O primeiro tipo de risco a ser considerado é o risco orçamentário no que concerne à possibilidade das receitas e despesas projetadas na elaboração do projeto de lei orçamentária anual não se confirmarem durante o exercício financeiro. No caso das receitas, os riscos a que se referem está a não concretização das situações e parâmetros utilizados na sua projeção. No caso da despesa, o risco é que se verifiquem variações no seu valor em função de mudanças posteriores à alocação inicialmente prevista na Lei Orçamentária. Estas situações sendo observadas ocasionam a necessidade de revisão das receitas e reprogramação das despesas, de forma a ajustá-las às disponibilidades de receita efetivamente arrecadadas no exercício.

- **RISCOS DECORRENTES DA PREVISÃO DA RECEITA**

Segundo o modelo de projeção adotado por Wagner Cunha e Torres, gerente de Gestão Fiscal e Estatística (STE - SEFAZ), entre as variáveis macroeconômicas que influem no montante de recursos arrecadados pelo Estado estão o nível de atividade da economia, a taxa de inflação, a taxa de juros e os reflexos no comportamento da arrecadação dos alusivos segmentos.

As receitas constantes do projeto de lei orçamentária anual a ser enviado à Assembleia no segundo semestre constituem apenas uma previsão, em consonância com as normas de direito financeiro, uma vez que depende de projeções acerca do comportamento da inflação, atividade econômica, taxa de câmbio, entre outros fatores. Logo, a decisão do Banco Central de iniciar o ciclo de aperto monetário no sentido de aumentar a taxa Selic ao longo do exercício de 2011 poderá ocasionar um desvio entre os parâmetros adotados para essas variáveis na projeção de receitas para os exercícios de 2011 a 2014 e os valores efetivamente observados ao longo do exercício de 2012, gerando uma frustração de receita, constituindo também um risco fiscal. Salienta-se, ainda, que a significativa valorização do real frente ao dólar resulta em um descompasso entre o consumo doméstico e a produção industrial, por conta das importações usadas para suprir o crescimento da demanda, refletindo na deterioração do saldo da balança comercial e do risco de desindustrialização²⁰ e, portanto, poderão ter impactos significativos na geração de empregos e, consequentemente, da perda de massa salarial refletindo nas arrecadações do ICMS e do FPE.

²⁰ Um estudo realizado pelo Centro de Macroeconomia Aplicada da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) conclui que a taxa de câmbio real está 22% abaixo da taxa de equilíbrio. A indústria, sob forte concorrência externa, encara um cenário bem mais preocupante. No ano passado, as importações de produtos manufaturados cresceram 45%, para mais de 150 bilhões de dólares. As exportações do segmento cresceram 18%, mas não chegaram a 80 bilhões. Resultado: um déficit de mais de 70 bilhões de dólares, quase duas vezes maior do que o registrado em 2009. Dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) mostram que os produtos industrializados importados abocanharam mais da metade (54%) da expansão do consumo entre 2008 e 2010. Em alguns setores, o problema é ainda mais nítido. No segmento de máquinas e equipamentos industriais, toda a expansão da demanda nos últimos dois anos foi suprida por bens vindos de países como a China, a Coreia do Sul e a Alemanha. Este comportamento parecido teve os segmentos da siderurgia, os têxteis e os artigos de vestuário. Salienta-se, ainda, o preço altamente competitivo dos veículos chineses que poderá ter impactos significativos não só na arrecadação do FPE como também da massa salarial.



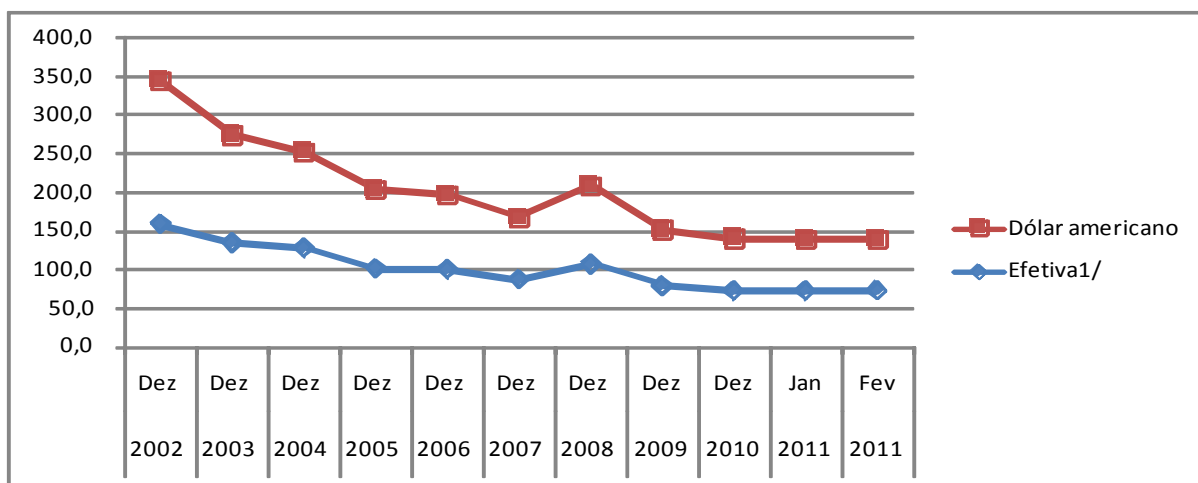
ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

• **RISCOS MACROECONÔMICOS**

Os principais riscos macroeconômicos são aqueles associados a variações nos determinantes da previsão dos principais itens da receita estadual. O principal item individual da receita estadual é a arrecadação do ICMS excluindo FECOEP.

A receita do ICMS é impactada pelo crescimento do PIB, pela variação dos preços da economia e também pela taxa de câmbio, uma vez que o imposto incide sobre as importações. Para o ano de 2012, está sendo previsto pelo Banco Central um crescimento real do PIB de 5% a.a, entretanto o Boletim Focus projeta um incremento real de 4,3% do PIB para não comprometer a meta de inflação.

Gráfico XLII – A valorização do real em relação ao dólar – dez/2002 a fev/2011



Fonte: Banco Central do Brasil

No que se refere à receita bruta do IPVA, que foi de R\$ 112 milhões (0,53% do PIB) do Estado de Alagoas é afetada pela situação macroeconômica de três maneiras. Em primeiro lugar, o aumento da pressão inflacionária forçou o Banco Central a adotar as medidas prudenciais que implicam menor crescimento do PIB e por consequência da renda, refletindo na diminuição do crescimento da expansão do crédito. Ressalta-se, ainda, o nível de comprometimento de renda do alagoano em face da aquisição da casa própria²¹ e de veículos desde 2009 e principalmente 2010. Além disso, os reflexos dos estudos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), na qual a SEFAZ se baseia para realizar a projeção do IPVA. É de ressaltar que a SEFAZ oferece redução de 10% quando o contribuinte realiza o pagamento em cota única e do mesmo modo este pode utilizar os seus créditos obtidos por meio da Nota Fiscal Alagoana para reduzir o pagamento do IPVA.

²¹ O montante destinado ao financiamento para aquisição da casa própria para o Estado de Alagoas segundo o Banco Central alcançou R\$ 100 milhões em 2010, resultando em um maior comprometimento da renda afetando diretamente a arrecadação do ICMS.



ESTADO DE ALAGOAS

GABINETE DO GOVERNADOR

As transferências correntes, por advirem em quase sua totalidade dos impostos e contribuições arrecadados pelo governo federal e que são partilhados com os Estados e municípios estão sujeitas aos mesmos riscos fiscais elencados na LDO da União.

Salienta-se, ainda, que há o risco da previsão da receita do FPE não se confirmar para os exercícios de 2013 e 2014 em face de que a manutenção do câmbio valorizado tende a mudar a estrutura produtiva de uma economia. O mercado está se ajustando e privilegiando o investimento nos setores mais rentáveis e, portanto, impulsionados pelo aumento da renda interna, os mercados imobiliário e de serviços – que não podem ser transacionados no exterior e, portanto, não sofrem concorrência externa – são os exemplos mais evidentes. Nos últimos cinco anos, o preço dos imóveis praticamente dobrou, e o investimento em novas moradias bateu recorde. Assim sendo, o câmbio tem nos levado a produzir bens não exportáveis e a importar bens transacionáveis, o que resultará no agravamento do desequilíbrio externo. Além disso, a decisão do Supremo Tribunal Federal²² que poderá ter impactos significativos sobre o equilíbrio estrutural das contas públicas em função de que o Estado de Alagoas detém 4.0116% do total do FPE distribuído.

• RISCOS DECORRENTES DA PROGRAMAÇÃO DA DESPESA

As variações não previstas na despesa obrigatória programada na Lei Orçamentária Anual são oriundas de modificações no arcabouço legal que criam ou ampliam as obrigações para o Estado, bem como de decisões de políticas públicas que o Governo necessita tomar posteriormente à aprovação daquela lei. Ademais, despesas como as relacionadas às ações e serviços públicos de saúde, educação, uma vez que estas alusivas despesas estão vinculadas ao aumento da receita de impostos. Mudanças no cenário podem afetar sobremaneira o montante dessas despesas, o que implica alteração da programação original constante da Lei Orçamentária.

As principais despesas de caráter obrigatório dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social são: as despesas com Pessoal e Encargos Sociais dos servidores civis e militares do Estado; o pagamento dos benefícios previdenciários; os gastos com as ações e serviços públicos de saúde e educação, nos termos da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de dezembro de 2000 e da Constituição Federal de 1998, art. 212 e os pagamentos dos precatórios judiciais. Logo, a maior demanda pelos serviços prestados pelo Estado como saúde, educação, defensoria pública etc. e que impliquem em maiores despesas são também um risco fiscal.

²² O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de todo o artigo 2º da Lei Complementar 62/89, que define os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do DF (FPE). Ele só terá efeitos até 31 de dezembro de 2012. A partir dessa data, deverá entrar em vigor uma nova norma sobre o mesmo assunto. A Lei Complementar 62/89 foi editada em 1989 em obediência ao artigo 159 da Constituição sobre a repartição das receitas tributárias, mas deveria ter vigorado apenas nos exercícios fiscais de 1990 e 1992. Após esse ano, a previsão era de que o censo do IBGE reorientaria a distribuição, mas isso nunca foi feito e a Lei Complementar continua em vigor com os mesmos coeficientes de rateio vinte anos depois.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

As variáveis relevantes, no que diz respeito ao montante pago com benefícios previdenciários, são: o crescimento vegetativo médio dos beneficiários, mensurado a partir da previsão do Alagoas Previdência. Além disso, avalia-se, também, o risco da insustentabilidade fiscal no que concerne a evolução da complementação previdenciária projetada para os exercícios de 2011 a 2014 quando se analisa da ótica entre a previsão das receitas de contribuições arrecadadas dos servidores públicos ativos e inativos e dos benefícios pagos aos inativos e pensionistas em face de que se projeta o aumento da necessidade de aporte do Tesouro para fazer frente a estes compromissos.

No exercício de 2010, à despesa de Pessoal foi de R\$ 2,482 bilhões sendo que foi utilizado os recursos financeiros no montante de R\$ 140 milhões do AL Previdência e mais outros ajustes feitos pela SEGESP, portanto a despesa ajustada real da alusiva despesa seria de R\$ 2,658 bilhões. Considerando a necessidade de aportes adicionais crescentes ao longo do período de 2011 a 2014 para financiar o pagamento de inativos e pensionistas, bem como os incrementos adicionais da folha em face de direitos assegurados como quinquênios; da política salarial que definiu reajuste salarial para todos os servidores; o aumento da folha de comissionados após a edição da Lei Delegada, a qual reestruturou as Secretarias. Com base nessas informações a Secretaria de Gestão Pública fez a projeção, a qual impactou significativamente as contas públicas ao longo do alusivo período e principalmente a geração do resultado primário.

Tabela XLVIII – Projeção da despesa de pessoal – 2011-2014

DESCRIÇÃO	2010		2011	2012	2013	2014
	Valores Nominais	Base ajustada				
Pessoal e Encargos Sociais	2.481.859.903	2.658.309.459	2.891.398.423	3.214.316.222	3.534.104.896	3.905.410.879
<i>Transf. as Instituições Privadas</i>	138.206.529	-	-	-	-	-
- Aposentadorias e Reformas	33.206.529	-	-	-	-	-
- Obrigações Patronais	105.000.000	-	-	-	-	-
Aposentadorias e Reformas	243.803.658	446.837.917	481.357.865	533.392.650	585.131.737	645.283.280
Pensões	66.323.739	177.945.565	191.692.545	212.414.509	233.018.716	256.973.040
Contratação por Prazo Determinado	33.698.592	33.698.592	36.301.938	40.226.177	44.128.117	48.664.487
Outros Benefícios Assistenciais	180.234	180.234	194.158	215.146	236.015	260.278
Salário-Família	1.241.448	1.241.448	1.337.355	1.481.923	1.625.669	1.792.788
Outras Despesas Variáveis-Pessoal Civil	5.756.651	5.756.651	6.201.374	6.871.743	7.538.302	8.313.240
Outras Despesas Variáveis-Pessoal Militar	1.147.366	1.147.366	1.236.004	1.369.617	1.502.469	1.656.923
Vencimentos e Vantagens-Pessoal Civil	1.251.135.155	1.251.135.155	1.377.390.158	1.538.286.034	1.693.499.779	1.873.591.556
Vencimentos e Vantagens-Pessoal Militar	340.011.051	340.011.051	366.278.212	405.872.887	447.242.557	495.219.092
Obrigações Patronais	252.568.506	252.568.506	272.080.395	301.492.285	330.737.037	364.736.804
Despesas de Exercícios Anteriores	41.900.178	41.900.178	43.995.187	48.751.067	53.479.920	58.977.656
Sentenças Judiciais	26.921.900	26.921.900	28.267.995	29.681.395	32.560.490	35.907.708
Indenizações e Restituições Trabalhistas	181.262	181.262	195.265	216.373	237.362	261.762
Ressarcimento de Pessoal Requisitado	1.842.892	1.842.892	1.985.262	2.199.869	2.413.257	2.661.339
Obrigações Patronais	76.940.742	76.940.742	82.884.710	91.844.547	100.753.469	111.110.925
TOTAL	2.481.859.903	2.658.309.459	2.891.398.423	3.214.316.222	3.534.104.896	3.905.410.879

Fonte: Secretaria de Gestão Pública
Valores nominais



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Com base nas informações do AL Previdência foi feito alguns ajustes no que se refere à projeção da despesa em relação às rubricas (Aposentadorias e Reformas; Pensões e Obrigações Patronais obedecendo às projeções da Secretaria de Gestão Pública no que concerne ao montante da despesa de pessoal para se ajustarem a realidade da base de projeção do AL Previdência que desde 2010 passou a ser detentor das Receitas de Contribuições. Por isso, evidencia-se uma redução de Outras Receitas em face que deixou de ser contabilizadas as alusivas receitas no Orçamento do Estado.

Tabela XLIX – Projeção da despesa de pessoal (análise desagregada) – 2011 a 2014

	2011	% PIB	2012	% PIB	2013	% PIB	2014	% PIB
Pessoal e Encargos Sociais	2.891.398.423	10,64%	3.214.316.222	10,66%	3.534.104.896	10,53%	3.905.410.879	10,45%
Aposentadorias e Reformas	407.495.311	1,50%	473.478.790	1,57%	516.338.847	1,54%	546.146.831	1,46%
Pensões	132.447.503	0,49%	136.106.321	0,45%	158.730.728	0,47%	190.161.022	0,51%
Contratação por Prazo Determinado	36.301.938	0,13%	40.226.177	0,13%	44.128.117	0,13%	67.050.730	0,18%
Outros Benefícios Assistenciais	194.158	0,00%	215.146	0,00%	236.015	0,00%	260.278	0,00%
Salário-Família	1.337.355	0,00%	1.481.923	0,00%	1.625.669	0,00%	1.792.788	0,00%
Outras Despesas Variáveis-Pessoal Civil	6.201.374	0,02%	6.871.743	0,02%	7.538.302	0,02%	8.313.240	0,02%
Outras Despesas Variáveis-Pessoal Militar	1.236.004	0,00%	1.369.617	0,00%	1.502.469	0,00%	1.656.923	0,00%
Vencimentos e Vantagens - Pessoal Civil	1.377.390.158	5,07%	1.538.286.034	5,10%	1.693.499.779	5,05%	1.873.591.556	5,02%
Vencimentos e Vantagens - Pessoal Militar	366.278.212	1,35%	405.872.887	1,35%	447.242.557	1,33%	495.219.092	1,33%
Obrigações Patronais	363.072.700	1,34%	393.933.880	1,31%	427.418.259	1,27%	463.748.812	1,24%
Despesas de Exercícios Anteriores	43.995.187	0,16%	46.295.655	0,15%	53.479.920	0,16%	58.977.656	0,16%
Sentenças Judiciais	28.267.995	0,10%	32.136.806	0,11%	32.560.490	0,10%	35.907.708	0,10%
Indenizações e restituições trabalhistas	195.265	0,00%	216.373	0,00%	237.362	0,00%	261.762	0,00%
Ressarcimento de Pessoal Requisitado	1.985.262	0,01%	2.199.869	0,01%	2.413.257	0,01%	2.661.339	0,01%
Obrigações Patronais Intra-Orçamentárias	125.000.000	0,46%	135.625.000	0,45%	147.153.125	0,44%	159.661.141	0,43%
PIB BRASIL		4.065.517.154.435		4.510.722.504.230		5.020.096.023.690		5.586.990.270.728
PIB ALAGOAS		27.182.047.695		30.158.690.663		33.564.362.014		37.354.616.950

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

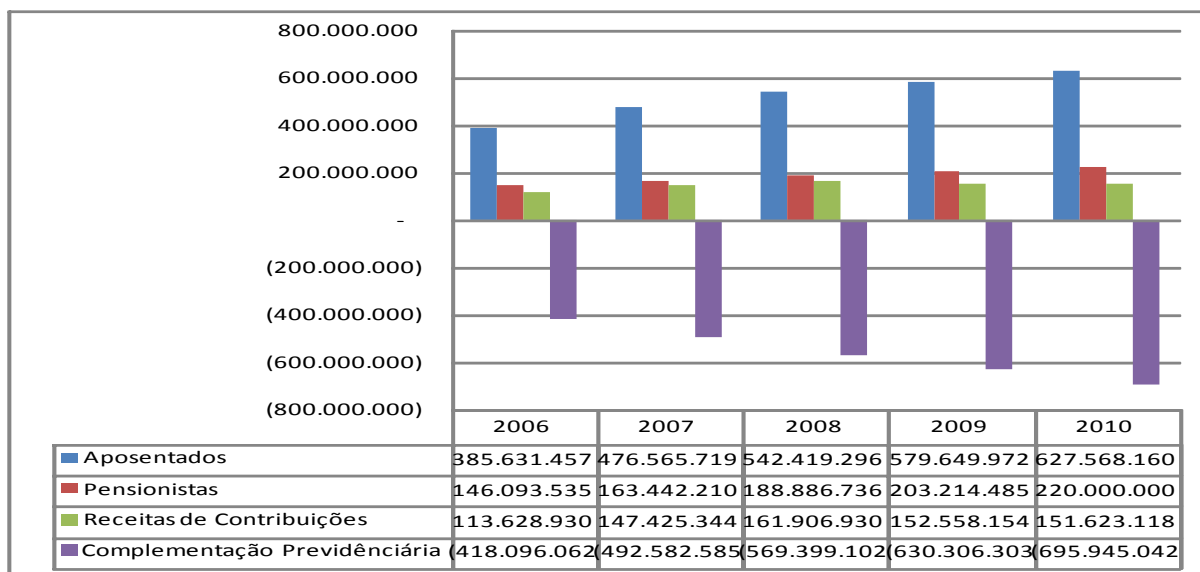
No que tange a magnitude da necessidade de complementação previdenciária com recursos do Tesouro e seu impacto no equilíbrio estrutural das contas públicas foi analisado em dois períodos: a alusiva complementação de 2006 a 2010 em valores nominais e em valores a preços constantes (preço de dezembro de 2010) e a projeção com base nas informações do AL Previdência para o período de 2011 a 2014. Para efeito de análise da política fiscal foi considerada como complementação Previdenciária o montante englobando as contribuições patronais e os aportes do Tesouro ²³.

²³ A complementação previdenciária está englobando a contribuição patronal para efeito estatístico, visto que em 2006 não havia registro contábil das contribuições patronais. Em 2009, com a criação do AL Previdência estas foram aumentadas de 11% para 22% conforme a Lei que a criou.



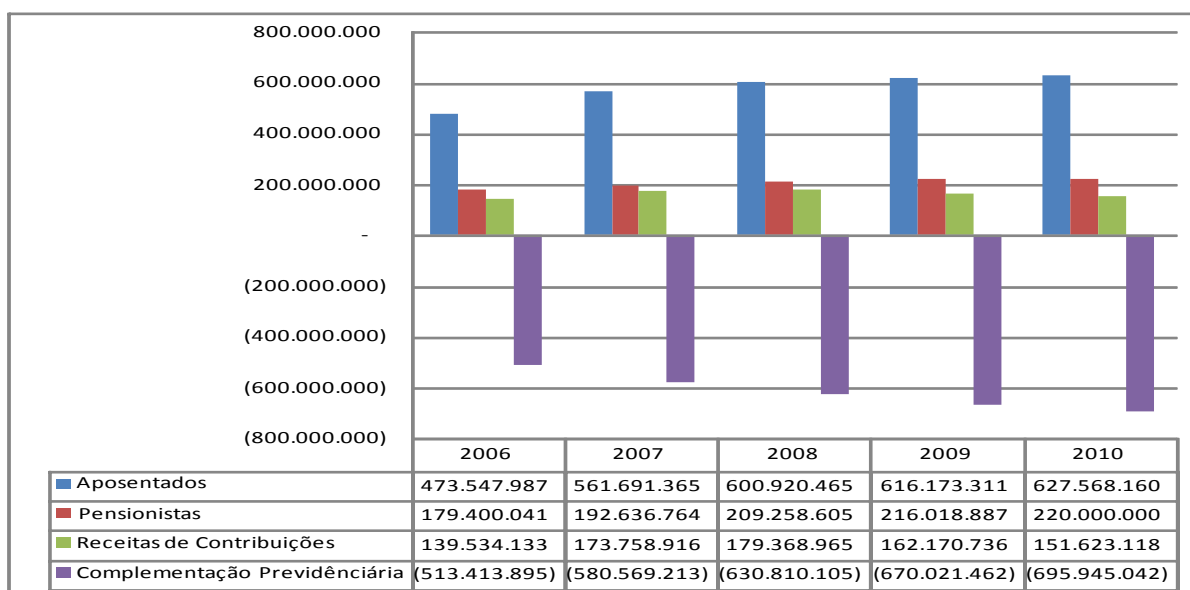
ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XLIII – Evolução da complementação Previdenciária com recursos do Tesouro – 2006 a 2010



Fonte: Balanço Geral do Estado
Valores nominais

Gráfico XLIV – Evolução da complementação Previdenciária – 2006 a 2010



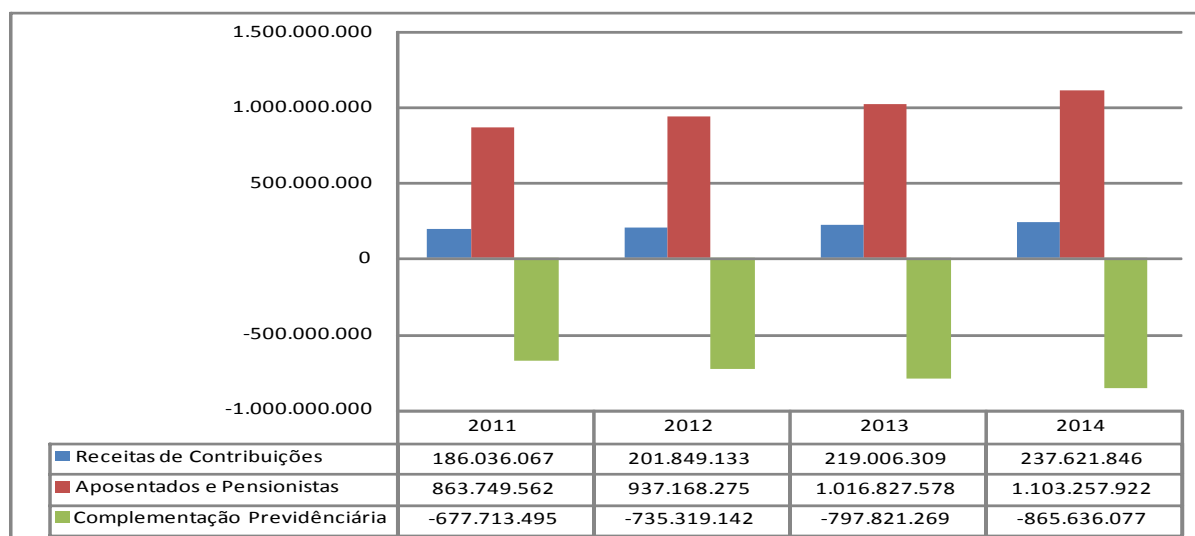
Fonte: Balanço Geral do Estado
Valores a preços constantes (IPC-A dez/2010)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

A complementação previdenciária projetada pelo AL Previdência (ver no anexo cálculo atuarial) evidencia a insustentabilidade do financiamento do sistema em face da necessidade crescente de volume de recursos do Estado seja contribuições patronais ou aportes do Tesouro bem como o impacto na política fiscal no que concerne a geração de superávit primário em face que do total de 64.870 servidores existem 41.788 ativos com remuneração média de R\$ 1.938 e 23.082 inativos e com benefício médio de R\$ 2.604,99. Além disso, em 2011 serão aposentados 5.264 servidores dos quais 2.481 são professores, implicando a perda de receita de contribuição e como a remuneração está abaixo do limite do teto da Previdência estes deverão deixar de recolher agravando ainda mais a necessidade de aporte dos recursos do Tesouro e o equilíbrio estrutural das contas públicas em face que reduziria o nº de servidores da ativa para 36.524 e aumentaria os inativos para 28.346 em 2011 e para 2014 o nº de servidores da ativa seria 32.071 e os aposentados 32.799.

Gráfico XLV – Projeção dos aportes do Tesouro para complementação Previdenciária – 2011-2014



Fontes: Secretaria de Gestão Pública e AL Previdência
Valores nominais

Os passivos decorrentes de ações judiciais englobam todas as demandas judiciais contra o Estado - administração direta e indireta - em que não há decisão definitiva sobre a ação, seja quanto ao mérito ou ao valor devido, e que, portanto não constituíram precatórios ainda ou seus efeitos não foram incorporados na elaboração da LDO de 2011 e do orçamento de 2011. Portanto, para a elaboração dos alusivos instrumentos de planejamento no que se refere, para o exercício de 2012, a dotação orçamentária segundo a Gerência de Gestão Fiscal e Estatística foi prevista para despesa com precatórios judiciais no montante de R\$ 76,3 milhões.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Esses passivos contingentes podem impactar a despesa orçada, mas também reduzir a receita orçamentária, nos casos em que se questiona a cobrança de impostos, com repercussões que extrapolam um caso específico. Assim sendo, quando na elaboração da LDO de 2012 e do orçamento de 2012, está se projetando uma dotação orçamentária de R\$ 76,3 milhões em função da vinculação de 1,5% da Receita Corrente Líquida (RCL), sendo esta prevista para o alusivo período em R\$ 5,087 bilhões, para fazer jus às obrigações dos precatórios trabalhistas instituído, conforme Emenda Constitucional nº 30 e as Obrigações de Pequeno Valor (OPV). Portanto, está sendo considerado também um risco fiscal o risco do seqüestro de receitas por conta da dívida de precatórios.

- **RISCOS DA DÍVIDA PÚBLICA**

O risco inerente à administração da dívida pública estadual decorre do impacto de eventuais variações das taxas de câmbio e de inflação nos desembolsos sobre as finanças estaduais. Essas variações, quando verificadas, geram impacto nas contas públicas, pois provocam variações no volume de recursos necessários ao pagamento do serviço da dívida dentro do período orçamentário. Elas também têm efeito sobre os títulos cujo prazo de vencimento se estende além do exercício fiscal, com impactos nos orçamentos dos anos seguintes, a maior volatilidade dessas variáveis altera o valor de estoque da dívida pública mobiliária e afeta a relação Dívida/RCL, sendo esta considerada o indicador mais importante de endividamento do setor público estadual, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

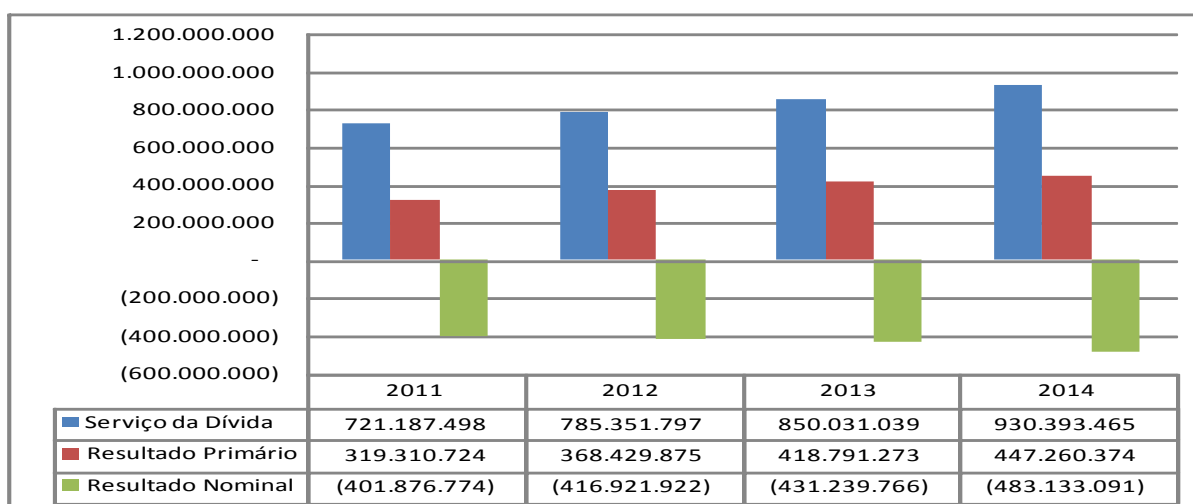
No que se refere à dívida, o risco mais importante para o orçamento é o decorrente de eventuais variações na taxa de câmbio, juros internacionais e no índice geral de preços (IGP-DI), que impactem no serviço da dívida. Para o cálculo do resultado nominal adotamos a premissa de que a amortização da dívida será considerada como pagamento exclusivamente de juros em face de que para o Gerente Gestão Fiscal e Estatística diante do montante da dívida o Estado está apenas pagando os juros da dívida.

O Estado de Alagoas diante da pressão das contas públicas que já foi analisada em tópicos anteriores no que concerne à despesa de pessoal e das despesas de custeio não tem condições de gerar um maior resultado primário, resultando em déficits nominais crescentes para o período de 2011 a 2014.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XLVI – Projeção do Resultado Nominal – 2011 a 2014



Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Em relação às dívidas externas, o orçamento está sujeito a riscos advindos da variação da taxa de câmbio, uma vez que as operações estão contratadas em moeda estrangeira e da taxa de juros internacionais (LIBOR), que é a referência para formação da taxa de juros incidentes sobre estes empréstimos.

A Dívida da Lei nº 8.727/93 referente à COHAB e IPASEAL possuem diversos contratos encerrados com alto valor de resíduo. O contrato referente aos resíduos será negociado nos mesmos parâmetros de juros e correção, cujo limite máximo de 60 meses implicará no incremento das prestações mensais. Dessa maneira, esta operação poderá ter reflexos sobre a capacidade de pagamento da Dívida nº 9.496/97, devendo diminuir sua amortização e, assim, gerando o aumento do resíduo do passivo. Essas variações, quando verificadas, gerarão impacto no orçamento anual, pois provocam variações no volume de recursos necessários ao pagamento do serviço da dívida dentro do período orçamentário.

Vale salientar a significativa Provisão para Perda da Dívida Ativa registrada no Balanço Patrimonial em 2010, o qual impactou significativamente na geração de receitas futuras.

Com os avanços alcançados na institucionalização do ajuste fiscal, pode-se afirmar que o Estado de Alagoas vem sedimentando seu equilíbrio fiscal. No entanto, permanecem riscos a serem considerados, como são aqueles passivos contingentes provenientes de ações judiciais que podem determinar o aumento do estoque da dívida pública. Este aumento, caso venha a ocorrer, terá que ser compensado pelo incremento do esforço fiscal (aumento da receita/redução das despesas) de modo a impedir o desequilíbrio nas contas públicas estaduais.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

• **CONCEITO E ABRANGÊNCIA DOS PASSIVOS CONTINGENTES**

Parte dos riscos fiscais é representada por passivos contingentes derivados de uma série de ações judiciais que podem determinar o aumento do estoque da dívida pública. Esse aumento, caso venha a ocorrer, terá que ser compensado pelo incremento do esforço fiscal (aumento da receita/redução das despesas), de modo a não afetar o equilíbrio nas contas.

Os passivos contingentes são classificados em seis classes conforme a natureza dos fatores que lhes dão origem, em seis classes:

a) demandas judiciais contra o Estado (Administração Direta, Autarquias e Fundações) - em sua maior parte se refere às controvérsias sobre as diferenças salariais que não foram pagas em função dos Planos Collor, questionamentos de ordem tributária e previdenciária;

b) demandas judiciais contra empresas estatais dependentes do Estado que fazem parte do Orçamento Fiscal;

c) demandas judiciais pertinentes à administração do Estado, tais como privatizações, liquidação ou extinção de órgãos ou de empresas e atos que afetam a administração de pessoal;

d) dívidas em processo de reconhecimento pelo Estado, sob a responsabilidade da Receita Federal do Brasil;

e) operações de aval e garantias dadas pelo Estado e outros riscos, sob a responsabilidade do Tesouro Estadual; e

f) demandas judiciais contra a Companhia Alagoana de Recursos Humanos e Patrimônio e riscos pertinentes aos seus ativos decorrentes de operações de liquidação extrajudicial.

A explicitação desses passivos contingentes neste anexo representa mais um passo importante para a transparência fiscal. Entretanto, importa ressaltar que as ações judiciais aqui citadas representam apenas ônus potenciais, pois se encontram ainda em julgamento, não estando de forma alguma definido o seu reconhecimento pela Fazenda Estadual. Esclareça-se, por outro lado, que passivos decorrentes de ações judiciais com sentenças definitivas foram tratados como precatórios, não configurando, portanto, passivos contingentes.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Ressalte-se que a Emenda Constitucional nº 30 alterou a redação do artigo 100 da Constituição Federal e acrescentou o artigo 78 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabelecendo que o Poder Executivo poderá parcelar os precatórios de natureza não alimentar pendentes de pagamento, em até 10 (dez) parcelas anuais e sucessivas, com valores atualizados monetariamente, e conforme já salientado vinculando a 1,5% da RCL.

Há que se mencionar, ainda, a intensa fiscalização que o INSS vem desenvolvendo junto aos órgãos do Estado, resultando, em certos casos, em autuações ou notificações de lançamento de débitos fiscais. As autuações mais expressivas referem-se ao não recolhimento, pelo Estado, de contribuição previdenciária sobre os valores pagos aos servidores celetistas e serviços prestados, a qual o INSS contabilizou, ao final de janeiro de 2010, o montante de R\$ 667,5 milhões e o Estado reconheceu R\$ 286,3 milhões, perfazendo uma diferença de R\$ 382,2 milhões. É de salientar também que no Balanço Geral do Estado de Alagoas os parcelamentos da União foram contabilizados em R\$ 362,2 milhões dos quais o INSS correspondeu R\$ 281 milhões.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

LEI Nº 7.264, DE 22 DE JULHO DE 2011.

ANEXO III

RENÚNCIAS FISCAIS

(Art. 4º, § 2º, inciso V da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

A renúncia fiscal no que se refere às empresas beneficiadas pelo Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (PRODESIN) foi no montante de R\$ 125,7 milhões em face de que o crédito presumido foi de R\$ 134,5 milhões no exercício de 2010. Assim sendo, como a empresa não pode acumular crédito o valor da renúncia fiscal é no montante R\$ 125,7 milhões.

Tabela LX – Valor efetivo da renúncia fiscal com relação às empresas beneficiadas pelo PRODESIN no ano de 2010

	DEBITO_SAIDAS (A)	CREDITO_ENTRADAS (C)	CRÉDITO PRESUMIDO	OUTROS CRÉDITOS	TOTAL DE CRÉDITOS	TOTAL DE DÉBITOS	RENÚNCIA FISCAL
jan/10	20.403.810	11.005.955	8.782.375	11.471.786	31.260.116	21.527.892	(9.732.223)
fev/10	25.166.348	14.591.369	9.100.963	12.763.809	36.456.141	25.942.246	(10.513.895)
mar/10	31.747.114	16.541.995	11.296.340	13.625.471	41.463.807	32.379.123	(9.084.684)
abr/10	27.626.113	13.764.177	10.506.130	13.181.505	37.451.812	27.801.070	(9.650.742)
mai/10	29.333.779	14.797.465	11.957.057	13.542.483	40.297.006	30.020.340	(10.276.667)
jun/10	27.849.143	12.714.231	11.523.366	14.200.344	38.437.942	28.213.844	(10.224.098)
jul/10	26.986.759	12.614.996	10.446.121	13.964.399	37.025.516	27.677.568	(9.347.948)
ago/10	27.248.640	12.750.339	10.509.451	14.968.357	38.228.147	25.280.371	(12.947.776)
set/10	26.417.646	11.637.555	11.562.451	13.476.016	36.676.022	26.532.994	(10.143.028)
out/10	25.951.368	10.505.211	12.217.152	13.763.229	36.485.592	26.128.983	(10.356.610)
nov/10	31.183.479	14.862.390	13.946.395	13.703.678	42.512.463	31.360.162	(11.152.302)
dez/10	31.461.810	16.967.704	12.694.273	14.458.676	44.120.653	31.872.760	(12.247.893)
TOTAL 2010	331.376.008,15	162.753.387,67	134.542.075,43	163.119.754,37	460.415.217,47	334.737.351,82	(125.677.866)

Fonte: Sistema Gestor de Arrecadação

A previsão, para os exercícios de 2011 a 2014, foi feita com base nas informações do Sistema Gestor no que concerne ao relatório de cruzamento da DAC com arrecadação do ICMS e Débitos Fiscais fornecidos pela Diretoria de Planejamento da Ação Fiscal (DIPLAF) sem que fosse feita a diligência fiscal nas respectivas empresas beneficiadas pela renúncia fiscal beneficiadas pelo PRODESIN. Assim sendo, com base na observação do comportamento do incremento em exercícios anteriores dos débitos de saídas e verificada a inter-relação com as demais variáveis: créditos de entradas, créditos presumidos e outros créditos foram realizadas as previsões da renúncia fiscal com relação às empresas beneficiadas pelo PRODESIN no montante de R\$ 154,7 milhões, R\$ 177,9 milhões, R\$ 195,7 milhões e R\$ 215,3 milhões para 2011 a 2014, respectivamente.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela LXI – Projeção da renúncia fiscal com relação às empresas beneficiadas pelo PRODESIN em 2011

	DEBITO_SAIDAS (A)	CREDITO_ENTRADAS (C)	CRÉDITO PRESUMIDO	OUTROS CRÉDITOS	TOTAL DE CRÉDITOS	TOTAL DE DÉBITOS	RENÚNCIA FISCAL
jan/11	23.464.382	12.656.848	10.099.731	16.532.731	39.289.311	24.757.076	(14.532.235)
fev/11	28.941.300	16.780.075	10.466.107	23.533.518	50.779.700	29.833.583	(20.946.118)
mar/11	36.509.181	19.023.295	12.990.791	22.945.605	54.959.691	37.235.991	(17.723.700)
abr/11	31.770.030	15.828.804	12.082.049	19.859.593	47.770.446	31.971.230	(15.799.215)
mai/11	33.733.845	17.017.085	13.750.616	19.273.437	50.041.138	34.523.390	(15.517.748)
jun/11	32.026.515	14.621.366	13.251.871	18.018.036	45.891.273	32.445.921	(13.445.352)
jul/11	31.034.772	14.507.245	12.013.039	19.393.320	45.913.605	31.829.203	(14.084.402)
ago/11	31.335.936	14.662.890	12.085.869	20.883.999	47.632.758	29.072.426	(18.560.331)
set/11	30.380.293	13.383.188	13.296.819	15.598.081	42.278.088	30.512.944	(11.765.145)
out/11	29.844.073	12.080.993	14.049.725	13.609.839	39.740.557	30.048.330	(9.692.227)
nov/11	35.861.001	17.091.748	16.038.355	16.794.291	49.924.394	36.064.186	(13.860.208)
dez/11	36.181.081	19.512.859	14.598.415	22.224.990	56.336.264	36.653.674	(19.682.590)
TOTAL 2011	381.082.409	187.166.396	154.723.387	228.667.441	570.557.224	384.947.955	(185.609.269)

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Tabela LXII – Projeção da renúncia fiscal com relação às empresas beneficiadas pelo PRODESIN em 2012

	DEBITO_SAIDAS (A)	CREDITO_ENTRADAS (C)	CRÉDITO PRESUMIDO	OUTROS CRÉDITOS	TOTAL DE CRÉDITOS	TOTAL DE DÉBITOS	RENÚNCIA FISCAL
jan/12	26.984.039	14.555.375	11.614.691	19.012.641	45.182.707	28.470.638	(16.712.070)
fev/12	33.282.495	19.297.086	12.036.023	27.063.546	58.396.655	34.308.620	(24.088.035)
mar/12	41.985.558	21.876.789	14.939.410	26.387.446	63.203.645	42.821.390	(20.382.255)
abr/12	36.535.535	18.203.124	13.894.357	22.838.531	54.936.013	36.766.915	(18.169.098)
mai/12	38.793.922	19.569.648	15.813.208	22.164.453	57.547.309	39.701.899	(17.845.410)
jun/12	36.830.492	16.814.570	15.239.652	20.720.741	52.774.963	37.312.809	(15.462.155)
jul/12	35.689.988	16.683.332	13.814.995	22.302.318	52.800.646	36.603.584	(16.197.062)
ago/12	36.036.327	16.862.323	13.898.749	24.016.599	54.777.671	33.433.290	(21.344.381)
set/12	34.937.337	15.390.666	15.291.342	17.937.793	48.619.802	35.089.885	(13.529.917)
out/12	34.320.684	13.893.142	16.157.183	15.651.315	45.701.640	34.555.580	(11.146.061)
nov/12	41.240.151	19.655.510	18.444.108	19.313.434	57.413.053	41.473.814	(15.939.239)
dez/12	41.608.244	22.439.788	16.788.177	25.558.739	64.786.703	42.151.725	(22.634.978)
TOTAL 2012	438.244.771	215.241.355	177.931.895	262.967.558	656.140.808	442.690.148	(213.450.660)

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística(Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela LXIII – Projeção da renúncia fiscal com relação às empresas beneficiadas pelo PRODESIN em 2013

	DEBITO_SAIDAS (A)	CREDITO_ENTRADAS (C)	CRÉDITO PRESUMIDO	OUTROS CRÉDITOS	TOTAL DE CRÉDITOS	TOTAL DE DÉBITOS	RENÚNCIA FISCAL
jan/13	29.682.443	16.010.913	12.776.160	20.913.905	49.700.978	31.317.701	(18.383.277)
fev/13	36.610.744	21.226.795	13.239.625	29.769.901	64.236.321	37.739.482	(26.496.839)
mar/13	46.184.114	24.064.468	16.433.351	29.026.191	69.524.009	47.103.528	(22.420.481)
abr/13	40.189.088	20.023.437	15.283.792	25.122.385	60.429.614	40.443.606	(19.986.007)
mai/13	42.673.314	21.526.613	17.394.529	24.380.898	63.302.040	43.672.089	(19.629.951)
jun/13	40.513.541	18.496.027	16.763.617	22.792.815	58.052.460	41.044.090	(17.008.370)
jul/13	39.258.987	18.351.666	15.196.494	24.532.550	58.080.710	40.263.942	(17.816.768)
ago/13	39.639.959	18.548.556	15.288.624	26.418.259	60.255.438	36.776.619	(23.478.819)
set/13	38.431.071	16.929.733	16.820.476	19.731.573	53.481.782	38.598.874	(14.882.908)
out/13	37.752.752	15.282.456	17.772.902	17.216.447	50.271.804	38.011.138	(12.260.667)
nov/13	45.364.166	21.621.062	20.288.519	21.244.778	63.154.358	45.621.195	(17.533.163)
dez/13	45.769.068	24.683.767	18.466.994	28.114.613	71.265.374	46.366.898	(24.898.476)
TOTAL 2013	482.069.248	236.765.491	195.725.084	289.264.313	721.754.888	486.959.163	(234.795.726)

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística(Superintendência do Tesouro Estadual)

Tabela LXIV – Projeção da renúncia fiscal com relação às empresas beneficiadas pelo PRODESIN em 2014

	DEBITO_SAIDAS (A)	CREDITO_ENTRADAS (C)	CRÉDITO PRESUMIDO	OUTROS CRÉDITOS	TOTAL DE CRÉDITOS	TOTAL DE DÉBITOS	RENÚNCIA FISCAL
jan/14	32.650.687	17.612.004	14.053.776	23.005.296	54.671.076	34.449.472	(20.221.604)
fev/14	40.271.818	23.349.474	14.563.588	32.746.891	70.659.953	41.513.430	(29.146.523)
mar/14	50.802.525	26.470.915	18.076.686	31.928.810	76.476.410	51.813.881	(24.662.529)
abr/14	44.207.997	22.025.781	16.812.172	27.634.623	66.472.575	44.487.967	(21.984.608)
mai/14	46.940.646	23.679.274	19.133.982	26.818.988	69.632.244	48.039.298	(21.592.946)
jun/14	44.564.895	20.345.630	18.439.979	25.072.097	63.857.706	45.148.499	(18.709.207)
jul/14	43.184.886	20.186.832	16.716.144	26.985.805	63.888.781	44.290.336	(19.598.445)
ago/14	43.603.955	20.403.411	16.817.487	29.060.085	66.280.982	40.454.281	(25.826.701)
set/14	42.274.178	18.622.706	18.502.524	21.704.730	58.829.960	42.458.761	(16.371.199)
out/14	41.528.028	16.810.702	19.550.192	18.938.091	55.298.985	41.812.251	(13.486.734)
nov/14	49.900.583	23.783.168	22.317.371	23.369.255	69.469.794	50.183.315	(19.286.479)
dez/14	50.345.975	27.152.143	20.313.694	30.926.074	78.391.911	51.003.587	(27.388.324)
TOTAL 2014	530.276.173	260.442.040	215.297.593	318.190.745	793.930.377	535.655.079	(258.275.298)

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística(Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

O valor efetivo da renúncia fiscal para o segmento Atacadista é de R\$ 59,1 milhões para 2010.

Tabela LXV – Valor efetivo da renúncia fiscal com relação às empresas beneficiadas do segmento Atacadista em 2010

	CREDITO_ENTR	PRESUMIDO	OUTROS+	TOTAL_CREDITO	DEBITO_SAIDA	TOTAL_DEBITOS	SALDO_CREDOR	SALDO_CREDO	ALÍQUOTA	ALÍQUOTA	RENÚNCIA
jan/10	5.765.897	3.712.151	4.319.825	13.797.873	10.156.503	10.880.562	(2.917.311)	5.114.665	172.977	980.203	4.519.376,46
fev/10	5.664.195	4.132.720	3.982.682	13.779.597	10.354.136	10.906.893	(2.872.704)	5.242.698	169.926	962.913	4.925.706,90
mar/10	7.135.049	5.827.041	4.577.179	17.539.270	13.871.271	13.877.199	(2.770.744)	6.742.150	214.051	1.212.958	6.825.948,09
abr/10	7.135.743	4.895.183	4.894.121	16.915.048	12.891.486	13.625.623	(3.289.425)	6.489.880	214.072	1.213.076	5.894.187,50
mai/10	6.856.956	4.698.657	5.141.367	16.696.980	12.490.478	13.199.204	(3.497.776)	6.342.248	205.709	1.165.683	5.658.630,67
jun/10	4.558.365	4.289.200	10.835.684	19.683.248	9.490.078	9.853.968	(9.829.280)	5.295.604	136.751	774.922	4.927.370,65
jul/10	7.427.288	5.167.845	5.419.282	18.014.415	13.563.858	14.465.919	(3.548.495)	7.038.631	222.819	1.262.639	6.207.665,02
ago/10	6.821.324	5.215.762	5.363.084	17.400.169	13.694.365	14.551.087	(2.849.082)	7.729.763	204.640	1.159.625	6.170.747,19
set/10	7.204.514	5.968.229	5.272.242	18.444.985	14.247.164	15.137.623	(3.307.362)	7.933.109	216.135	1.224.767	6.976.860,98
out/10	5.873.859	4.770.897	4.998.912	15.643.668	11.334.719	12.184.341	(3.459.328)	6.310.481	176.216	998.556	5.593.237,56
nov/10	6.548.165	4.867.405	5.132.916	16.548.487	12.404.763	13.131.054	(3.417.433)	6.582.888	196.445	1.113.188	5.784.148,16
dez/10	7.003.509	5.575.165	5.393.490	17.972.164	13.757.654	14.713.116	(3.259.048)	7.709.607	210.105	1.190.597	6.555.655,90
TOTAL	77.994.866	59.120.254	65.320.784	202.435.903	148.256.474	156.526.589	(45.017.987)	78.531.724	2.339.846	13.259.127	70.039.535,10

Fonte: Sistema Gestor de Arrecadação

A previsão para os exercícios de 2011 a 2014 foi feita com base nas informações do Sistema Gestor no que concerne ao relatório de cruzamento da DAC com arrecadação do ICMS e Débitos Fiscais fornecidos pela Diretoria de Planejamento da Ação Fiscal (DIPLAF) sem que fosse feita a diligência fiscal nas respectivas empresas beneficiadas pela renúncia fiscal do segmento Atacadista. Assim sendo, com base na observação do comportamento do incremento em exercícios anteriores dos débitos de saídas e verificada a inter-relação com as demais variáveis: créditos de entradas, créditos presumidos e outros créditos, bem como o impacto do saldo devedor excluído os créditos presumidos e outros créditos sobre a alíquota de 3% em face de que a alíquota sem renúncia fiscal é de 17%. Com base na análise dessas informações foram realizadas as previsões da renúncia fiscal e esta foi projetada adotando o máximo do crédito presumido para as empresas do segmento Atacadista no montante de R\$ 65 milhões, R\$ 71,5 milhões, R\$ 78,7 milhões e R\$ 86,7 milhões para 2011 a 2014, respectivamente. Ressalta-se que o valor real da renúncia fiscal foi calculado até o montante do crédito presumido.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela LXVI – Projeção da renúncia fiscal com relação às empresas do segmento Atacadista em 2011

	CREDITO_ENT	PRESUMIDO	OUTROS +	TOTAL_CREDI	DEBITO_SAID	TOTAL_DEBIT	SALDO	SALDO_CRED	ALÍQUOTA	ALÍQUOTA	RENÚNCIA
jan/11	6.342.487	4.083.366	4.751.808	15.177.661	11.172.153	11.968.618	(3.209.042)	5.626.131	190.275	1.078.223	4.971.314
fev/11	6.230.615	4.545.992	4.380.950	15.157.557	11.389.549	11.997.583	(3.159.974)	5.766.968	186.918	1.059.205	5.418.278
mar/11	7.848.554	6.409.745	5.034.897	19.293.197	15.258.399	15.264.919	(4.028.278)	7.416.365	235.457	1.334.254	7.508.543
abr/11	7.849.318	5.384.702	5.372.533	18.606.553	14.180.635	14.988.185	(3.618.367)	7.138.867	235.480	1.334.384	6.483.606
mai/11	7.542.652	5.168.523	5.655.503	18.366.678	13.739.525	14.519.124	(3.847.553)	6.976.473	226.280	1.282.251	6.224.494
jun/11	5.014.201	4.718.120	11.919.252	21.651.573	10.439.086	10.839.365	(10.812.208)	5.825.164	150.426	852.414	5.420.108
jul/11	8.170.017	5.684.629	5.961.210	19.815.856	14.920.244	15.912.511	(3.903.345)	7.742.494	245.101	1.388.903	6.828.432
ago/11	7.503.456	5.737.338	5.899.392	19.140.186	15.063.801	16.006.196	(3.133.991)	8.502.740	225.104	1.275.587	6.787.822
set/11	7.924.965	6.565.052	5.799.466	20.289.483	15.671.880	16.651.385	(3.638.098)	8.726.420	237.749	1.347.244	7.674.547
out/11	6.461.245	5.247.987	5.498.803	17.208.035	12.468.191	13.402.775	(3.805.260)	6.941.529	193.837	1.088.412	6.152.561
nov/11	7.202.982	5.354.146	5.646.208	18.203.336	13.645.239	14.444.159	(3.759.177)	7.241.177	216.089	1.224.507	6.362.563
dez/11	7.703.860	6.132.681	5.932.839	19.769.380	15.133.419	16.184.427	(3.584.953)	8.480.567	231.116	1.309.656	7.211.221
TOTAL	85.794.352	65.032.279	71.852.862	222.679.494	163.082.121	172.179.248	(50.500.246)	86.384.896	2.573.831	14.585.040	77.043.489

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Tabela LXVII – Projeção da renúncia fiscal com relação às empresas do segmento Atacadista em 2012

	CREDITO_ENT	PRESUMIDO	OUTROS +	TOTAL_CREDI	DEBITO_SAID	TOTAL_DEBIT	SALDO	SALDO_CRED	ALÍQUOTA	ALÍQUOTA	RENÚNCIA
jan/12	6.976.736	4.491.703	5.226.989	16.695.427	12.289.368	13.165.480	(4.405.621)	6.188.745	209.302	1.186.045	5.468.446
fev/12	6.853.676	5.000.591	4.819.046	16.673.313	12.528.504	13.197.341	(4.144.436)	6.343.665	205.610	1.165.125	5.960.105
mar/12	8.633.410	7.050.720	5.538.387	21.222.517	16.784.238	16.791.411	(4.431.105)	8.158.001	259.002	1.467.680	8.259.397
abr/12	8.634.250	5.923.172	5.909.786	20.467.208	15.598.698	16.487.004	(4.867.618)	7.852.754	259.027	1.467.822	7.131.967
mai/12	8.296.917	5.685.375	6.221.054	20.203.345	15.113.478	15.971.037	(5.089.081)	7.674.120	248.908	1.410.476	6.846.943
jun/12	5.515.621	5.189.931	13.111.177	23.816.730	11.482.995	11.923.302	(12.308.429)	6.407.680	165.469	937.656	5.962.118
jul/12	8.987.019	6.253.092	6.557.331	21.797.442	16.412.268	17.503.762	(5.384.879)	8.516.744	269.611	1.527.793	7.511.275
ago/12	8.253.801	6.311.072	6.489.332	21.054.205	16.570.181	17.606.815	(4.483.825)	9.353.014	247.614	1.403.146	7.466.604
set/12	8.717.462	7.221.557	6.379.413	22.318.431	17.239.068	18.316.524	(5.078.914)	9.599.062	261.524	1.481.969	8.442.002
out/12	7.107.370	5.772.786	6.048.683	18.928.839	13.715.010	14.743.052	(5.205.989)	7.635.682	213.221	1.208.253	6.767.817
nov/12	7.923.280	5.889.560	6.210.829	20.023.669	15.009.763	15.888.575	(5.000.749)	7.965.295	237.698	1.346.958	6.998.819
dez/12	8.474.246	6.745.949	6.526.123	21.746.318	16.646.761	17.802.870	(5.098.639)	9.328.624	254.227	1.440.622	7.932.344
TOTAL	94.373.787	71.535.507	79.038.149	244.947.443	179.390.334	189.397.173	(65.499.286)	95.023.386	2.831.214	16.043.544	84.747.837

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela LXVIII – Projeção da renúncia fiscal com relação às empresas do segmento Atacadista em 2013

	CREDITO_ENT	PRESUMIDO	OUTROS + SAL	TOTAL_CREDITO	DEBITO_SAIDA	TOTAL_DEBITO	SALDO_CREDITO	SALDO_CREDITO	ALÍQUOTA AT	ALÍQUOTA	RENÚNCIA FIS
jan/13	7.674.409	4.940.873	5.749.687	18.364.969	13.518.305	14.482.028	(4.846.183)	6.807.619	230.232	1.304.650	6.015.290
fev/13	7.539.044	5.500.650	5.300.950	18.340.644	13.781.354	14.517.075	(4.558.880)	6.978.031	226.171	1.281.637	6.556.116
mar/13	9.496.751	7.755.792	6.092.226	23.344.768	18.462.662	18.470.552	(4.874.216)	8.973.802	284.903	1.614.448	9.085.337
abr/13	9.497.674	6.515.489	6.500.765	22.513.929	17.158.568	18.135.704	(5.354.380)	8.638.030	284.930	1.614.605	7.845.164
mai/13	9.126.608	6.253.912	6.843.159	22.223.680	16.624.826	17.568.141	(5.597.989)	8.441.532	273.798	1.551.523	7.531.637
jun/13	6.067.183	5.708.925	14.422.295	26.198.403	12.631.294	13.115.632	(13.539.271)	7.048.448	182.016	1.031.421	6.558.330
jul/13	9.885.721	6.878.401	7.213.064	23.977.186	18.053.495	19.254.139	(5.923.367)	9.368.418	296.572	1.680.573	8.262.402
ago/13	9.079.182	6.942.179	7.138.265	23.159.625	18.227.199	19.367.497	(4.932.208)	10.288.315	272.375	1.543.461	8.213.265
set/13	9.589.208	7.943.713	7.017.354	24.550.275	18.962.975	20.148.176	(5.586.806)	10.558.968	287.676	1.630.165	9.286.202
out/13	7.818.107	6.350.064	6.653.552	20.821.722	15.086.511	16.217.357	(5.726.588)	8.399.251	234.543	1.329.078	7.444.599
nov/13	8.715.608	6.478.516	6.831.912	22.026.036	16.510.739	17.477.432	(5.500.824)	8.761.824	261.468	1.481.653	7.698.701
dez/13	9.321.671	7.420.544	7.178.735	23.920.950	18.311.438	19.583.157	(5.608.502)	10.261.486	279.650	1.584.684	8.725.578
TOTAL	103.811.166	78.689.058	86.941.963	269.442.187	197.329.367	208.336.890	(72.049.214)	104.525.724	3.114.335	17.647.898	93.222.621

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Tabela LXIX – Projeção da renúncia fiscal com relação às empresas do segmento Atacadista em 2014

	CREDITO_ENT	PRESUMIDO	OUTROS +	TOTAL_CREDITO	DEBITO_SAIDA	TOTAL_DEBITO	SALDO	SALDO_CREDITO	ALÍQUOTA	ALÍQUOTA	RENÚNCIA
jan/14	8.441.850	5.434.960	6.324.656	20.201.466	14.870.135	15.930.231	(5.330.801)	7.488.381	253.256	1.310.182	6.491.887
fev/14	8.292.948	6.050.715	5.831.045	20.174.708	15.159.490	15.968.783	(5.014.768)	7.675.834	248.788	1.332.756	7.134.683
mar/14	10.446.426	8.531.371	6.701.448	25.679.245	20.308.929	20.317.607	(5.361.638)	9.871.182	313.393	1.333.666	9.551.645
abr/14	10.447.442	7.167.038	7.150.841	24.765.321	18.874.425	19.949.275	(5.889.818)	9.501.833	313.423	1.334.570	8.188.185
mai/14	10.039.269	6.879.303	7.527.475	24.446.048	18.287.308	19.324.955	(6.157.788)	9.285.685	301.178	1.332.451	7.910.576
jun/14	6.673.902	6.279.817	15.864.525	28.818.244	13.894.424	14.427.195	(14.893.199)	7.753.293	200.217	1.333.640	7.413.240
jul/14	10.874.293	7.566.241	7.934.370	26.374.904	19.858.844	21.179.552	(6.515.704)	10.305.260	326.229	1.362.433	8.602.446
ago/14	9.987.100	7.636.397	7.852.091	25.475.588	20.049.919	21.304.246	(5.425.429)	11.317.146	299.613	1.338.561	8.675.345
set/14	10.548.129	8.738.084	7.719.089	27.005.302	20.859.272	22.162.994	(6.145.486)	11.614.865	316.444	1.336.433	9.758.073
out/14	8.599.917	6.985.071	7.318.907	22.903.895	16.595.163	17.839.093	(6.299.247)	9.239.176	257.998	1.354.751	8.081.824
nov/14	9.587.169	7.126.368	7.515.103	24.228.640	18.161.813	19.225.175	(6.050.906)	9.638.006	287.615	1.342.548	8.181.301
dez/14	10.253.838	8.162.598	7.896.609	26.313.045	20.142.581	21.541.473	(6.169.353)	11.287.635	307.615	1.343.045	9.198.029
TOTAL	114.192.283	86.557.964	95.636.160	296.386.406	217.062.304	229.170.579	(79.254.136)	114.978.297	3.425.768	16.055.038	99.187.233

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

LEI Nº 7.264, DE 22 DE JULHO DE 2011.

ANEXO IV

AVALIAÇÃO ATUARIAL DO AL PREVIDÊNCIA

Introdução

Esta avaliação atuarial foi desenvolvida para dimensionar os custos para manutenção do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos de Alagoas, em consonância com a Constituição Federal, Plano de Benefícios descrito a seguir e critérios atuariais internacionalmente aceitos, com base em dados cadastrais fornecidos.

Os resultados apresentados contemplam as mudanças paramétricas do Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a implementação dos dispositivos das Emendas Constitucionais 20, 41 e 47 e as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência, presentes na Portaria MPS nº 403/2008.

Para análise dos resultados apurados nesta Avaliação faz-se necessário conhecer as hipóteses, premissas e metodologia de cálculo, que se encontram aqui descritas.

Os cálculos foram realizados em conformidade a Nota Técnica Atuarial, enviada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, mediante ofício do RPPS, conforme previsto no §1º, artigo 5º da Portaria MPS nº 403 de 10 de dezembro de 2008.

Origem e Data Base dos Dados

Esta avaliação considera como participantes do plano previdenciário, os servidores ativos e inativos, titulares de cargo efetivo do Poder Executivo de Alagoas e seus dependentes legais.

Os dados cadastrais fornecidos pelo AL Previdência, que serviram de base para esta avaliação, correspondem ao mês de Dezembro de 2010.

Para avaliação dos dados, o cadastro dos servidores ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes enviados para a Avaliação Atuarial, foram comparados com os padrões mínimos e máximos aceitáveis na data da avaliação. Os principais tópicos analisados foram:



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Cadastro de Ativos:

- Número de Servidores;
- Data de Nascimento;
- Data de admissão no Estado;
- Remuneração.

Cadastro de Aposentados e Pensionistas:

- Número de Inativos;
- Data de Nascimento;
- Benefício.

Depois de feitas as análises, consideramos os dados suficientes e completos para a realização da avaliação atuarial.

Estatísticas da Massa

Médias Gerais dos Servidores Ativos e Inativos – Grupo Total

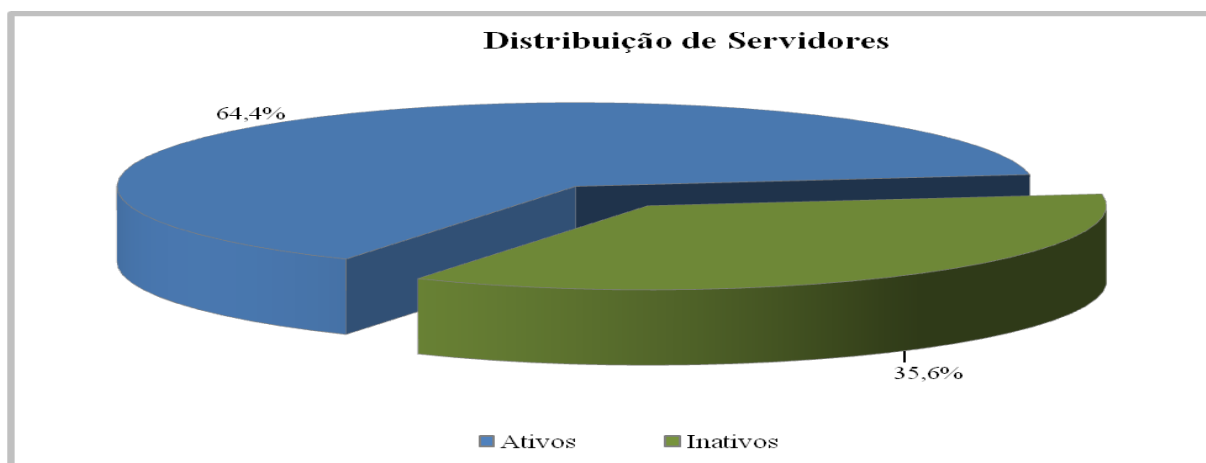
31/12/2010

Item	Ativos	Inativos	Total
Nº de Servidores	41.788	23.082	64.870
Remuneração/Benefício Médio (R\$)	1.938,07	2.604,99	2.175,37



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico I



O gráfico acima demonstra que a proporção atual entre servidores ativos e inativos. Esta proporção tende a reduzir-se ao longo do tempo devido à entrada de servidores na inatividade.

Médias Gerais dos Servidores Ativos – Grupo Total

31/12/2010

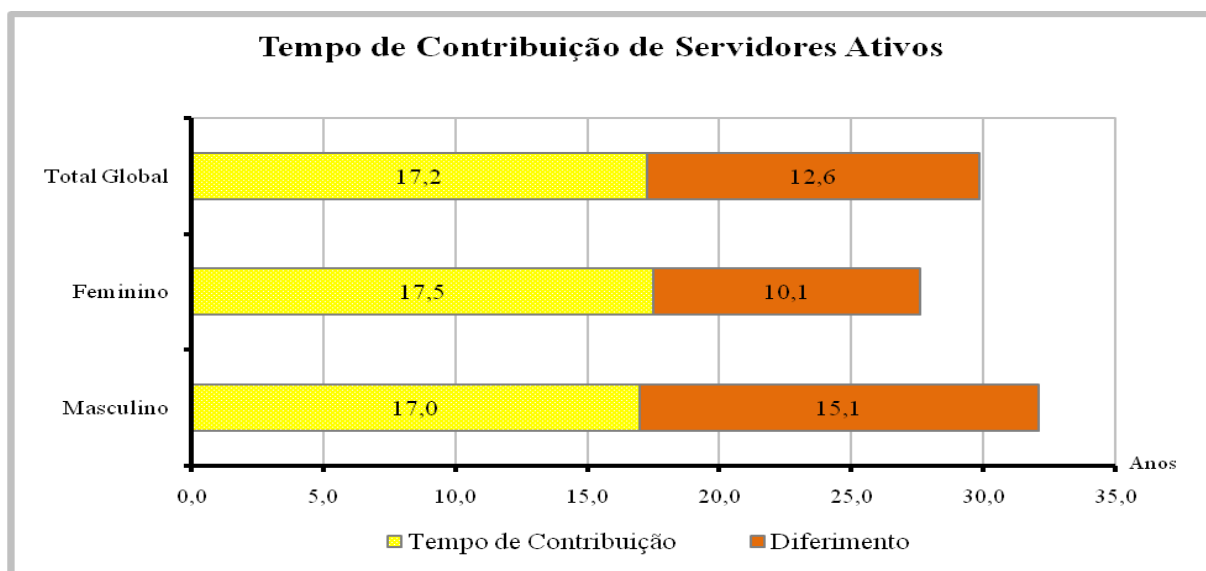
Item	Masculino	Feminino	Total
Nº de Servidores	21.025	20.763	41.788
Idade Média	42,8	45,6	44,2
Tempo de INSS Anterior	1,4	1,6	1,5
Tempo de Serviço Público	15,6	15,8	15,7
Tempo de Serviço Total	17,0	17,5	17,2
Diferimento Médio (*)	15,1	10,1	12,6
Remuneração Média (R\$)	2.263,22	1.608,81	1.938,07

(*) Diferimento é o tempo que ainda falta para o servidor cumprir com as exigências para aposentadoria



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico II



Cada coluna do gráfico acima representa o tempo médio de carreira, dividindo-o em tempo de contribuição já decorrido e diferimento a decorrer.

Médias dos Servidores Ativos Iminentes

31/12/2010

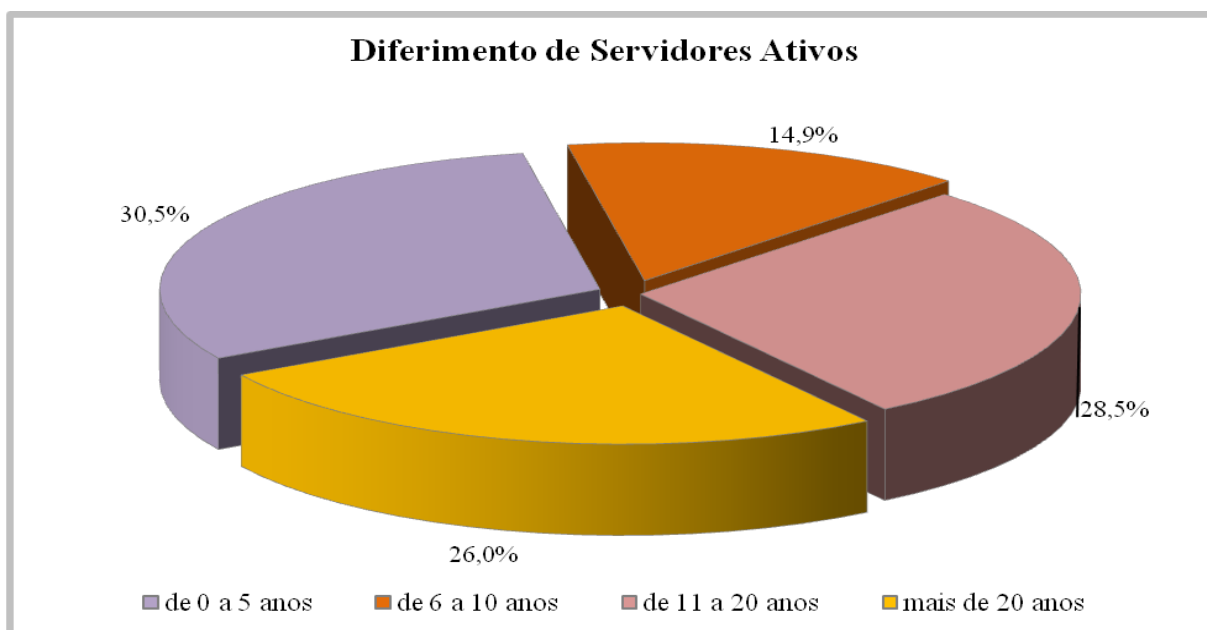
Item	Masculino	Feminino	Total
Nº. de Servidores	649	4.615	5.264
Idade Média	62,5	57,1	57,8
Tempo de Serviço Total	33,1	29,5	29,9
Remuneração Média (R\$)	2.114,49	1.883,51	1.911,99

Servidores iminentes são servidores ativos que já cumpriram ou estão na iminência de cumprir com as exigências para concessão de benefício de aposentadoria.



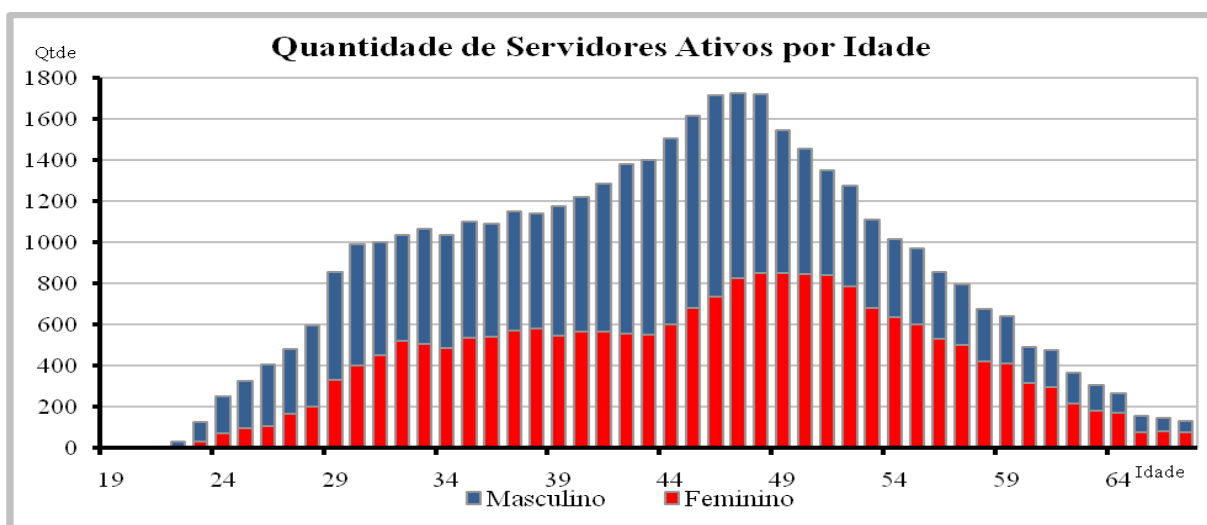
ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico III



O gráfico acima apresenta a distribuição percentual dos segurados ativos em relação aos períodos de diferimento.

Gráfico IV

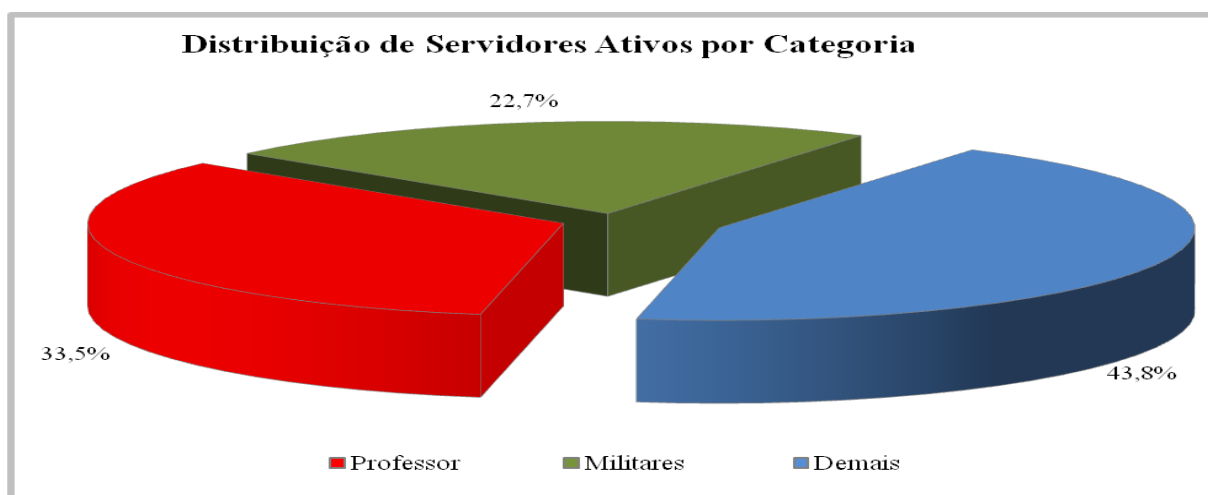


O gráfico acima demonstra a distribuição de servidores por idade e sexo.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico V



O exposto no gráfico acima é a proporção entre as principais carreiras dos servidores do Poder Executivo, professores, militares e as demais.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Aposentadorias Programadas (*)

31/12/2010

ANO	TIPO DE APOSENTADORIA				TOTAL ANO	GRUPO TOTAL REMANESCENTE
	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	IDADE e COMPULSÓRIA	PROFESSOR	MILITAR		
2011	1.468	1.254	2.481	61	5.264	36.524
2012	535	226	340	250	1.351	35.173
2013	568	202	367	286	1.423	33.750
2014	706	208	422	343	1.679	32.071
2015	642	203	185	568	1.598	30.473
2016	564	262	138	477	1.441	29.032
2017	551	217	27	883	1.678	27.354
2018	516	231	44	683	1.474	25.880
2019	521	233	17	379	1.150	24.730
2020	332	253	19	190	794	23.936
2021	355	279	13	504	1.151	22.785
2022	300	329	8	723	1.360	21.425
2023	200	380	2	231	813	20.612
2024	130	422	911	391	1.854	18.758
2025	94	384	774	32	1.284	17.474
2026	170	356	426	25	977	16.497
2027	105	374	266	30	775	15.722
2028	96	400	234	89	819	14.903
2029	64	417	1.054	241	1.776	13.127
2030	56	351	865	38	1.310	11.817
2031	131	322	454	39	946	10.871
2032	494	269	323	323	1.409	9.462
2033	473	232	280	670	1.655	7.807
2034	305	217	607	68	1.197	6.610
2035	376	176	349	43	944	5.666
2036	490	134	234	141	999	4.667
2037	520	112	149	1.284	2.065	2.602
2038	391	54	51	10	506	2.096
2039	283	62	42	15	402	1.694
2040	280	26	27	14	347	1.347
2041	224	9	32	437	702	645
2042	197	5	17	-	219	426
2043	117	8	2	-	127	299
2044	108	2	-	-	110	189
2045	79	-	-	-	79	110
2046	35	-	-	-	35	75
2047	28	-	-	-	28	47
2048	23	-	-	-	23	24
2049	11	-	-	-	11	13
2050	7	-	-	-	7	6
2051	1	-	-	-	1	5
2052	5	-	-	-	5	-
2053	-	-	-	-	-	-
Total	12.551	8.609	11.160	9.468	41.788	-

(*) Previsão das aposentadorias programadas do atual grupo de servidores ativos, sem reposição de massa.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico VI



A tabela anterior e o gráfico acima demonstram o provável fluxo de entrada em inatividade da atual população de servidores ativos, sem a hipótese de reposição de massa. Nesta demonstração, também não estão consideradas os prováveis benefícios de pensão de ativos e aposentadoria por invalidez.

Médias Gerais dos Servidores Aposentados e Pensionistas

31/12/2010

Tipo de Aposentadoria		Masculino	Feminino	Total
Aposentados	Nº Servidores	6.103	10.857	16.960
	Idade Média	65	65	64,9
	Benef(R\$)	3.532,88	1.985,75	2.542,48
Pensionistas	Nº Instituidores	1.049	5.073	6.122
	Nº Beneficiários	1.112	5.725	6.837
	Idade Média	53,5	61,4	60,1
	Benef(R\$)	1.989,36	2.941,28	2.778,17
Total Geral	Nº Servidores	7.152	15.930	23.082
	Idade Média	63,2	63,8	63,6
	Benef(R\$)	3.306,49	2.290,04	2.604,99



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico VII

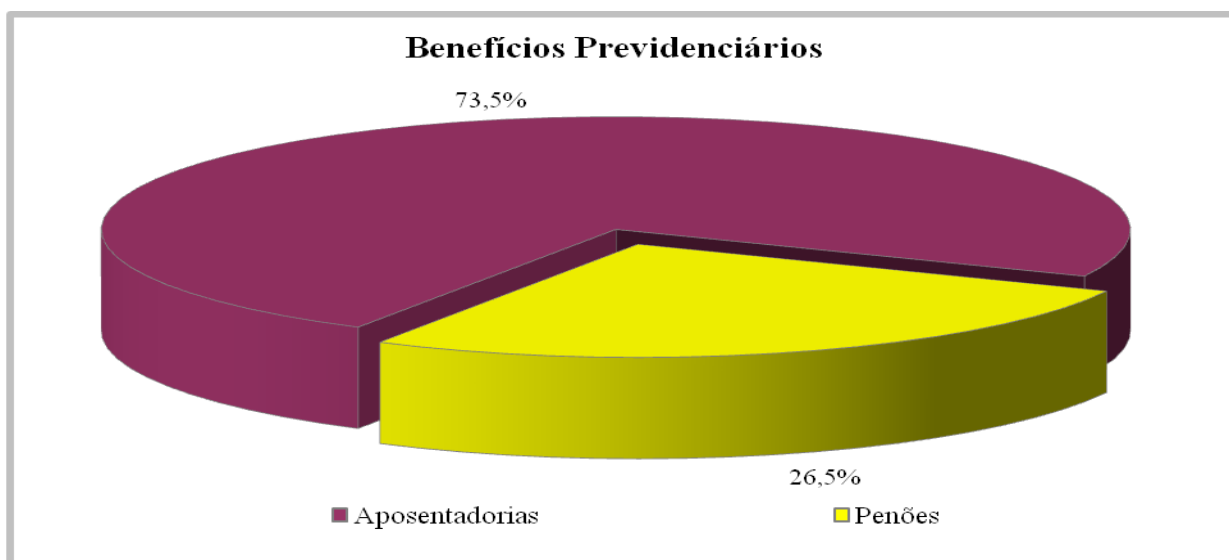
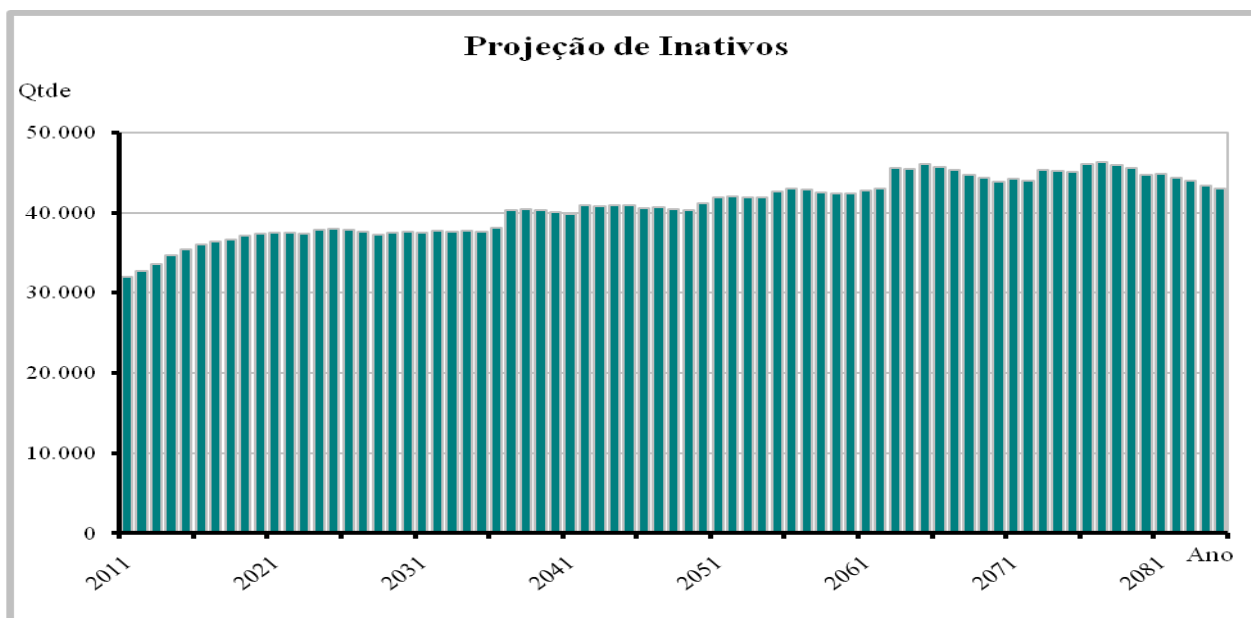


Gráfico VIII



Na página anterior, o gráfico demonstra a proporção para cada tipo de benefício do atual grupo de inativos do AL Previdência.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Acima temos a projeção do futuro número de benefícios já considerando os atuais inativos, os futuros benefícios de aposentadoria e pensão e também as futuras gerações de servidores vinculados ao AL Previdência.

Elenco dos Benefícios do Plano

Aposentadorias:

I) Entrada no sistema anterior a Reforma da Previdência de 1998 (E.C. nº 20, 16/12/98):

a) Idade e Tempo de Contribuição – Pela Média das Remunerações:

Contribuição Mínima:

Homem: 35+p anos

Mulher: 30+p anos

Sendo:

p = pedágio equivalente ao número de anos que o servidor terá que contribuir além dos 30 anos para mulher ou 35 para homem, mínimos exigidos até 16/12/98, aplicando-se o fator de 0,2 ao tempo que faltava para completar este tempo em 16/12/98.

Idade:

Homem: 53 anos

Mulher: 48 anos

Cargo efetivo: 5 anos

Renda mensal inicial:

$$RMI = M_E - (D.K)$$

M_E = Média das remunerações de contribuição

D = Desconto de 3,5% para quem completar as exigências para aposentar-se até 31/12/2005 e 5,0% para quem completar as exigências para aposentar-se após esta data.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

K = Número de anos obtidos entre a diferença da idade de aposentadoria e 60 anos, se homem e 55 anos, se mulher.

b) Especial (Funções de Magistério) - Pela Média das Remunerações:

Contribuição Mínima:

Homem: $35+b+p$ anos

Mulher: $30+b+p$ anos

Sendo:

b = bônus de tempo de contribuição que o servidor professor acrescentará ao tempo já contribuído, obtido por meio da aplicação do fator de 1,20 para mulher ou 1,17 para o homem, ao tempo de contribuição cumprido até 16/12/98;

p = pedágio equivalente ao número de anos que o servidor terá que contribuir além dos 30 anos para mulher ou 35 para homem, mínimos exigidos até 16/12/98, aplicando-se o fator de 0,2 ao tempo que faltava para completar este tempo em 16/12/98.

Cargo efetivo: 5 anos

Renda mensal inicial:

$$RMI = M_E - (D.K)$$

M_E = Média das remunerações de contribuição

c) Idade e Tempo de Contribuição – Proventos Integrais (EC nº 47):

Contribuição Mínima:

Homem: $35+n$ anos

Mulher: $30+n$ anos

Sendo n= número de anos que o servidor contribuirá além dos 30 anos para mulher ou 35 para homem.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Idade:

Homem: 60-n anos

Mulher: 55-n anos

Serviço Público: 25 anos

Carreira: 15 anos

Cargo efetivo: 5 anos

Renda mensal inicial (EC nº 47):

$RMI = P_A$

Sendo:

P_A = Última remuneração no cargo efetivo

II) Entrada no sistema anterior a Reforma da Previdência de 2003 (E.C. nº 41, 31/12/03):

a) Idade e Tempo de Contribuição:

Contribuição Mínima:

Homem: 35 anos

Mulher: 30 anos

Idade:

Homem: 60 anos

Mulher: 55 anos

Serviço Público: 20 anos

Carreira: 10 anos

Cargo efetivo: 5 anos



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Renda mensal inicial:

$$\text{RMI} = P_A$$

b) Especial (Funções de Magistério):

Contribuição Mínima:

Homem: 30 anos

Mulher: 25 anos

Serviço Público: 20 anos

Carreira: 10 anos

Cargo efetivo: 5 anos

Renda mensal inicial:

$$\text{RMI} = P_A$$

III) Entrada no sistema a qualquer época (Regra Geral):

a) Idade e Tempo de Contribuição:

Contribuição Mínima:

Homem: 35 anos

Mulher: 30 anos

Idade:

Homem: 60 anos

Mulher: 55 anos

Carreira: 10 anos

Cargo efetivo: 5 anos



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

$$RMI = M_E$$

M_E = Média das remunerações de contribuição

b) Especial (Funções de Magistério):

Contribuição Mínima:

Homem: 30 anos

Mulher: 25 anos

Idade Mínima:

Homem: 55 anos

Mulher: 50 anos

Carreira: 10 anos

Cargo efetivo: 5 anos

$$RMI = M_E$$

M_E = Média das remunerações de contribuição

c) Por Idade:

Idade Mínima:

Homem: 65anos

Mulher: 60 anos

Carreira: 10 anos

Cargo efetivo: 5 anos

$$RMI = M_E.TC/CP$$

M_E = Média das remunerações de contribuição



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

TC = Tempo de contribuição na data de aposentadoria, limitado a 35 anos, se homem e 30 anos, se mulher.

CP = Coeficiente de Proporcionalidade, 35 anos, se homem e 30 anos, se mulher.

d) Compulsória:

Idade Mínima:

Homem: 70 anos

Mulher: 70 anos

$$RMI = M_E \cdot TC / CP$$

M_E = Média das remunerações de contribuição

e) Aposentadoria por Invalidez:

Estar inválido – incapacitado para o trabalho

$$RMI = M_E$$

M_E = Média das remunerações de contribuição

IV) Pensões:

a) Pensão por Morte de Ativo:

Falecimento do servidor ativo

$$RMI = P_A$$

Se $P_A < \text{teto de benefícios do INSS (T)}$

e

$$RMI = T + 70\% \cdot (P_A - T)$$

Se $P_A > \text{teto de benefícios do INSS (T)}$

b) Pensão por Morte de Inativo:



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Falecimento do servidor inativo

$$RMI = P_I$$

Se $P_I < \text{teto de benefícios do INSS (T)}$

e

$$RMI = T + 70\%.(P_I - T)$$

Se $P_I > \text{teto de benefícios do INSS (T)}$

P_I = Proventos na Inatividade

V) Auxílios:

a) Salário-família:

Possuir filho com idade de 0 a 14 anos

Possuir $P_A < R\$ 810,19$

RMI	=	R\$	27,64
se $P_A < R\$ 539,04$			

RMI	=	R\$	19,48
se $R\$ 539,03 < P_A < 810,19$			

b) Salário-maternidade:

Nascimento de filho

$$RMI = P_A$$

c) Auxílio-doença:

Estar incapacitado para o trabalho

$$RMI = P_A$$

d) Auxílio-reclusão:



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

O servidor ativo deve estar recolhido à prisão e possuir dependente

Possuir $P_A < R\$ 810,19$

$RMI = P_A$

Bases Financeiras e Biométricas

Quanto aos Proventos e Remunerações dos Servidores:

As remunerações e os proventos informados dos servidores ativos e inativos, base de cálculo da presente avaliação, não sofreram acréscimo em relação à condição informada relativo a reposições de inflação.

Quanto ao cálculo da estimativa de compensação previdenciária com o INSS:

De acordo com a Lei nº 9.796 de 05 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Para os benefícios a conceder foi considerado como valor máximo de benefício a ser compensado com o INSS a média dos benefícios RGPS em out/2010, R\$ 689,58. Já para os atuais aposentados e pensionistas, apenas a compensação financeira já concedida e em pagamento.

Quanto às Despesas Administrativas:

Nesta avaliação não foi adotado carregamento para o custeio das Despesas Administrativas do AL Previdência. Esta despesa é paga pelo Governo do Estado adicionalmente às suas contribuições.

Regime Financeiro e Método de Financiamento:

Todos os benefícios previdenciários foram calculados pelo Regime Financeiro de Capitalização e pelo Método de Financiamento de Idade de Entrada Normal. A escolha deste regime financeiro e deste método de financiamento justifica-se pela opção técnica em dar a maior segurança possível ao plano previdenciário.

Taxa de Juros e Desconto Atuarial: 6% ao ano

Tábuas Biométricas:

a) Mortalidade Geral e de Inválidos (valores de q_x e q_x^i): IBGE-2008 (disponibilizada pela SPS em www.mps.gov.br/arquivos/office/3_091223-101527-414.xls)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

b) Entrada em Invalidez (valores de i_x): Álvaro Vindas;

c) Mortalidade de Ativos (valores de q_x^{aa}): combinação das tábuas anteriores, pelo método de HAMZA;

d) Composição média de família (H_x), obtida para idade, a partir de experiência da ACTUARIAL.

Demais Hipóteses Atuariais:

a) O crescimento das remunerações utilizado foi de 3,00% ao ano, de acordo com estudo estatístico específico;

b) A não aplicação de rotatividade para o grupo de servidores ativos vinculados ao RPPS justifica-se pela não adoção do critério de compensação previdenciária do mesmo em favor do RGPS, fato este que serviria para anular os efeitos da aplicação desta hipótese;

c) Para cálculo das receitas e despesas futuras, não foram considerados efeitos de inflação;

d) Para efeito de recomposição salarial e de benefícios, utilizou-se a hipótese de reposição integral dos futuros índices de inflação, o que representa o permanente poder aquisitivo das remunerações do servidor (fator de capacidade = 1);

e) Utilizou-se a hipótese de Gerações Futuras, pela reposição integral da massa de ativos (1:1). Para cada servidor que se aposentar entrará um novo servidor nas mesmas condições de ingresso do servidor que se aposentou, inclusive com a remuneração posicionada na data de admissão pela curva salarial estabelecida nesta Avaliação.

Dados Adicionais para o Estudo Atuarial

Situação Atual Informada pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos de Alagoas:

31/12/2010

Posição dos Investimentos do AL Previdência	
Total dos Direitos do Fundo de Previdência	5.256.372,71
Total dos Direitos do Fundo Financeiro	-
Total dos Direitos do Fundo dos Militares	-
Plano de Custeio em Vigor	
Estado – Contribuição Escalonada ao Fundo de Previdência	11,00%
Estado – Contribuição Normal Fundo Financeiro e dos Militares	22,00%
Servidores Ativos (todos os Fundos)	11,0%
Servidores Aposentados e Pensionistas (todos os Fundos) (*)	11,0%

(*) sobre a parcela da remuneração de aposentadoria excedente ao teto do RGPS (R\$3.467,40 em 31/12/2010)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Financiamento com Segregação de Massas

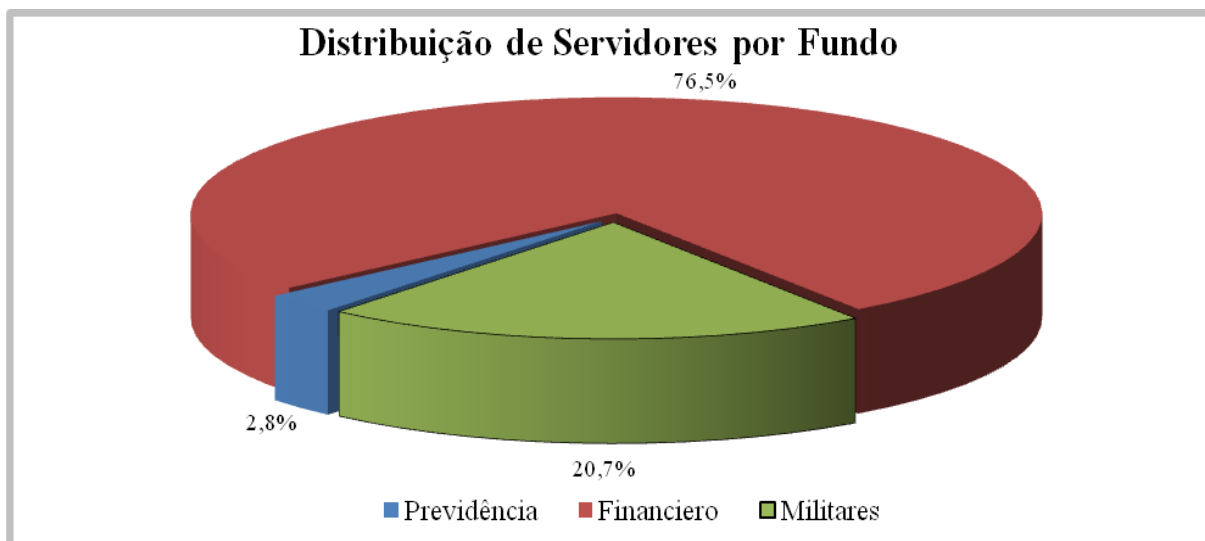
Esta alternativa de financiamento foi instituída no Regime Próprio pela Lei nº 7.114 de 05/11/2009 e utilizou os seguintes critérios:

a) Fundo de Previdência (Capitalizado): neste grupo haverá, por intermédio das contribuições, a formação de patrimônio previdenciário, que custeará os benefícios dos participantes admitidos a partir do dia 31 de dezembro de 2006, exceto militares. Sendo o caixa do AL Previdência responsável por este pagamento e desonerando, ao longo do tempo, o Governo do Estado de despesas previdenciárias.

b) Fundo Financeiro (Repartição Simples): não forma reservas financeiras para as despesas futuras, deste modo, as obrigações serão financiadas pelo Regime Financeiro de Repartição Simples. Este grupo não é renovável e se extinguirá gradativamente, com o passar dos anos, pela mortalidade natural dos seus participantes. Neste grupo estão todos os atuais servidores ativos e inativos admitidos até o dia 31 de dezembro de 2006, exceto militares.

c) Fundo dos Militares (Repartição Simples): não forma reservas financeiras para as despesas futuras, deste modo, as obrigações serão financiadas pelo Regime Financeiro de Repartição Simples. Este grupo será formado pelos atuais e futuros militares de ativa e da reserva e seus pensionistas.

Gráfico XI





ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Fundo de Previdência

Valor Atual Total das Obrigações do Fundo de Previdência:

31/12/2010

BENEFÍCIOS	Custo Total (em R\$)	Custo Total (% da Folha)	Custo Normal (% da Folha)
1) Aposentadorias	-	0,00%	
2) Pensão por Morte	-	0,00%	
3) Reversão em Pensão	-	0,00%	
4) Benefícios Concedidos (1+2+3)	-	0,00%	
5) Aposentadoria por Idade e Tempo	272.561.300,83	4,31%	3,98%
6) Aposentadoria do Professor	339.099.154,78	5,37%	5,02%
7) Aposentadoria por Idade	302.442.726,29	4,79%	4,31%
8) Reversão em Pensão	107.146.916,70	1,70%	1,56%
9) Pensão por Morte de Ativo	264.289.083,51	4,18%	3,86%
10) Pensão por Morte de Inválido	9.383.033,80	0,15%	0,14%
11) Aposentadoria por Invalidez	102.659.111,02	1,62%	1,49%
12) Auxílio-doença	-	0,00%	0,00%
13) Salário-maternidade	-	0,00%	0,00%
14) Salário-família	-	0,00%	0,00%
15) Benefícios a Conceder (5+..+14)	1.397.581.326,93	22,12%	20,36%
16) Custo Total (4+15)	1.397.581.326,93	22,12%	
Valor Atual da Folha Futura	6.318.258.140,40		

Observação: O custeio dos benefícios de Auxílio-Doença, Salário-Maternidade e Salário-Família é feito diretamente pelo Governo do Estado.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Médias Gerais dos Servidores Ativos do Fundo de Previdência:

31/12/2010

Item	Masculino	Feminino	Total
Nº de Servidores	1.002	820	1.822
Idade Média	35,0	37,1	35,9
Tempo de INSS Anterior	1,9	2,0	1,9
Tempo de Serviço Público	2,7	3,3	3,0
Tempo de Serviço Total	4,6	5,3	4,9
Diferimento Médio (*)	27,5	20,1	24,1
Remuneração Média (R\$)	997,83	1.132,45	1.058,42

(*) Diferimento é o tempo que ainda falta para o servidor cumprir com as exigências para aposentadoria.

Médias Gerais dos Beneficiários do Fundo de Previdência:

31/12/2010

Tipo de Benefício		Masculino	Feminino	Total
Aposentados	Nº. Servidores	-	-	-
	Idade Média	-	-	-
	Benef(R\$)	-	-	-
Pensionistas	Nº. Servidores	-	-	-
	Idade Média	-	-	-
	Benef(R\$)	-	-	-
Total Geral	Nº. Servidores	-	-	-
	Idade Média	-	-	-
	Benef(R\$)	-	-	-

Observação: Até o momento não há benefícios concedidos no Fundo de Previdência.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Plano de Custeio Proposto ao Fundo de Previdência:

31/12/2010

Descrição	Contribuição %	Base para Desconto
Servidores Aposentados e Pensionistas Contribuição Normal	11,00%	Parte do Benefício Mensal Excedente ao Limite de Isenção
Servidores Ativos Contribuição Normal	11,00%	Remuneração de Contribuição dos Servidores Ativos do Fundo de Previdência
Governo do Estado Contribuição Normal	11,00%	

Balanco Atuarial do Fundo de Previdência:

31/12/2010

Item	Valores (R\$)	Valores (% Folha Futura)
Custo Total	1.397.581.326,93	22,12%
<i>Compensação Previdenciária a Receber (-)</i>	<i>3.978.194,40</i>	<i>0,06%</i>
<i>Contribuição de Inativos (-)</i>	<i>15.304.110,51</i>	<i>0,24%</i>
<i>Contribuição de Ativos (-)</i>	<i>695.008.395,45</i>	<i>11,00%</i>
<i>Contribuição do Estado (-)</i>	<i>695.008.395,45</i>	<i>11,00%</i>
<i>Ativo Financeiro (-)</i>	<i>5.256.372,71</i>	<i>0,08%</i>
Superávit Atuarial	16.974.141,59	0,27%



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Projeções Atuariais – Fundo de Previdência:

31/12/2010

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ANUAL (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2011	5.971.450,34	98.381,00	5.873.069,34	11.129.442,05
2012	24.391.614,90	396.065,81	23.995.549,09	35.124.991,15
2013	30.155.235,68	759.457,02	29.395.778,66	64.520.769,81
2014	37.042.070,35	1.198.200,21	35.843.870,14	100.364.639,94
2015	44.258.608,71	1.722.023,71	42.536.585,00	142.901.224,94
2016	51.508.335,95	2.336.246,91	49.172.089,04	192.073.313,98
2017	59.176.362,86	3.193.012,48	55.983.350,38	248.056.664,36
2018	66.646.545,46	4.128.785,14	62.517.760,32	310.574.424,69
2019	74.998.099,51	5.129.902,29	69.868.197,22	380.442.621,91
2020	83.481.455,89	6.217.088,62	77.264.367,27	457.706.989,18
2021	92.698.831,52	7.514.230,37	85.184.601,15	542.891.590,33
2022	102.022.714,07	9.400.671,65	92.622.042,42	635.513.632,74
2023	111.910.916,81	11.235.533,54	100.675.383,27	736.189.016,01
2024	122.061.724,58	13.212.418,85	108.849.305,73	845.038.321,74
2025	135.051.968,55	15.590.263,07	119.461.705,48	964.500.027,22
2026	147.844.457,88	18.119.790,17	129.724.667,71	1.094.224.694,93
2027	160.399.746,71	21.304.296,59	139.095.450,12	1.233.320.145,05
2028	173.699.304,68	24.428.839,27	149.270.465,41	1.382.590.610,46
2029	187.395.519,66	27.573.482,43	159.822.037,23	1.542.412.647,69
2030	203.449.347,81	33.631.441,62	169.817.906,19	1.712.230.553,88
2031	220.225.225,51	38.158.347,73	182.066.877,78	1.894.297.431,66
2032	237.328.428,43	42.858.176,94	194.470.251,49	2.088.767.683,15
2033	254.914.836,86	47.965.612,69	206.949.224,17	2.295.716.907,32
2034	272.744.054,35	53.738.232,49	219.005.821,86	2.514.722.729,18
2035	291.946.819,59	61.640.565,84	230.306.253,75	2.745.028.982,93
2036	312.646.188,42	69.692.583,24	242.953.605,18	2.987.982.588,11
2037	323.702.615,52	107.255.947,16	216.446.668,36	3.204.429.256,47
2038	344.947.556,96	120.729.543,37	224.218.013,59	3.428.647.270,06
2039	362.092.804,51	133.829.000,84	228.263.803,67	3.656.911.073,73
2040	378.505.069,41	147.304.434,73	231.200.634,68	3.888.111.708,41
2041	394.700.309,32	161.524.602,81	233.175.706,51	4.121.287.414,92
2042	404.895.552,83	193.500.646,29	211.394.906,54	4.332.682.321,46
2043	421.509.350,62	210.492.173,83	211.017.176,79	4.543.699.498,26
2044	434.150.631,10	231.273.649,40	202.876.981,70	4.746.576.479,96
2045	447.667.020,87	249.534.611,00	198.132.409,87	4.944.708.889,82
2046	461.737.362,50	263.244.453,79	198.492.908,71	5.143.201.798,53
2047	473.392.017,18	282.494.808,08	190.897.209,10	5.334.099.007,63
2048	486.740.494,93	297.080.951,92	189.659.543,01	5.523.758.550,63



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

... continuação

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ANUAL (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2049	498.676.965,87	313.324.438,47	185.352.527,40	5.709.111.078,03
2050	507.112.161,04	340.938.289,28	166.173.871,76	5.875.284.949,80
2051	516.822.463,25	366.939.482,01	149.882.981,24	6.025.167.931,03
2052	527.624.003,88	384.124.327,52	143.499.676,36	6.168.667.607,39
2053	537.768.290,09	398.481.931,00	139.286.359,09	6.307.953.966,48
2054	546.890.217,23	412.199.019,48	134.691.197,75	6.442.645.164,23
2055	552.674.965,28	435.798.796,84	116.876.168,44	6.559.521.332,67
2056	560.303.852,28	454.641.854,40	105.661.997,88	6.665.183.330,55
2057	569.125.715,06	464.642.476,27	104.483.238,79	6.769.666.569,34
2058	576.904.963,85	472.199.758,93	104.705.204,92	6.874.371.774,26
2059	583.645.005,02	481.797.693,41	101.847.311,61	6.976.219.085,87
2060	589.814.262,53	491.713.662,58	98.100.599,95	7.074.319.685,82
2061	595.247.348,90	505.584.009,62	89.663.339,28	7.163.983.025,10
2062	600.120.522,63	518.455.400,94	81.665.121,69	7.245.648.146,78
2063	600.388.054,60	561.301.135,81	39.086.918,79	7.284.735.065,57
2064	603.892.770,43	567.403.256,81	36.489.513,62	7.321.224.579,19
2065	604.184.546,54	582.740.423,79	21.444.122,75	7.342.668.701,94
2066	607.256.128,84	584.975.515,69	22.280.613,15	7.364.949.315,09
2067	610.319.902,67	584.849.608,03	25.470.294,64	7.390.419.609,73
2068	612.789.495,28	582.671.030,85	30.118.464,43	7.420.538.074,16
2069	615.276.354,97	582.191.021,73	33.085.333,24	7.453.623.407,40
2070	618.206.417,74	579.590.844,22	38.615.573,52	7.492.238.980,92
2071	618.798.206,15	588.930.138,11	29.868.068,04	7.522.107.048,96
2072	621.465.264,43	588.963.272,24	32.501.992,19	7.554.609.041,15
2073	620.934.479,89	609.138.393,61	11.796.086,28	7.566.405.127,43
2074	622.472.243,52	610.132.953,88	12.339.289,64	7.578.744.417,07
2075	623.382.644,83	611.946.878,78	11.435.766,05	7.590.180.183,13
2076	622.642.655,43	625.859.419,14	(3.216.763,71)	7.586.963.419,42
2077	621.857.369,95	631.261.479,45	(9.404.109,50)	7.577.559.309,92
2078	622.187.622,29	627.040.514,16	(4.852.891,87)	7.572.706.418,05
2079	622.357.405,85	623.465.772,30	(1.108.366,45)	7.571.598.051,61
2080	623.756.933,14	613.640.219,37	10.116.713,77	7.581.714.765,38
2081	624.458.129,48	614.449.097,74	10.009.031,74	7.591.723.797,12
2082	625.778.947,77	609.681.213,69	16.097.734,08	7.607.821.531,19
2083	627.439.004,39	604.844.622,52	22.594.381,87	7.630.415.913,06
2084	630.198.428,32	596.005.229,81	34.193.198,51	7.664.609.111,58
2085	632.943.556,57	591.888.962,18	41.054.594,39	7.705.663.705,96
2086	636.681.661,19	584.312.737,19	52.368.924,00	7.758.032.629,97

Considerações no levantamento dos resultados da demonstração das Receitas e Despesas:

1. A coluna saldo financeiro contempla o valor atual dos ativos do Fundo de Previdência;
2. A Coluna Receitas Previdenciárias é composta pelas contribuições do Estado, ativos e inativos, recebimento de compensação previdenciária estimada e rentabilidade financeira;
3. A Coluna Despesas Previdenciárias agrega as obrigações anuais com o pagamento de benefícios.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Fundo Financeiro

Valor Atual Total das Obrigações do Fundo Financeiro:

31/12/2010

BENEFÍCIOS	Custo Total (em R\$)	Custo Total (% da Folha)	Custo Normal (% da Folha)
1) Aposentadorias	4.017.330.770,02	72,90%	
2) Pensão por Morte	1.543.462.017,19	28,01%	
3) Reversão em Pensão	509.685.979,52	9,25%	
4) Benefícios Concedidos (1+2+3)	6.070.478.766,73	110,16%	
5) Aposentadoria por Idade e Tempo	2.422.276.890,58	43,96%	5,99%
6) Aposentadoria do Professor	1.770.350.517,52	32,13%	4,70%
7) Aposentadoria por Idade	831.445.674,36	15,09%	3,80%
8) Reversão em Pensão	568.370.460,91	10,31%	1,68%
9) Pensão por Morte de Ativo	313.608.757,56	5,69%	2,30%
10) Pensão por Morte de Inválido	15.115.162,25	0,27%	0,10%
11) Aposentadoria por Invalidez	145.531.328,40	2,64%	0,97%
12) Auxílio-doença	-	0,00%	0,00%
13) Salário-maternidade	-	0,00%	0,00%
14) Salário-família	-	0,00%	0,00%
15) Benefícios a Conceder (5+..+14)	6.066.698.791,58	110,09%	19,54%
16) Custo Total (4+15)	12.137.177.558,31	220,25%	
Valor Atual da Folha Futura	5.510.658.598,93		

Observação: O custeio dos benefícios de Auxílio-Doença, Salário-Maternidade e Salário-Família é feito diretamente pelo Governo do Estado.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Médias Gerais dos Servidores Ativos do Fundo Financeiro:

31/12/2010

Item	Masculino	Feminino	Total
Nº. de Servidores	11.479	19.019	30.498
Idade Média	45,6	46,5	46,2
Tempo de INSS Anterior	1,6	1,6	1,6
Tempo de Serviço Público	15,7	16,7	16,3
Tempo de Serviço Total	17,4	18,3	17,9
Diferimento Médio (*)	15,4	9,4	11,7
Remuneração Média (R\$)	2.135,63	1.591,79	1.796,48

(*) Diferimento é o tempo que ainda falta para o servidor cumprir com as exigências para aposentadoria.

Médias Gerais dos Beneficiários do Fundo Financeiro:

31/12/2010

Tipo de Benefício		Masculino	Feminino	Total
Aposentados	Nº. Servidores	4.267	10.348	14.615
	Idade Média	65	65	65,0
	Benef(R\$)	3.605,92	1.971,64	2.448,79
Pensionistas	Nº. Instituidores	789	3.711	4.500
	Nº. Beneficiários	1.057	4.380	5.437
	Idade Média	53	62	60,5
	Benef(R\$)	2.065,04	2.895,95	2.750,27
Total Geral	Nº. Servidores	5.056	14.059	19.115
	Idade Média	63,5	64,1	63,9
	Benef(R\$)	3.365,46	2.215,62	2.519,76



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Plano de Custeio Vigente ao Fundo Financeiro:

31/12/2010

Descrição	Contribuição %		Base para Desconto
Servidores Aposentados e Pensionistas	11,00%		Parte do Benefício Mensal Excedente ao Limite de Isenção
Servidores Ativos	11,00%		Remuneração de Contribuição dos Ativos do Fundo Financeiro
Governo do Estado	Contribuição Normal	22,00%	
	Na medida em que as receitas do Fundo Financeiro e o patrimônio disponível forem insuficientes para o pagamento mensal das despesas com benefícios do Fundo, o Governo do Estado complementar a arrecadação para honrar com o pagamento destes benefícios.		

Balanco Atuarial do Fundo Financeiro:

31/12/2010

Item	Valores (R\$)	Valores (% Folha Futura)
Custo Total	12.137.177.558,31	220,25%
<i>Compensação Previdenciária a Receber (-)</i>	<i>98.805.931,06</i>	<i>1,79%</i>
<i>Contribuição de Inativos (-)</i>	<i>282.833.196,17</i>	<i>5,13%</i>
<i>Contribuição de Ativos (-)</i>	<i>606.172.445,88</i>	<i>11,00%</i>
<i>Contribuição Normal do Estado (-)</i>	<i>1.212.344.891,76</i>	<i>22,00%</i>
<i>Ativo Financeiro (-)</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00%</i>
Déficit Atuarial	9.937.021.093,44	180,32%



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Projeções Atuariais – Fundo Financeiro:

31/12/2010

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ANUAL (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2011	218.146.550,72	726.636.299,20	(508.489.748,48)	-
2012	213.176.031,61	747.475.575,25	(534.299.543,64)	-
2013	207.372.763,20	770.154.523,59	(562.781.760,39)	-
2014	199.483.324,88	796.242.285,02	(596.758.960,14)	-
2015	193.198.375,46	815.551.381,02	(622.353.005,56)	-
2016	187.576.657,42	831.582.131,90	(644.005.474,48)	-
2017	183.540.592,34	839.787.102,58	(656.246.510,24)	-
2018	179.332.819,70	847.416.362,76	(668.083.543,06)	-
2019	173.651.846,07	858.426.301,99	(684.774.455,92)	-
2020	169.268.631,36	862.658.758,59	(693.390.127,23)	-
2021	164.999.019,80	863.972.178,30	(698.973.158,50)	-
2022	160.391.435,79	863.820.252,21	(703.428.816,42)	-
2023	156.819.143,91	857.822.521,89	(701.003.377,98)	-
2024	147.990.218,65	866.347.796,23	(718.357.577,58)	-
2025	141.286.616,40	865.428.103,74	(724.141.487,34)	-
2026	135.178.592,74	860.872.322,90	(725.693.730,16)	-
2027	130.317.819,33	849.875.532,63	(719.557.713,30)	-
2028	125.646.961,04	836.403.446,53	(710.756.485,49)	-
2029	115.095.865,73	837.064.151,78	(721.968.286,05)	-
2030	107.573.508,88	829.075.189,88	(721.501.681,00)	-
2031	100.015.983,02	821.893.127,12	(721.877.144,10)	-
2032	90.508.449,94	818.375.324,83	(727.866.874,89)	-
2033	81.370.794,63	809.984.346,16	(728.613.551,53)	-
2034	71.084.774,59	801.830.566,59	(730.745.792,00)	-
2035	63.580.817,63	787.188.233,13	(723.607.415,50)	-
2036	52.778.973,32	785.683.783,93	(732.904.810,61)	-
2037	43.583.182,20	776.499.841,38	(732.916.659,18)	-
2038	37.645.443,37	755.369.535,38	(717.724.092,01)	-
2039	32.899.952,90	730.303.433,56	(697.403.480,66)	-
2040	29.395.332,66	701.255.588,20	(671.860.255,54)	-
2041	26.743.871,24	670.280.477,03	(643.536.605,79)	-
2042	24.476.437,06	638.601.251,14	(614.124.814,08)	-
2043	22.770.078,89	605.828.702,09	(583.058.623,20)	-
2044	21.431.383,85	572.487.421,34	(551.056.037,49)	-
2045	20.129.622,16	539.652.032,96	(519.522.410,80)	-
2046	18.955.697,59	507.266.849,27	(488.311.151,68)	-
2047	17.810.893,94	475.618.702,47	(457.807.808,53)	-
2048	16.668.759,91	444.824.513,85	(428.155.753,94)	-



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

... continuação

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ANUAL (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2049	15.589.174,51	414.852.815,61	(399.263.641,10)	-
2050	14.534.585,69	385.831.084,33	(371.296.498,64)	-
2051	13.507.853,29	357.812.637,09	(344.304.783,80)	-
2052	12.511.699,28	330.840.652,67	(318.328.953,39)	-
2053	11.548.640,91	304.954.917,62	(293.406.276,71)	-
2054	10.620.993,94	280.187.784,08	(269.566.790,14)	-
2055	9.731.004,87	256.567.486,88	(246.836.482,01)	-
2056	8.880.537,68	234.114.495,01	(225.233.957,33)	-
2057	8.071.293,33	212.843.393,12	(204.772.099,79)	-
2058	7.304.748,49	192.764.047,57	(185.459.299,08)	-
2059	6.582.046,81	173.881.838,07	(167.299.791,26)	-
2060	5.903.947,85	156.196.787,17	(150.292.839,32)	-
2061	5.270.697,29	139.701.473,11	(134.430.775,82)	-
2062	4.682.128,81	124.380.899,97	(119.698.771,16)	-
2063	4.137.597,23	110.211.550,70	(106.073.953,47)	-
2064	3.636.109,61	97.163.770,19	(93.527.660,58)	-
2065	3.176.429,97	85.202.923,24	(82.026.493,27)	-
2066	2.757.049,36	74.287.967,94	(71.530.918,58)	-
2067	2.376.219,00	64.372.118,50	(61.995.899,50)	-
2068	2.032.110,02	55.405.048,41	(53.372.938,39)	-
2069	1.722.828,19	47.334.145,80	(45.611.317,61)	-
2070	1.446.497,31	40.106.787,82	(38.660.290,51)	-
2071	1.201.254,09	33.670.635,35	(32.469.381,26)	-
2072	985.272,07	27.975.289,60	(26.990.017,53)	-
2073	796.822,22	22.972.356,40	(22.175.534,18)	-
2074	634.263,00	18.616.354,74	(17.982.091,74)	-
2075	495.976,85	14.864.792,98	(14.368.816,13)	-
2076	380.269,30	11.675.809,28	(11.295.539,98)	-
2077	285.251,40	9.005.477,49	(8.720.226,09)	-
2078	208.888,70	6.807.570,77	(6.598.682,07)	-
2079	149.032,98	5.033.519,60	(4.884.486,62)	-
2080	103.423,64	3.633.209,15	(3.529.785,51)	-
2081	69.730,95	2.555.068,21	(2.485.337,26)	-
2082	45.671,46	1.747.656,25	(1.701.984,79)	-
2083	29.121,82	1.161.243,97	(1.132.122,15)	-
2084	18.172,35	749.119,73	(730.947,38)	-
2085	11.190,06	469.487,56	(458.297,50)	-
2086	6.852,53	286.529,92	(279.677,39)	-

Considerações no levantamento dos resultados da demonstração das Receitas e Despesas:

1. A coluna saldo financeiro contempla o valor atual dos ativos do Fundo Financeiro;
2. A Coluna Receitas Previdenciárias é composta pelas contribuições do Estado, ativos e inativos, recebimento da compensação previdenciária estimada e rentabilidade financeira;
3. A Coluna Despesas Previdenciárias agrega as obrigações anuais com o pagamento de benefícios;
4. O Coluna Resultado em negativo representa o valor estimado que o Estado deverá aportar anualmente para complementar as contribuições normais e honrar com a folha do Fundo Financeiro.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Fundo dos Militares

Valor Atual Total das Obrigações do Fundo dos Militares:

31/12/2010

BENEFÍCIOS	Custo Total (em R\$)	Custo Total (% da Folha)	Custo Normal (% da Folha)
1) Aposentadorias	1.337.120.918,49	48,98%	
2) Pensão por Morte	412.591.712,33	15,11%	
3) Reversão em Pensão	150.474.420,22	5,51%	
4) Benefícios Concedidos (1+2+3)	1.900.187.051,04	69,60%	
5) Aposentadoria dos Militares	2.655.018.903,55	97,26%	17,96%
6) Aposentadoria do Professor	-	-	-
7) Aposentadoria por Idade	-	-	-
8) Reversão em Pensão	264.028.331,91	9,67%	1,84%
9) Pensão por Morte de Ativo	122.609.147,20	4,49%	1,60%
10) Pensão por Morte de Inválido	4.272.241,23	0,16%	0,05%
11) Aposentadoria por Invalidez	48.514.453,85	1,78%	0,64%
12) Auxílio-doença	-	0,00%	0,00%
13) Salário-maternidade	-	0,00%	0,00%
14) Salário-família	-	0,00%	0,00%
15) Benefícios a Conceder (5+..+14)	3.094.443.077,74	113,36%	22,09%
16) Custo Total (4+15)	4.994.630.128,78	182,96%	
Valor Atual da Folha Futura	2.729.684.183,90		

Observação: O custeio dos benefícios de Auxílio-Doença, Salário-Maternidade e Salário-Família é feito diretamente pelo Governo do Estado.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Médias Gerais dos Servidores Ativos do Fundo dos Militares:

31/12/2010

Item	Masculino	Feminino	Total
Nº. de Servidores	8.544	924	9.468
Idade Média	40,0	34,9	39,5
Tempo de INSS Anterior	1,0	1,1	1,0
Tempo de Serviço Público	16,9	10,3	16,2
Tempo de Serviço Total	17,9	11,4	17,2
Diferimento Médio (*)	13,2	14,8	13,3
Remuneração Média (R\$)	2.583,04	2.382,09	2.563,43

(*) Diferimento é o tempo que ainda falta para o servidor cumprir com as exigências para aposentadoria.

Médias Gerais dos Beneficiários do Fundo dos Militares:

31/12/2010

Tipo de Benefício		Masculino	Feminino	Total
Aposentados	Nº. Servidores	2.688	40	2.728
	Idade Média	60	49	59,7
	Benef(R\$)	3.609,77	4.055,20	3.616,30
Pensionistas	Nº. Servidores	49	1.190	1.239
	Idade Média	31	60	58,6
	Benef(R\$)	2.733,24	2.655,25	2.658,34
Total Geral	Nº. Servidores	2.737	1.230	3.967
	Idade Média	59,3	59,4	59,4
	Benef(R\$)	3.594,08	2.700,78	3.317,10



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Plano de Custeio Proposto ao Fundo dos Militares:

31/12/2010

02/12/2019

Descrição	Contribuição %		Base para Desconto
Servidores Aposentados e Pensionistas	11,00%		Parte do Benefício Mensal Excedente ao Limite de Isenção
Servidores Ativos	11,00%		Remuneração de Contribuição dos Ativos do Fundo dos Militares
Governo do Estado	Contribuição Normal	22,00%	
	Na medida em que as receitas do Fundo dos Militares e o patrimônio disponível forem insuficientes para o pagamento mensal das despesas com benefícios do Fundo, o Governo do Estado complementar a arrecadação para honrar com o pagamento destes benefícios.		

Balanco Atuarial do Fundo dos Militares:

31/12/2010

Item	Valores (R\$)	Valores (% Folha Futura)
Custo Total	4.994.630.128,78	182,97%
<i>Compensação Previdenciária a Receber (-)</i>	<i>1.627.330,20</i>	<i>0,06%</i>
<i>Contribuição de Inativos (-)</i>	<i>44.560.824,16</i>	<i>1,63%</i>
<i>Contribuição de Ativos (-)</i>	<i>300.265.260,23</i>	<i>11,00%</i>
<i>Contribuição Normal do Estado (-)</i>	<i>600.530.520,46</i>	<i>22,00%</i>
<i>Ativo Financeiro (-)</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00%</i>
Déficit Atuarial	4.047.646.193,73	148,28%



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Projeções Atuariais – Fundo dos Militares:

31/12/2010

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ANUAL (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2011	109.208.102,66	170.724.468,68	(61.516.366,02)	-
2012	108.251.396,49	170.279.197,64	(62.027.801,15)	-
2013	106.517.184,93	169.897.309,41	(63.380.124,48)	-
2014	103.499.696,37	169.334.594,12	(65.834.897,75)	-
2015	97.356.753,20	168.678.556,36	(71.321.803,16)	-
2016	92.886.717,73	168.147.810,31	(75.261.092,58)	-
2017	82.737.677,08	167.278.950,22	(84.541.273,14)	-
2018	75.054.436,91	166.523.224,53	(91.468.787,62)	-
2019	70.722.993,01	165.576.242,53	(94.853.249,52)	-
2020	69.438.849,99	164.645.463,36	(95.206.613,37)	-
2021	63.787.065,97	163.532.586,76	(99.745.520,79)	-
2022	54.269.912,76	162.023.322,55	(107.753.409,79)	-
2023	50.630.637,50	160.447.500,85	(109.816.863,35)	-
2024	45.121.067,46	158.861.825,15	(113.740.757,69)	-
2025	45.333.166,07	157.105.706,39	(111.772.540,32)	-
2026	45.363.646,18	155.221.377,11	(109.857.730,93)	-
2027	45.397.313,01	153.150.133,56	(107.752.820,55)	-
2028	44.904.176,03	150.958.218,53	(106.054.042,50)	-
2029	42.082.376,04	148.584.837,27	(106.502.461,23)	-
2030	42.061.208,87	146.053.341,67	(103.992.132,80)	-
2031	41.824.076,80	143.328.304,06	(101.504.227,26)	-
2032	37.119.066,07	140.450.855,89	(103.331.789,82)	-
2033	27.342.952,55	137.384.938,61	(110.041.986,06)	-
2034	26.057.623,83	134.173.545,72	(108.115.921,89)	-
2035	25.376.809,32	130.834.863,03	(105.458.053,71)	-
2036	24.064.316,18	127.372.961,55	(103.308.645,37)	-
2037	5.761.366,96	123.633.939,95	(117.872.572,99)	-
2038	5.652.578,28	119.788.341,26	(114.135.762,98)	-
2039	5.527.245,49	115.851.015,81	(110.323.770,32)	-
2040	5.401.283,01	111.834.358,99	(106.433.075,98)	-
2041	1.964.425,83	107.702.184,40	(105.737.758,57)	-
2042	1.887.437,57	103.503.230,54	(101.615.792,97)	-
2043	1.809.929,23	99.243.398,84	(97.433.469,61)	-
2044	1.731.748,73	94.926.201,06	(93.194.452,33)	-
2045	1.652.917,66	90.555.043,96	(88.902.126,30)	-
2046	1.573.427,29	86.137.599,01	(84.564.171,72)	-
2047	1.493.512,24	81.683.551,50	(80.190.039,26)	-
2048	1.413.305,40	77.208.738,47	(75.795.433,07)	-



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

... continuação

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ANUAL (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2049	1.333.154,26	72.731.228,65	(71.398.074,39)	-
2050	1.253.404,56	68.275.752,50	(67.022.347,94)	-
2051	1.174.477,92	63.866.712,13	(62.692.234,21)	-
2052	1.096.679,98	59.530.315,62	(58.433.635,64)	-
2053	1.020.541,40	55.293.473,77	(54.272.932,37)	-
2054	946.392,97	51.180.898,19	(50.234.505,22)	-
2055	874.712,45	47.215.377,97	(46.340.665,52)	-
2056	805.734,94	43.413.502,91	(42.607.767,97)	-
2057	739.784,68	39.788.771,04	(39.048.986,36)	-
2058	676.979,13	36.347.807,85	(35.670.828,72)	-
2059	617.518,42	33.095.756,44	(32.478.238,02)	-
2060	561.467,43	30.034.078,77	(29.472.611,34)	-
2061	508.771,07	27.158.834,38	(26.650.063,31)	-
2062	459.343,25	24.465.694,42	(24.006.351,17)	-
2063	413.061,64	21.949.016,33	(21.535.954,69)	-
2064	369.786,16	19.603.726,13	(19.233.939,97)	-
2065	329.378,73	17.424.771,57	(17.095.392,84)	-
2066	291.788,82	15.409.047,48	(15.117.258,66)	-
2067	256.962,66	13.553.336,02	(13.296.373,36)	-
2068	224.841,00	11.853.671,67	(11.628.830,67)	-
2069	195.385,31	10.306.392,63	(10.111.007,32)	-
2070	168.557,95	8.906.023,71	(8.737.465,76)	-
2071	144.313,87	7.646.258,61	(7.501.944,74)	-
2072	122.611,35	6.520.434,60	(6.397.823,25)	-
2073	103.362,92	5.520.906,83	(5.417.543,91)	-
2074	86.408,74	4.638.056,53	(4.551.647,79)	-
2075	71.535,19	3.861.227,48	(3.789.692,29)	-
2076	58.569,49	3.181.008,77	(3.122.439,28)	-
2077	47.337,06	2.588.725,78	(2.541.388,72)	-
2078	37.671,76	2.076.547,14	(2.038.875,38)	-
2079	29.416,25	1.637.131,02	(1.607.714,77)	-
2080	22.433,74	1.263.411,26	(1.240.977,52)	-
2081	16.614,15	949.974,95	(933.360,80)	-
2082	11.878,14	692.720,43	(680.842,29)	-
2083	8.146,00	487.572,10	(479.426,10)	-
2084	5.318,29	329.394,93	(324.076,64)	-
2085	3.269,98	211.899,87	(208.629,89)	-
2086	1.871,66	128.553,83	(126.682,17)	-

Considerações no levantamento dos resultados da demonstração das Receitas e Despesas:

1. A coluna saldo financeiro contempla o valor atual dos ativos do Fundo dos Militares;
2. A Coluna Receitas Previdenciárias é composta pelas contribuições do Estado, ativos e inativos, recebimento da compensação previdenciária estimada e rentabilidade financeira;
3. A Coluna Despesas Previdenciárias agrega as obrigações anuais com o pagamento de benefícios;
4. O Coluna Resultado em negativo representa o valor estimado que o Governo do Estado deverá aportar anualmente para complementar as contribuições normais e honrar com a folha do Fundo dos Militares.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Parecer Atuarial

A presente avaliação atuarial foi realizada especificamente para dimensionar a situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos de Alagoas, de acordo com metodologia, hipóteses e premissas citadas anteriormente, com os dados cadastrais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas fornecidos pelo AL Previdência.

Modelo de Financiamento

O modelo de financiamento do plano, previsto na Lei nº 7.114/2009, instituiu a modalidade de Segregação Massas, onde foram criados três fundos distintos.

O Fundo de Previdência é formado pelos os servidores ativos admitidos a partir do dia 31 de dezembro de 2006 e os futuros servidores do Governo do Estado, exceto militares. Este fundo será financiado pelas contribuições normais dos servidores ativos e do Estado, incidentes sobre a folha de ativos pertencentes a este fundo, calculadas de forma a apresentar perfeito equilíbrio financeiro e atuarial.

O segundo, denominado Fundo Financeiro, é formado pelos servidores ativos e inativos admitidos até o dia 31 de dezembro de 2006, exceto militares. Este fundo será financiado pelas contribuições normais dos servidores ativos, inativos e do Governo do Estado, incidentes sobre as remunerações e proventos dos servidores pertencentes a este fundo. Caso as contribuições normais mensais sejam insuficientes para o pagamento dos benefícios do fundo, o Governo do Estado aportará o valor necessário para complementar esta arrecadação e honrar com a folha.

O terceiro, denominado Fundo dos Militares, é formado pelos atuais e futuros servidores militares. Este fundo será financiado pelas contribuições normais dos servidores ativos, inativos e do Governo do Estado, incidentes sobre as remunerações e proventos dos servidores pertencentes a este fundo. Caso as contribuições normais mensais sejam insuficientes para o pagamento dos benefícios do fundo, o Governo do Estado aportará o valor necessário para complementar esta arrecadação e honrar com a folha.

Dados Cadastrais

A base de dados do Poder Executivo contendo o cadastro de servidores ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes enviados para a avaliação atuarial, foi comparada com padrões mínimos e máximos aceitáveis na data base da avaliação. Depois de feitas as análises, consideramos os dados suficientes e completos para a realização da avaliação atuarial.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Resultados da Avaliação

Fundo de Previdência

O custo do Fundo de Previdência é de R\$ 1.397,6 milhões, considerando o valor atual dos direitos deste Fundo de R\$ 1.414,5 milhões, temos um superávit atuarial de R\$ 16,9 milhões, que representa 0,27% das futuras remunerações dos servidores ativos.

Item	dez/09	dez/10	% ano
Número de Servidores Ativos	1.587	1.822	+235
Valor Médio da Remuneração do Ativo	1068,13	1.058,42	-0,91%
Número de Beneficiários	0	0	0
Valor Médio dos Benefícios	0	0	0
Custo Total do Plano em R\$	1.296.762.364,78	1.397.581.326,93	+7,77%
Custo do Plano em % da Folha	22,05%	22,12%	+0,07%
Superávit Atuarial em R\$	5.234.125,12	16.974.141,59	+224,30%
Superávit Atuarial em % da Folha	0,09%	0,27%	+0,18%
Folha Salarial Futura em R\$	5.881.445.307,73	6.318.258.140,40	+7,43%

Como o superávit projetado ao Fundo de Previdência é bastante reduzido, recomendamos manter o plano de custeio atual por mais alguns exercícios e acompanhar a evolução deste resultado nas próximas avaliações atuariais. Caso a tendência superavitária se mantenha, as contribuições patronais escalonadas poderão ser revistas.

Fundo Financeiro

O Fundo Financeiro possui custo a valor presente de R\$ 12.137,2 milhões, considerando os direitos de contribuição de R\$ 2.200,2 milhões, temos um déficit atuarial de R\$ 9.937,0 milhões.

Item	dez/09	dez/10	% ano
Número de Servidores Ativos	31.476	30.498	-978
Média da Remuneração do Ativo	1.719,65	1.796,48	+4,47%
Número de Beneficiários	18.534	19.115	+581
Média dos Benefícios	2.391,82	2.457,20	+2,73%
Custo Total do Plano em R\$	11.688.894.549,45	12.137.177.558,31	+3,84%
Déficit Atuarial em R\$	9.396.397.434,70	9.937.021.093,44	5,75%



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Este déficit será pago com aportes mensais do Governo do Estado para complementar a arrecadação das contribuições normais do Estado e dos servidores vinculados ao Fundo Financeiro e honrar com a folha de benefícios.

Fundo dos Militares

O Fundo dos Militares possui custo a valor presente de R\$ 4.994,6 milhões, considerando os direitos de contribuição de R\$ 947,0 milhões, temos um déficit atuarial de R\$ 4.047,6 milhões.

Item	dez/09	dez/10	% ano
Número de Servidores Ativos	9.002	9.468	+466
Média da Remuneração do Ativo	2.644,13	2.563,43	-3,05%
Número de Beneficiários	3.878	3.967	+89
Média dos Benefícios	3.331,05	3.317,10	-0,42%
Custo Total do Plano em R\$	4.860.904.053,26	4.994.630.128,78	+2,75%
Déficit Atuarial em R\$	3.818.170.376,54	4.047.646.193,73	+6,01%

Este déficit será pago com aportes mensais do Governo do Estado para complementar a arrecadação das contribuições normais do Estado e dos servidores vinculados ao Fundo dos Militares e honrar com a folha de benefícios.

Contribuição para Custeio Administrativo

De acordo com a legislação do AL Previdência, as despesas administrativas são custeadas por repasses anuais do Governo do Estado, de acordo com o orçamento administrativo anual. Este repasse está limitado a 2% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior.

Crescimento Salarial

Nesta avaliação elaboramos estudo específico de crescimento salarial da massa de ativos pela análise estatística da média da remuneração por idade dos servidores. Nesta avaliação obtivemos o crescimento médio de 3,00% ao ano e os resultados apresentados consideram este percentual para esta hipótese.

Nesta avaliação não consideramos crescimento do valor real dos benefícios de aposentados e pensionistas. Para as próximas avaliações atuariais esta hipótese será acompanhada e se for identificado um efetivo crescimento real ele passará a ser adotado.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Considerações Finais

Por fim, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS

Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos de Alagoas

Contas	Discriminação	Valores (R\$)
2.2.2.5.0.00.00	<i>Provisões Matemáticas Previdenciárias</i>	5.256.372,71
2.2.2.5.4.00.00	<i>Plano Financeiro</i>	-
2.2.2.5.4.01.00	Provisão Benefícios Concedidos	-
2.2.2.5.4.01.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	7.970.665.817,77
2.2.2.5.4.01.02	Contribuições do Ente (reduzora)	-
2.2.2.5.4.01.03	Contribuições do Inativo (reduzora)	119.079.751,30
2.2.2.5.4.01.04	Contribuições do Pensionista (reduzora)	79.738.464,70
2.2.2.5.4.01.05	Compensação Previdenciária (reduzora)	-
2.2.2.5.4.01.06	Parcelamento de Débitos Previdenciários (reduzora)	-
2.2.2.5.4.01.07	Assunção de Insuficiência Financeira (reduzora)	7.771.847.601,77
2.2.2.5.4.02.00	Provisão Benefícios a Conceder	-
2.2.2.5.4.02.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	9.161.141.869,32
2.2.2.5.4.02.02	Contribuições do Ente (reduzora)	1.812.875.412,22
2.2.2.5.4.02.03	Contribuições do Ativo (reduzora)	1.035.013.510,44
2.2.2.5.4.02.04	Compensação Previdenciária (reduzora)	100.433.261,26
2.2.2.5.4.02.05	Parcelamento de Débitos Previdenciários (reduzora)	-
2.2.2.5.4.02.06	Assunção de Insuficiência Financeira (reduzora)	6.212.819.685,40
2.2.2.5.5.00.00	<i>Plano Previdenciário</i>	(11.717.768,88)
2.2.2.5.5.01.00	Provisão Benefícios Concedidos	-
2.2.2.5.5.01.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	-
2.2.2.5.5.01.02	Contribuições do Ente (reduzora)	-
2.2.2.5.5.01.03	Contribuições do Inativo (reduzora)	-
2.2.2.5.5.01.04	Contribuições do Pensionista (reduzora)	-
2.2.2.5.5.01.05	Compensação Previdenciária (reduzora)	-
2.2.2.5.5.01.06	Parcelamento de Débitos Previdenciários (reduzora)	-



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

2.2.2.5.5.02.00	Provisão Benefícios a Conceder	(11.717.768,88)
2.2.2.5.5.02.01	<i>Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano</i>	1.397.581.326,93
2.2.2.5.5.02.02	<i>Contribuições do Ente (reduzora)</i>	695.008.395,45
2.2.2.5.5.02.03	<i>Contribuições do Ativo (reduzora)</i>	710.312.505,96
2.2.2.5.5.02.04	<i>Compensação Previdenciária (reduzora)</i>	3.978.194,40
2.2.2.5.5.02.05	<i>Parcelamento de Débitos Previdenciários (reduzora)</i>	-
2.2.2.5.9.00.00	Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	16.974.141,59
2.2.2.5.9.01.00	Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	16.974.141,59

Observação: As Provisões do Plano Financeiro incorporam o Fundo Financeiro e o Fundo dos Militares.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

LEI Nº 7.264, DE 22 DE JULHO DE 2011.

PROJEÇÃO ATUARIAL DO RREO

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

DADOS CONSOLIDADOS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2011 a 2085

RREO – Anexo XIII (LRF art. 53, § 1º, inciso II) R\$ 1,00

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d “anterior” + c)
2011	903.332.218,22	897.459.148,88	5.873.069,34	11.129.442,05
2012	942.146.387,79	918.150.838,70	23.995.549,09	35.124.991,15
2013	970.207.068,68	940.811.290,02	29.395.778,66	64.520.769,81
2014	1.002.618.949,49	966.775.079,35	35.843.870,14	100.364.639,94
2015	1.028.488.546,09	985.951.961,09	42.536.585,00	142.901.224,94
2016	1.051.238.278,16	1.002.066.189,12	49.172.089,04	192.073.313,98
2017	1.066.242.415,66	1.010.259.065,28	55.983.350,38	248.056.664,36
2018	1.080.586.132,75	1.018.068.372,43	62.517.760,32	310.574.424,69
2019	1.099.000.644,03	1.029.132.446,81	69.868.197,22	380.442.621,91
2020	1.110.785.677,84	1.033.521.310,57	77.264.367,27	457.706.989,18
2021	1.120.203.596,58	1.035.018.995,43	85.184.601,15	542.891.590,33
2022	1.127.866.288,83	1.035.244.246,41	92.622.042,42	635.513.632,74
2023	1.130.180.939,55	1.029.505.556,28	100.675.383,27	736.189.016,01
2024	1.147.271.345,96	1.038.422.040,23	108.849.305,73	845.038.321,74
2025	1.157.585.778,68	1.038.124.073,20	119.461.705,48	964.500.027,22
2026	1.163.938.157,89	1.034.213.490,18	129.724.667,71	1.094.224.694,93
2027	1.163.425.412,90	1.024.329.962,78	139.095.450,12	1.233.320.145,05
2028	1.161.060.969,74	1.011.790.504,33	149.270.465,41	1.382.590.610,46
2029	1.173.044.508,71	1.013.222.471,48	159.822.037,23	1.542.412.647,69
2030	1.178.577.879,36	1.008.759.973,17	169.817.906,19	1.712.230.553,88
2031	1.185.446.656,69	1.003.379.778,91	182.066.877,78	1.894.297.431,66
2032	1.196.154.609,15	1.001.684.357,66	194.470.251,49	2.088.767.683,15
2033	1.202.284.121,63	995.334.897,46	206.949.224,17	2.295.716.907,32
2034	1.208.748.166,66	989.742.344,80	219.005.821,86	2.514.722.729,18
2035	1.209.969.915,75	979.663.662,00	230.306.253,75	2.745.028.982,93
2036	1.225.702.933,90	982.749.328,72	242.953.605,18	2.987.982.588,11
2037	1.223.836.396,85	1.007.389.728,49	216.446.668,36	3.204.429.256,47
2038	1.220.105.433,60	995.887.420,01	224.218.013,59	3.428.647.270,06
2039	1.208.247.253,88	979.983.450,21	228.263.803,67	3.656.911.073,73
2040	1.191.595.016,60	960.394.381,92	231.200.634,68	3.888.111.708,41
2041	1.172.682.970,75	939.507.264,24	233.175.706,51	4.121.287.414,92



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

2042	1.147.000.034,51	935.605.127,97	211.394.906,54	4.332.682.321,46
2043	1.126.581.451,55	915.564.274,76	211.017.176,79	4.543.699.498,26
2044	1.101.564.253,50	898.687.271,80	202.876.981,70	4.746.576.479,96
2045	1.077.874.097,79	879.741.687,92	198.132.409,87	4.944.708.889,82
2046	1.055.141.810,78	856.648.902,07	198.492.908,71	5.143.201.798,53
2047	1.030.694.271,15	839.797.062,05	190.897.209,10	5.334.099.007,63
2048	1.008.773.747,25	819.114.204,24	189.659.543,01	5.523.758.550,63
2049	986.261.010,13	800.908.482,73	185.352.527,40	5.709.111.078,03
2050	961.218.997,87	795.045.126,11	166.173.871,76	5.875.284.949,80
2051	938.501.812,47	788.618.831,23	149.882.981,24	6.025.167.931,03
2052	917.994.972,17	774.495.295,81	143.499.676,36	6.168.667.607,39
2053	898.016.681,48	758.730.322,39	139.286.359,09	6.307.953.966,48
2054	878.258.899,50	743.567.701,75	134.691.197,75	6.442.645.164,23
2055	856.457.830,13	739.581.661,69	116.876.168,44	6.559.521.332,67
2056	837.831.850,20	732.169.852,32	105.661.997,88	6.665.183.330,55
2057	821.757.879,22	717.274.640,43	104.483.238,79	6.769.666.569,34
2058	806.016.819,27	701.311.614,35	104.705.204,92	6.874.371.774,26
2059	790.622.599,53	688.775.287,92	101.847.311,61	6.976.219.085,87
2060	776.045.128,47	677.944.528,52	98.100.599,95	7.074.319.685,82
2061	762.107.656,39	672.444.317,11	89.663.339,28	7.163.983.025,10
2062	748.967.117,02	667.301.995,33	81.665.121,69	7.245.648.146,78
2063	732.548.621,63	693.461.702,84	39.086.918,79	7.284.735.065,57
2064	720.660.266,75	684.170.753,13	36.489.513,62	7.321.224.579,19
2065	706.812.241,35	685.368.118,60	21.444.122,75	7.342.668.701,94
2066	696.953.144,26	674.672.531,11	22.280.613,15	7.364.949.315,09
2067	688.245.357,19	662.775.062,55	25.470.294,64	7.390.419.609,73
2068	680.048.215,36	649.929.750,93	30.118.464,43	7.420.538.074,16
2069	672.916.893,40	639.831.560,16	33.085.333,24	7.453.623.407,40
2070	667.219.229,27	628.603.655,75	38.615.573,52	7.492.238.980,92
2071	660.115.100,11	630.247.032,07	29.868.068,04	7.522.107.048,96
2072	655.960.988,63	623.458.996,44	32.501.992,19	7.554.609.041,15
2073	649.427.743,12	637.631.656,84	11.796.086,28	7.566.405.127,43
2074	645.726.654,79	633.387.365,15	12.339.289,64	7.578.744.417,07
2075	642.108.665,29	630.672.899,24	11.435.766,05	7.590.180.183,13
2076	637.499.473,48	640.716.237,19	(3.216.763,71)	7.586.963.419,42
2077	633.451.573,22	642.855.682,72	(9.404.109,50)	7.577.559.309,92
2078	631.071.740,20	635.924.632,07	(4.852.891,87)	7.572.706.418,05
2079	629.028.056,47	630.136.422,92	(1.108.366,45)	7.571.598.051,61
2080	628.653.553,55	618.536.839,78	10.116.713,77	7.581.714.765,38
2081	627.963.172,64	617.954.140,90	10.009.031,74	7.591.723.797,12
2082	628.219.324,45	612.121.590,37	16.097.734,08	7.607.821.531,19
2083	629.087.820,46	606.493.438,59	22.594.381,87	7.630.415.913,06
2084	631.276.942,98	597.083.744,47	34.193.198,51	7.664.609.111,58
2085	633.624.944,00	592.570.349,61	41.054.594,39	7.705.663.705,96

1. Projeção atuarial elaborada em 31/12/2010 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social – MPS.
2. Projeção elaborada de acordo com as orientações da Portaria nº 462 de 05/08/2009 da STN – Secretaria do Tesouro Nacional
3. Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Data Base dos Dados da Avaliação	31/12/2010
Nº de Servidores Ativos	41.788
Folha Salarial Ativos	80.988.014,13
Idade Média de Ativos	44,2
Nº de Servidores Inativos	23.082
Folha dos Inativos	60.128.398,97
Idade Média de Inativos	60,5
Crescimento Real de Salários	3,00% a.a
Taxa Média de Inflação	Não considerada
Taxa de Crescimento do PIB	Não considerada
Taxa de Juros Real	6% a.a
Experiência de Mortalidade e Sobrevivência de Válidos e Inválidos	IBGE 2008 ambos os sexos
Experiência de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Gerações Futuras ou Novos Entrados	1 por 1